

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 790
16 de Fevereiro de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Fazer convergir em unidade as lutas por todo o País



Boa adesão à luta na Função Pública. Desfile em Lisboa, dia 9

- CGTP marca para dia 24 um Dia de Mobilização Geral
- Empresas e sectores em luta apoiam e aderem à mobilização
- Depois de considerar «crucial» o momento que vivemos, o Conselho Nacional da CGTP e a sua Comissão Executiva destacaram, dia 10, que «as greves e lutas que os trabalhadores têm vindo a desenvolver, designadamente no sector dos transportes, da metalurgia, da função pública e administração local, dos médicos, dos professores e de muitos outros sectores, pela unidade que demonstraram e pela

compreensão manifestada pela generalidade da população, constituíram, por um lado, um veemente protesto contra a política salarial e social do Governo e, por outro, o reconhecimento da justeza dos objectivos da luta dos trabalhadores».

- Êxito indesmentível da greve dos médicos
- Desfile em Lisboa e luta na Função Pública
- Os músicos contra a extinção das orquestras nacionais
- Movimentação dos professores
- Anunciadas paralisações na Câmara da Covilhã
- Sumário sindical

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Comissão Política do Comité Central

- Situação social e eleições para Parlamento Europeu e autarquias
- A operação do Governo contra a autonomia do Poder Local

Págs. 6 e 7/Semana

Interpelação do PCP
Governo compromete desenvolvimento

Pág. 5/Semana

Uma sinfonia de protesto



Anteontem à tarde, pelas 16 horas, a Assembleia da República presenciou um espectáculo inédito: no largo fronteiro ao palácio, exactamente ao fundo das escadarias monumentais, as Orquestras Sinfónicas da RDP de Lisboa e Porto executaram em conjunto um concerto de música clássica como forma de protesto contra a intenção da Secretaria de Estado da Cultura de extinguir estas duas orquestras.

Apesar dos alibis com que a SEC pretende camuflar a sua bizarra decisão (nomeadamente a substituição das Orquestras Sinfónicas da RDP por orquestras de câmara), esta pretensão governamental causou o espanto e a indignação no panorama cultural português, o que fez desaguar no próprio concerto ao ar livre frente ao palácio de S. Bento uma avalanche de mensagens de solidariedade para com a luta destas duas orquestras, conduzida pelo Sindicato dos Músicos, enquanto o espectáculo atraía às escadarias inúmeros deputados, personalidades culturais e população. No final uma delegação dos músicos entregou ao presidente da Assembleia da República uma petição com as suas reivindicações, enquanto cá fora se consumava mais uma impressionante contestação à política do Governo.

Pág. 3/Semana

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

Eleições em foco

A 16 de Fevereiro de 1989, o Conselho Nacional do PCP realizou a 11.ª reunião ordinária, presidida pelo Com. Nacional António Dias Lourenço. A reunião foi dedicada ao estudo da situação política e social do País e à preparação da estratégia política do PCP para as eleições locais, regionais e nacionais que se vão realizar em 1989.

O Conselho Nacional do PCP analisou a situação política e social do País, considerando-a «crucial» e «de excepção». O Conselho destacou a importância da unidade dos trabalhadores e da população na luta contra a política do Governo.

ALGARVE

Capital estrangeiro marca pontos numa economia regional sem defesas face à CEE

O Conselho do PCP, Comissão Regional do Algarve, realizou a 11.ª reunião ordinária, presidida pelo Com. Regional Soeiro Pereira Gomes. A reunião foi dedicada ao estudo da situação económica e social da região do Algarve.

Região Autónoma dos AÇORES

Os comunistas explicam com clareza o que pensam dos problemas

O Conselho do PCP, Comissão Regional da Região Autónoma dos Açores, realizou a 11.ª reunião ordinária, presidida pelo Com. Regional Soeiro Pereira Gomes. A reunião foi dedicada ao estudo da situação política e social da região dos Açores.

As eleições para o Parlamento Europeu realizaram-se em 12 de Junho de 1989.



Em Foco

Editorial

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 790
16 de Fevereiro de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Unidade para hoje e amanhã das forças do progresso

Na conjuntura nacional actual acumulam-se situações de confronto e multiplicam-se factores da instabilidade numa escala que se impõe já com grande força à reflexão actual, à inteligência e à iniciativa política convergente e unitária das forças democráticas portuguesas.

É notório que o avanço a marchas forçadas do processo contra-revolucionário em Portugal, conduzido a nível do Poder pelo Governo PSD e o seu chefe Cavaco Silva e fora dele pelos sectores mais agressivos do capital financeiro, está criando e ampliando na vida portuguesa vastas áreas de degradação generalizada a que é imperioso pôr cobro.

Travar esta marcha para o abismo antes que seja tarde, alterar decisivamente o curso dos acontecimentos num sentido favorável ao processo democrático e às aspirações populares mais profundas, encarar de frente e meter mãos à urgente criação e viabilização de uma alternativa democrática, é um dever indeclinável de todos os democratas e patriotas portugueses, dos partidos e organizações mais representativas da opinião democrática, das forças mais dinâmicas da sociedade portuguesa que aspiram verdadeiramente ao progresso social, à consolidação e florescimento do regime democrático, à defesa e à garantia da independência nacional.

Este irrecusável dever não se compadece com irrealistas tendências e ambições hegemónicas nem com atitudes políticas de dupla face entre as forças democráticas.

Os propósitos enunciados por Cavaco Silva no Conselho Nacional do PSD são claros: o Primeiro-Ministro não espera mesmo pela revisão constitucional — tem-na praticamente como certa na base do acordo com o PS — para intensificar e levar às suas últimas consequências o processo de subversão conducente à rápida restauração em Portugal do capitalismo monopolista de Estado.

Torna-se evidente que o Primeiro-Ministro está possesso da fúria reprivatizadora de todas as empresas, actividades e serviços públicos onde seja possível arrancar o lucro

máximo em benefício do grande capital estrangeiro e português.

Na reunião de sábado do Conselho Nacional do PSD Cavaco, sem surpresas, foi peremptório: o Governo, no cumprimento de um plano de dois anos e ao arripio da Constituição, vai desde já entregar ao grande capital privado estrangeiro e português as empresas, actividades e serviços mais rentáveis do sector público e empresarial e mesmo administrativo do Estado.

A Banca, os Seguros, os CTT, a RN, a Setenave, a Quimigal, a Petroquímica, os serviços portuários foram por ele mencionados, mas o desmembramento de outras empresas públicas como a EDP, a TAP, a CP e a entrega da exploração dos seus serviços mais lucrativos ao capital privado é já um facto. Ao mesmo tempo nos sectores da Saúde, no aprovisionamento hospitalar, na proliferação de estabelecimentos de todos os graus do ensino, na própria segurança social, nas actividades culturais dependentes do Estado como agora no caso das Orquestras Sinfónicas de Lisboa e Porto, a febre da reprivatização ao abrigo da famigerada e inconstitucional «lei dos 49%», ou mesmo na totalidade em alguns casos, prossegue em escala ascendente.

Cavaco Silva dispõe-se a correr todos os riscos, mesmo o da «perda da popularidade» — um facto, aliás, facilmente verificável na sensível redução da base social e política de apoio do seu Governo — para levar até às últimas consequências a ofensiva restauracionista do capitalismo monopolista de Estado e o processo da contra-revolução.

Não deixa de ser curioso registar que no «discurso» do Primeiro-Ministro ele refira muitas vezes que recebeu para os seus planos contra-revolucionários «o mandato do povo» nas eleições de 19 de Julho de 87 e diga agora, entretanto, numa afirmação que desmente o apregoado «mandato popular», que irá para diante «mesmo que isso acarrete a perda de popularidade»! Então como é? O projecto que recebeu o «mandato do povo» é impopular?

É manifesto que Cavaco Silva encara a sua continuação na chefia do Estado não pelos «méritos populares» das eleições democráticas mas

pelo recurso subsequente a formas autoritárias e ditatoriais de poder apoiadas na força e em leis antidemocráticas.

Aceleração dos planos da contra-revolução que se processa nos dias actuais e a séria ameaça de subversão institucional nos meses mais próximos em resultado do indigno «acordo político de revisão da Constituição», assinado entre o PS e do PSD e não repudiado pela nova direcção do Partido Socialista, e, por outro lado, a necessidade imediata e a possibilidade real de derrotar a direita nos actos eleitorais de 1989 para o Parlamento Europeu e principalmente para as autarquias locais colocam desde já e de modo exigente o exame conjunto da situação actual e dos perigos que ameaçam o regime democrático e a necessidade vital para a democracia portuguesa do entendimento, a convergência e a acção comum das forças democráticas.

O PCP tem manifestado a sua inteira disponibilidade para esse exame conjunto e essa necessidade vital, tem tomado iniciativas e insistido com grande abertura em propostas concretas e equívocas junto dos restantes partidos da oposição democrática, em especial com o PS que é o partido oposicionista com maior representação parlamentar, tendo em vista um acordo político de largos contornos que permita conjugar forças contra a direita governante.

Esta disponibilidade e abertura do PCP para um entendimento com as outras forças e partidos democráticos não é casual nem uma atitude de circuntância — é um mandato e uma proposta clara do seu XII Congresso que não se restringe aos problemas e exigências conjunturais da hora actual mas visam toda uma época e tarefas de envergadura nacional que tornam indispensáveis o entendimento e a unidade de todas as forças viris e patrióticas da nação portuguesa.

Há pouco mais de dois meses, em condições políticas muito complexas, o XII Congresso do PCP procedeu como se

sabe a um exaustivo balanço da vida nacional nos últimos 5 anos, examinou as alterações produzidas pelo avanço do processo contra-revolucionário em Portugal, fez o ponto da evolução política, do processo da luta popular e de massas e da luta institucional contra a política de direita, abordou com notável visão dialéctica os condicionais e perspectivas do processo de integração na CEE.

Principalmente, o XII Congresso do PCP, debruçou-se sobre as novas realidades surgidas no processo de desenvolvimento do mundo actual, sobre as tarefas históricas da classe operária e de todas as forças progressistas na construção do futuro da nossa Pátria para uma época em profunda mudança que se entende a todo este limiar do século XXI, numa transição que põe na ordem do dia uma profunda revisão de conceitos ultrapassados, a reformulação teórica e prática de métodos de acção e de objectivos, a necessidade de uma aliança de largos contornos das forças do Progresso Social, da Democracia e da Paz, a necessária democratização de todos os processos intrínsecos do desenvolvimento e modernização do nosso país, da edificação de uma nova vida que rasgue horizontes de progresso, participação e paz à nossa juventude.

Nesta visão alargada das novas realidades actuais e em perspectiva não cabem, perdem toda a objectividade as concepções hegemónicas e «dualistas» do processo democrático.

A nossa proposta de uma Democracia Avançada para o limiar do século XXI não põe a efectivação dessa aliança de forças para as calendas gregas. É um processo que deve, no entender do PCP, iniciar-se hoje, desde já, no enfrentamento das realidades, problemas e exigências da hora actual, na necessária luta contra o processo da contra-revolução, por uma alternativa democrática de largo espectro social e político à direita governante.

Com esses elevados objectivos todo o nosso Partido de cima a baixo trabalha no plano interno e na sua acção externa virada para a vida e para o povo, materializar no dia a dia da sua luta as grandes linhas e tarefas saídas do seu XII Congresso.

Resumo



valores encarregada de fiscalizar o acordo Esquipulas II na América Central ■ É anunciado o novo Orçamento norte-americano, que mantém um enorme défice.

10 Sexta-feira

Em conferência de imprensa, a CGTP anuncia a convocação de um dia de mobilização geral, a 24 de Fevereiro, contra o pacote laboral ■ Termina a paralisação de três dias dos médicos. Aderindo a quase cem por cento, estes profissionais asseguraram os serviços mínimos ■ Os cinco municípios do litoral alentejano reúnem-se e afirmam não permitir que qualquer plano regional de ordenamento seja feito sem atender às suas reivindicações prévias ■ Na Assembleia da República, o PCP exige que o Governo envie de imediato ao parlamento o Plano de Desenvolvimento Regional a ser enviado posteriormente à CEE ■ A Comissão Directiva do PRD afirma que se estão «a acentuar as cedências do PS ao PSD em matéria de revisão constitucional» ■ Na sequência do desastre aéreo nos Açores, os comunistas italianos exigem um maior controlo sobre os voos charter ■ Na Polónia, inicia os seus trabalhos a comissão mista encarregue de debater as futuras reformas políticas neste país ■ O ministro sul-africano dos negócios estrangeiros chega inesperadamente a Maputo, para apresentar uma proposta oficial ao governo de Moçambique.

11 Sábado

A CDU inicia uma jornada nacional de esclarecimento de dois dias sobre as autarquias e o parlamento europeu ■ O Bastonário da Ordem dos Médicos afirma que os médicos do Estado poderão demitir-se em bloco como forma de luta no diferendo que os opõe à ministra Leonor Beleza ■ A Procuradoria Geral da República dá seguimento à queixa-crime apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP contra o ministro das Finanças ■ No final de uma reunião do PSD, Cavaco Silva anuncia um programa de privatizações a realizar nos próximos dois anos ■ A imprensa italiana afirma que o voo charter que se despenhou nos Açores trazia a bordo treze clandestinos, pelo que o número de mortos deve ser mais elevado do que o previsto ■ O Ministério angolano da Defesa anuncia que as tropas sul-africanas que recentemente entraram em território de Angola sofreram 40 mortos ■ No Paraguai, milhares de pessoas manifestam-se exigindo uma «verdadeira democracia» naquele país.

12 Domingo

O PCP rejeita «em absoluto» quer a integração de militantes comunistas em listas do PS, quer qualquer apoio a listas do PS em Lisboa ■ No Sobral do Monte Agraço é anunciada a recandidatura do actual presidente da edilidade, António Bogalho ■ O Aeroporto Internacional de Santa Catarina, no Funchal, continua encerrado devido aos ventos cruzados de grande intensidade que se fazem sentir na região ■ O Partido Socialista Operário

Húngaro decide reinstaurar o multipartidarismo no país ■ O governo afegão propõe «negociações directas» e sem condições prévias aos rebeldes ■ O chefe de Estado egípcio recebe ministros dos negócios estrangeiros da CEE, com quem debate a questão palestina.

13 Segunda-feira

O Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade de várias normas do regulamento do FEDER, indevidamente aprovadas pelo Governo ■ Reúne-se a Comissão Política do PCP. Em conferência de imprensa, Luís Sá afirma que «a CDU será alternativa à direita em Lisboa e nos municípios em que o PS mantiver a recusa das propostas de coligação eleitoral que lhe foram dirigidas pelo PCP» ■ As autoridades isolam a zona onde se despenhou o avião da Independent Air, nos Açores, para procederem à sua desinfectação ■ No final de uma audiência com o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Bastonário da Ordem dos Médicos diz que D. António Ribeiro «Acha reprovável que se faça um ataque à classe médica» ■ O presidente do Conselho Nacional da Juventude afirma que este organismo irá ter um relacionamento difícil com o ministro Couto dos Santos, devido à criação do Instituto da Juventude ■ Em El Salvador, estão reunidos os presidentes dos cinco países da América Central ■ No parlamento israelita, é denunciada a existência de milícias terroristas formadas por colonos nos territórios árabes ocupados ■ A Unita anuncia que desiste de uma «ofensiva geral» e faz recuar os seus elementos ■ Os doze soldados da última unidade soviética estacionada em Cabul deixam a capital do Afeganistão dois dias antes da data limite fixada para a sua retirada.

14 Terça-feira

Um concerto inédito ocorre em S. Bento, com centenas de pessoas a assistir e a apoiar: 100 músicos das orquestras sinfónicas da RDP de Lisboa e Porto protestam ao som de Berlioz contra a ameaça de extinção daquelas orquestras ■ Regionalização, desenvolvimento regional e política de bem-estar são temas em debate no homicídio de S. Bento, proporcionado pela interpelação do PCP ao Governo. Confirma-se, uma vez mais, que o Executivo de Cavaco não deseja a regionalização nem o desenvolvimento ■ «A UGT não pode estabelecer acordos com o Governo e ser criticada pelo PSD que é o partido do Governo», lamenta Torres Couto à entrada de uma reunião entre delegações da UGT e daquele partido, para debate da política de rendimentos para 89 ■ Uma fonte da EDP confirma o baixo nível de água das albufeiras (28%), provocando aumentos significativos nos índices de importação de energia ■ A Associação de Defesa do Consumidor (DECO) critica a política governamental de congelamento dos créditos à habitação ■ Uma fonte do Ministério da Justiça belga anuncia que o resgate para a libertação do ex-PM Paul Van den Boyenants terá custado à sua família mais de 375 mil contos ■ O chamado Conselho Consultivo dos «rebeldes» afegãos é boicotado com a saída de um dos grupos, a «Frente de Libertação Nacional Afegã», idêntica posição viriam a assumir mais duas organizações.

Avante!

PROFESSORES DE TODOS OS PAÍSES UNI-VÓS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua S. João
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Litoral,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57-2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
S. João Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX Tel. 76 83 45

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora, Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Depósito do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda 51.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.
- 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

A história heróica do PCP está pontilhada de marcos miliares que balizam uma rota de duras lutas e imensuráveis escolhos ao longo da qual foram amassadas exaltantes vitórias e algumas vezes insucessos e derrotas de percurso — afinal uma trajectória acidentada e difícil, mas rica de perspectivas como sempre foi a dos caminhos da Revolução.

No dia de ontem reavivámos com júbilo um desses cintilantes marcos da história do PCP: o «Avante!», órgão central do Partido, fez 58 anos desde que irrompeu na noite clandestina naquele longínquo Fevereiro de 1931.

É uma evocação grata a todos os militantes e amigos do PCP e certamente para todos os trabalhadores e democratas portugueses empenhados na incessante luta pelo progresso social e humano em Portugal, para todos amigos do PCP espalhados pelo Mundo.

O Aniversário do «Avante!» é uma efeméride intrínseca do épico historial de luta do Partido Comunista Português.

Dá a utilidade de um solene «aviso à navegação»: o «Avante!», é, tem sido e vai continuar a ser um órgão inseparável da sua mãe política e de classe — o PCP e a classe operária portuguesa.

Ontem na linha da frente da luta e da resistência populares contra a odiosa exploração e opressão fascistas;

Hoje instrumento imprescindível do PCP no intransigente combate pela defesa do regime democrático perigosamente ameaçado e o património revolucionário e libertador do 25 de Abril;

Amanhã e sempre voz autorizada dos comunistas portugueses, Órgão Central de um grande Partido marxista-leninista baluarte da classe operária portuguesa, a um tempo patriótico e internacionalista ao serviço dos trabalhadores e do Povo, indefectível combatente pela Liberdade, a Democracia e o Socialismo em Portugal.

Os comunistas portugueses têm bastos motivos de orgulho pelo aniversário do Órgão Central do seu Partido.

Ontem, na difícil noite clandestina, alvo privilegiado da sinistra máquina de repressão do fascismo, pagando algumas vezes com o sangue dos seus obreiros às mãos dos torcionários da PIDE o seu tributo revolucionário à verdade informativa, hoje ao sol da liberdade, em plena legalidade democrática, o «Avante!», voz revolucionária dos trabalhadores portugueses, sempre se pautou por elevados critérios e parâmetros da verdade e responsabilidade políticas, sempre recusou confinar-se à condição redutora de simples boletim do PCP para se afirmar no terreno da comunicação social de massas como um jornal, um autêntico jornal comunista e operário ao serviço de uma causa superior.

Por isso, antes e depois do 25 de Abril, na clandestinidade ou na legalidade, independentemente das vicissitudes e da sua óptica política, o «Avante!» é um referencial obrigatório da nossa História pátria desde a institucionalização em Portugal do regime fascista até aos nossos dias.

Concorde-se ou não com a sua filosofia, com a sua linha ideológica e política, o «Avante!» é uma fonte imprescindível do historiador e do analista isentos da realidade nacional objectiva deste último século, é um repositório vivo — no período fascista sem paralelo — das lutas, problemas e aspirações sociais e políticas fundamentais do povo português, em particular dos trabalhadores, durante as distintas épocas da História e da vida do nosso país e do Mundo cobertas ao longo dos 58 anos da sua existência.

O «Avante!», os seus impressores, difusores e redactores, em particular as suas tipografias ilegais eram, no período clandestino, um «troféu» dos mais cobiçados pelos sinistros «caçadores» da PIDE.

Para os caçarem mobilizavam os seus mais qualificados esbirros, punham em acção os mais sofisticados meios.

O «Avante!» foi merecedor dessa «distinção». Era uma intemerata voz que se tornava imperioso calar. A carga do ódio dos inimigos fascistas só tinha paralelo na do amor e carinho dos trabalhadores, de todos os seus amigos e leitores, de todos os que ombream no combate pela Liberdade contra a opressão fascista.

Depois do 25 de Abril as condições da luta ideológica alteraram-se de maneira radical. A inegável qualidade do nosso jornal desarmou a contundência da acção dos nossos adversários, mas logicamente não a anulou. Mudou de formas, tornou-se mais subtil.

Nos ataques e ofensivas contra o PCP o «Avante!» tem ocupado um lugar significativo. Continuamos e continuaremos a merecê-lo!

Em particular na acidentada fase preparatória do XII Congresso do nosso Partido novas formas de ataque vieram a lume.

Jurados inimigos e adversários do PCP tentaram abrir uma brecha entre o «Avante!» e o Partido e a sua Direcção, tentaram inutilmente separar o «filho» da sua «mãe» política e de classe.

Lamentavelmente mesmo alguns camaradas que confundiram o inalienável direito à crítica e a sua imprescindível necessidade com ataques e malsinações sem princípios ao órgão central do seu Partido — mostraram não compreender aquela inseparabilidade.

Não confundimos uns com os outros, mas os resíduos que sempre ficam da malsinação e da crítica sem princípios não deixaram de afectar a vida e o papel insubstituível do «Avante!» como instrumento da política do Partido, não deixaram de levar água aos moinhos do inimigo.

As dificuldades foram ultrapassadas, o nosso jornal pôde dar à preparação e realização do Congresso a sua contribuição indispensável, positiva e meritória.

E, naturalmente, mesmo do negativo estamos extraindo lições para uma positiva melhoria da nossa intervenção nas rudes batalhas políticas que empenharão todo o nosso Partido neste ano de 1989, ano 59.º da existência do «Avante!».

Para que o «Avante!» desempenhe dignamente a sua tarefa na concretização das históricas decisões do XII Congresso do PCP e no êxito das grandes batalhas políticas que nos esperam e se aviznam no ano em curso é imprescindível melhorar o seu conteúdo e a sua forma, é necessário pô-lo à altura do seu papel no trabalho geral do Partido.

É uma tarefa que não cabe em exclusivo ao seu corpo redactorial, mas sim a todo o Partido, a todas as suas organizações e militantes.

A Redacção do «Avante!» está neste momento empenhada nesta difícil tarefa que tem objectivos precisos:

1) Tornar o nosso jornal mais funcional e atractivo no aspecto gráfico, remodelá-lo em atenção às exigências actuais de um órgão informativo e propagandístico moderno de um partido com as características do PCP;

2) Abri-lo a novos temas e matérias e a novas questões que com grande pujança surgiram e vão surgir no momento que vivemos e na época em que estamos inseridos;

3) Aumentar como exigência primordial a tiragem e a venda do jornal, liquidar através de uma acção política em profundidade as ideias feitas e erróneas que dificultam a expansão e a difusão do «Avante!», pôr à prova a militância, o dinamismo e a imaginativa de todos os amigos e difusores do «Avante!» na materialização destes grandes objectivos, incentivar a leitura do «Avante!».

E com estes propósitos e projectos, com uma inabalável confiança, vamos entrar no 59.º Aniversário do nosso jornal e defrontar com a militância de sempre as novas exigências que ao «Avante!» se colocam.

■ ADL

Os 58 anos do «Avante!»

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO



Mercado Único

Política de capitulação agrava consequências

Quando se fala da entrada em vigor, já dentro de três anos, do Mercado Único Europeu, uma questão vem imediatamente à baila. A da impreparação da economia portuguesa para suportar um choque que se prevê brutal.

1992 traduzir-se-á na livre circulação de mercadorias, na supressão de todas as barreiras que o impeçam, na integração do mercado interno de cada país num mercado interno europeu, na livre prestação de serviços e na livre circulação de capitais.

1992 traduzir-se-á, ao fim e ao cabo, numa única frase, já proferida pelo anterior Comissário da CEE para o Mercado Interno, Lord Cockfield: «vai tornar os ricos mais ricos». Os pobres, subentende-se, ficarão mais pobres.

Uma política de desenvolvimento agrícola deve ter por base o aumento da produção

Em Portugal, a política de capitulação seguida pelos sucessivos governos, faz agravar as consequências da entrada em vigor do Mercado Único, uma vez que em nada contribui para dotar o nosso país das estruturas necessárias para suportar o embate.

Antes pelo contrário. A política seguida nos últimos anos não tem em conta a vulnerabilidade da nossa economia, que se manifesta nomeadamente através dos défices estruturais nos sectores agro-alimentares, energético e de bens de equipamento; e ainda através da elevadíssima dívida externa que obriga à entrega de uma boa parte dos recursos nacionais para o pagamento das respectivas amortizações e juros.

Uma política que não só não tem em conta estas condicionantes como ainda os agrava ao reforçar as posições das multinacionais na economia portuguesa e ao incentivar o peso crescente das indústrias tradicionais e dos produtos de baixo valor acrescentado nacional, quer na estrutura produtiva, quer nas exportações.

Tal é o caso do reforço da formação especializada em indústrias como o calçado, o vestuário, o têxtil, as bebidas e as conservas que, a nível mundial têm tido uma procura fraca — senão mesmo uma regressão — nas últimas décadas mercê das introduções tecnológicas introduzidas no processo produtivo.

Uma política ainda que levou a que Portugal tenha neste momento uma capacidade de manobra externa muito reduzida, uma vez que é um dos países da CEE com maior concentração no comércio externo intracomunitário.

Segundo números de 1987, 70 por cento das exportações portuguesas vão para os restantes países da



Comunidade, e deles vêm 64,2 por cento do total das nossas importações, o que levará a que os reflexos de uma qualquer crise económica na CEE sejam muito mais intensos no nosso país do que acontece-

ria se se tivesse seguido uma política de interesse nacional, diversificando os parceiros económicos.

Alterar a situação

Este quadro da situação obriga à

conclusão lógica de que se torna da política económica que tem sido necessário alterar as traves mestras, seguida nos últimos anos.

Para enfrentar 1992 e todas as implicações do Mercado Único, ha-

verá que inverter a política de pura e simples capitulação que tem vindo a ser seguida.

Em vez de se antecipar o cumprimento de obrigações que o Tratado de Adesão assinado em 1985 permitia diferir, e em vez de se aceitar os objectivos fixados pela CEE em detrimento de objectivos nacionais de desenvolvimento, há que promover uma política patriótica e democrática que promova os interesses e soluções nacionais nas condições de integração.

Para que a situação actual se altere, torna-se necessário que Portugal intervenha firmemente, tanto nas suas relações com os restantes países da CEE e nas instituições comunitárias, como também a nível interno com a definição das grandes orientações da política económica portuguesa e da política externa nas suas vertentes diplomáticas e económicas.

Assim sendo, e para fazer face aos problemas que o Mercado Único inevitavelmente acarretará, torna-se necessário, entre outras medidas, o aproveitamento racional dos nossos recursos e o desenvolvimento de novas actividades, a promoção das alterações necessárias ao sistema produtivo nacional, a defesa de um

CEE não pode ser alibi

Mesmo as previsões mais optimistas sobre o crescimento económico que o Mercado Único proporcionaria, não prevêem uma sensível diminuição do desemprego.

De facto, as medidas económicas que têm sido tomadas tendo em conta 1992, não são acompanhadas de medidas sociais.

No nosso país, não só não são acompanhadas, como muitas vezes servem de alibi para atentar contra as conquistas sociais alcançadas.

O PCP propõe uma alternativa baseada no respeito e no desenvolvimento dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações, nomeadamente:

- Definindo o progresso social em todas as regiões como condição de crescimento económico;
- Exigindo que as medidas sociais de «igualização no progresso» acompanhem na prática a realização do Mercado Interno;
- Estabelecendo, para o efeito, um calendário idêntico ao «livro Branco sobre o Mercado Interno»;
- Reforçando a intervenção dos trabalhadores, a negociação colectiva, o diálogo social sobre as decisões económicas e sociais



(nas empresas, nomeadamente as transferências; nos sectores de actividade; na CEE);

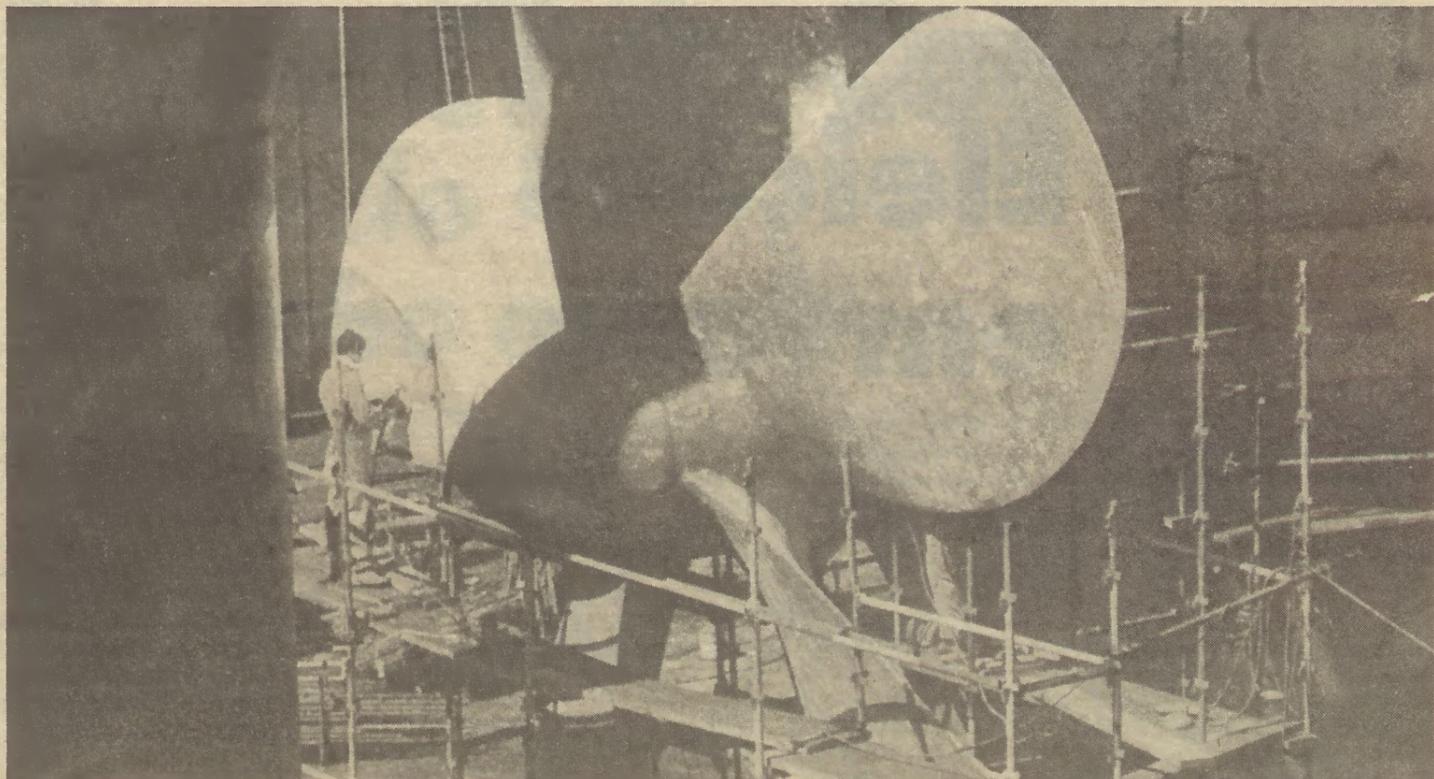
- Dando prioridade ao emprego e a medidas extraordinárias de combate ao desemprego.

Diz o PCP, ao apresentar esta alternativa que «o diálogo social não pode ser um alibi para a Comunidade se abster dos seus deveres em matéria social». ■

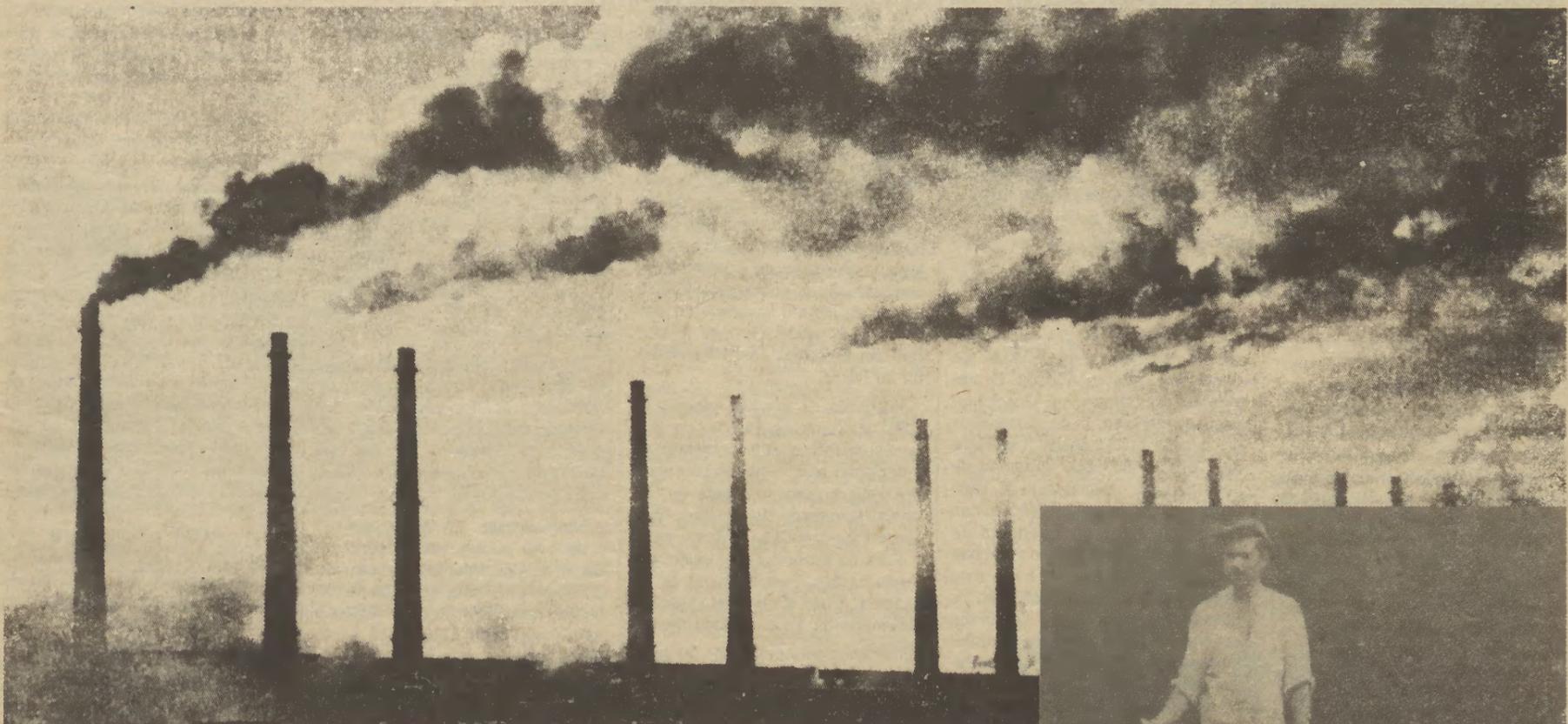
forte Sector Empresarial do Estado, a defesa e o desenvolvimento do sector das telecomunicações e a modernização do comércio e serviços.

Isto, claro está, acompanhado por uma política de desenvolvimento agrícola assente nas diversas formações estruturais e tendo como eixo não a redução, mas o aumento da produção agrícola.

Uma política global, no fundo, comprometida com os interesses nacionais; que tenha como ponto de partida e como objectivo o nosso país. ■



Para enfrentar as consequências de 1992 é necessária a existência e dinamização de um forte Sector Empresarial do Estado



Defesa do ambiente

O impacto da entrada em vigor do Mercado Único Europeu pode ser analisado sob os mais variados pontos de vista. As suas consequências não serão visíveis apenas ao nível económico.

Também o meio ambiente está em perigo. O Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu debateu recentemente este tema no decorrer de um encontro realizado na Dinamarca, e onde participaram os deputados do PCP.

Neste encontro, chegou-se à conclusão de que muito provavelmente o Mercado Único irá ter consequências ainda mais negativas sobre o meio ambiente, o que se explica devido à competitividade desenfreada e sem regras a que muito provavelmente se irá assistir.

No caso concreto de Portugal, o PCP afirma que «para enfrentar o Mercado Único se torna necessária uma política nacional que respeite o ambiente e os recursos naturais do País, assumindo particular urgência a regulamentação da Lei de Bases do Ambiente, o combate firme à eucaliptização indiscriminada e a exigência do cumprimento da legislação comunitária em vigor no domínio do ambiente.»

Na reunião da Dinamarca a que fizemos referência, o Grupo Comu-

nista e Afins do Parlamento Europeu aprovou uma série de propostas para defesa do ambiente.

Propõem os comunistas o aumento do orçamento comunitário para a defesa do ambiente, ao contrário do decréscimo que actualmente se verifica; o empenhamento do Parlamento Europeu no discurso da temática do ambiente e a associação da CEE ao programa de pesquisa americano-soviético sobre a climatologia (uma associação tanto mais necessária dado o efeito de estufa que está a afectar o clima a nível mundial).

Uma proposta também — e que nos diz directamente respeito — é a da harmonização das normas sobre poluição, de molde a evitar que certas empresas se instalem precisamente onde essas normas são menos restritivas. Trata-se de uma situação que poderia ser favorecida pela livre circulação de capitais.

Preservação, participação e paz

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu entendem que a defesa do meio ambiente se faz

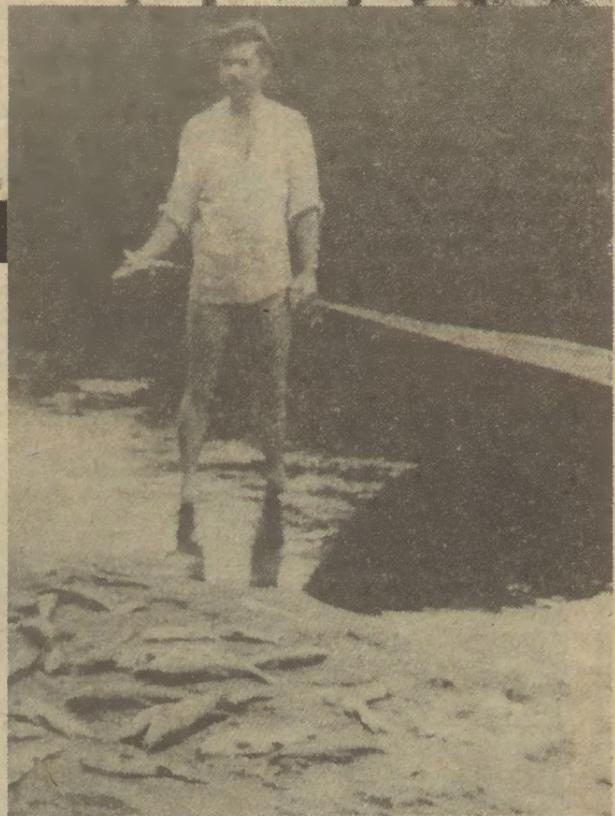
também com a preservação, a participação e a paz.

A preservação do meio ambiente, através de novas formas de agricultura que tenham em conta o equilíbrio ecológico e não a Política Agrícola Comum no seu estado actual, que se traduz pelo uso excessivo de produtos químicos que contribuem para a degradação do ambiente com a poluição dos rios, dos mares, dos lençóis freáticos e ainda para a desertificação.

O meio ambiente defende-se também com a participação dos trabalhadores, nomeadamente nas questões de emprego e ambiente, de modo a impulsionar a cooperação neste domínio, como parte indispensável de uma política de desenvolvimento económico, de crescimento, e que pode contribuir para a criação de empregos.

Finalmente, defender o ambiente é também, para o Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, pugnar pela paz, nomeadamente pela extensão das zonas desnuclearizadas ao Mar do Norte e ao Mediterrâneo, como forma de protecção do nosso património e do nosso futuro comum.

É que o ambiente e a paz devem ser considerados como verdadeiros Direitos do Homem. ■



Errata ao texto do folheto «Em Defesa de Portugal no Parlamento Europeu»

Por lapso, na última página do folheto em referência editado pela CDU aparecem incorrectamente mencionados os valores do défice comercial com a CEE.

Por isso, em rectificação de texto, a seguir ao subtítulo «Desequilíbrio comercial crescente», deve passar a ler-se:

«Com a integração, na prática, aconteceu que, em vez de se abrir para as mercadorias portuguesas o tal "mercado de 320 milhões de consumidores", é Portugal que está a abrir o seu mercado interno à invasão de produtos estrangeiros.

As importações portuguesas da CEE crescem em ritmo acelerado em comparação com o ligeiro aumento da exportação para a CEE. O défice da balança comercial com a CEE subiu de 2,3 milhões de contos em 1985 (antes da adesão) para 283 milhões em 1987.»

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

Eleições
em foco

As batalhas eleitorais deste ano de 1989 e especialmente a do Parlamento Europeu — a realizar já em Junho — estiveram em foco na jornada de informação e esclarecimento que a CDU promoveu a nível nacional no passado fim-de-semana, envolvendo muitos activistas da Coligação, com destaque para os militantes comunistas.

Para além da distribuição de materiais informativos em pontos de grande concentração popular, a jornada foi também assinalada pela realização de numerosas iniciativas, incluindo sessões, debates, colóquios, visitas e outros contactos com a população, reunindo dirigentes do Partido e deputados, técnicos e especialistas que assim tiveram oportunidade de esclarecer questões essenciais que a adesão à CEE coloca ao nosso País e à economia nacional. Várias organizações do Partido avançaram para esta jornada nacional de informação e esclarecimento num esforço conjunto orientado também para a dinamização de importantes acções, caso, por exemplo, dos comunistas de Lisboa, empenhados na preparação da segunda Assembleia da organização local, a realizar em Março. Ainda há dias atrás, o Comité Local do PCP sublinhava ao «Avante!» que uma das vertentes de trabalho que se procura dinamizar na preparação da Assembleia é a planificação da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, as propostas do PCP para o Município de Lisboa e as tarefas no último ano do mandato autárquico — prosseguir o trabalho, articular a acção nos órgãos com a mobilização da população, a dinamização e preparação das eleições (formação de comissões CDU, programas e listas).

Porto

Distribuição de documentos nas feiras, nos centros das vilas ou cidades, mesmo nas empresas, no sábado de manhã, jornais sonoros e o contacto individual foram os meios mais utilizados nesta jornada da CDU no distrito do Porto.

A visita dos deputados Ilda Figueiredo e António Mota, acompanhados de autarcas CDU das localidades, a bairros sociais do ex-FFH, foi dos momentos mais importantes da Jornada. Ilda Figueiredo foi ao bairro da Gandra, em S. Pedro da Cova, Gondomar e António Mota ao bairro de Carcavelos, em Matosinhos, bairro do Calvário em Valongo e bairro de Louzada. Ambos ouviram as queixas e a indignação dos moradores. Aumentos que vão dos 100 aos 3000%. Famílias de sete pessoas

com rendimentos de 50 contos. Famílias que pagavam 2500\$00 de renda vão pagar 10 500\$00. O presidente da Câmara de Gondomar não se interessa, o de Matosinhos diz que na qualidade de Presidente da Câmara não pode deixar de dizer-lhes para cumprirem a lei. Resta-lhes, a luta, as comissões que vão formando, os vereadores da CDU que se vão inteirar dos problemas e solidarizar-se com a luta e os deputados que deles recolheram os casos concretos. Casos concretos que naturalmente serviram e contribuíram para a proposta que apresentaram na Assembleia da República de suspensão da portaria que determina tais aumentos.

Bragança

Por iniciativa do grupo comunista e afins do Parlamento Europeu reali-

zou-se no passado domingo, na Escola Secundária de Mirandela, um debate sobre as questões relacionadas com a adesão de Portugal à CEE e o papel desempenhado pelos deputados comunistas no Parlamento Europeu.

No debate que foi dirigido por Agostinho Lopes, membro do Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP, foi salientada a importância do trabalho realizado pelos três deputados do PCP no Parlamento Europeu, em defesa dos interesses nacionais e da região.

As iniciativas dos deputados comunistas sobre a construção de uma lixeira nuclear em Aldeadavila, sobre a produção de vinho generoso no Douro e sobre as indemnizações a agricultores afectados por intempéries foram as mais significativas.

Salientado foi também o papel dos eleitos da CDU em órgãos autárquicos do distrito (nomeadamente nas Assembleias Municipais de Mirandela, Vila Flor e Freixo-de-Espada-à-Cinta) na luta travada pela defesa da atribuição de indemnizações compensatórias aos agricultores de todo o distrito em igualdade de condições que desde início se verificaram em Bragança, Vinhais e Miranda do Douro.

Integrada na jornada nacional da CDU, a Comissão Distrital de Bragança do PCP realizou iniciativas de informação e propaganda nas feiras do distrito, nomeadamente em Vinhais, Carrazeda de Ansiães, Freixo-de-Espada-à-Cinta e Bragança.

Para os próximos dias estão previstas acções, para as feiras de Mirandela, Duas Igrejas, Mogadouro, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.

Algarve

Com a presença de Rogério Brito, deputado à Assembleia da República e a participação de mais de 50

agricultores realizou-se no sábado na **Conceição de Faro** um debate sobre a Agricultura e a CEE, promovido pelo Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu.

Foi salientado pelos agricultores presentes que a adesão à CEE teve como consequências imediatas a entrada no nosso país de produtos espanhóis, situação que se agravou nas últimas semanas com a importação de grandes quantidades de produtos hortofrutícolas, nomeadamente citrinos e tomate, que se reflectiu no abaixamento do preço na produção e nas dificuldades de escoamento.

Por outro lado, verifica-se por parte do Governo a ausência total de medidas de apoio à agricultura de forma a reduzir as consequências negativas da adesão à CEE.

Foi realçada a necessidade de constituir uma Associação de Produtores de Hortofrutícolas de forma a defender os interesses dos agricultores da região e tendo em vista as dificuldades que virão a ser criadas com a adesão plena em 1992.

Também no sábado teve lugar em **Tavira** um colóquio sobre as **Pescas e a CEE**.

Entretanto, em **São Bartolomeu de Messines**, largas dezenas de agricultores participaram num debate organizado pelo Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, subordinado ao tema «a CEE e a Agricultura».

Neste debate, em que o principal orador foi o deputado Rogério de Brito, os participantes focaram os principais problemas com que se debate a agricultura face à integração na Comunidade Económica Europeia.

Neste quadro, debateram-se questões como a dificuldade na obtenção de crédito, a ausência de apoio técnico por parte dos organismos oficiais e os problemas de escoamento de produtos face à concorrência de produtos oriundos de

outros países da Comunidade, nomeadamente de Espanha.

No decorrer do debate, foi ainda dado conta aos participantes do intenso trabalho desenvolvido pelos deputados do PCP nas instâncias da CEE.

Combater a desertificação do Alentejo

O deputado comunista no Parlamento Europeu, **Joaquim Miranda** anunciou em Moura que o Grupo Comunista e Afins vai apresentar brevemente uma proposta para «Combater a desertificação do Alentejo e de implementação do Alqueva».

Perante cerca de uma centena de participantes, Joaquim Miranda considerou que «estamos a produzir com níveis de qualidade inferior e a preços mais altos do que os nossos parceiros da CEE, factor que nos trará necessariamente elevados prejuízos».

Dai que, afirmou, «temos de ser nós a definir o que queremos ser, enquanto região e País, não podendo ficar única e exclusivamente como um País de turismo, alicerçando a nossa economia nas indústrias tradicionais».

É neste quadro que o Alqueva é «um projecto de carácter nacional, imprescindível ao nosso desenvolvimento».

No colóquio, subordinado ao tema «a integração na CEE, Alqueva e o desenvolvimento regional», participou também o presidente da Câmara Municipal de Moura.

Lamas de Oliveira afirmou que o desenvolvimento da região «tem de ser alicerçado numa profunda alteração de mentalidades e tendo como motor a agricultura, através da introdução de sistemas de regadio, apoiados necessariamente no sistema de mais-valias da barragem do Alqueva». ■



As eleições para o Parlamento Europeu estiveram em debate no plenário de quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, que decorreu na Casa do Alentejo, na noite da passada sexta-feira

CDU &
informação

em defesa
de Portugal
no Parlamento
Europeu

■ Henrique Custódio

Novo CT do Couço Quando o sonho cresce

Há cerca de um ano fomos ao **Couço** — a mais importante freguesia rural do concelho de Coruche, no Distrito de Santarém — para vermos como tinha arrancado o novo Centro de Trabalho do PCP, a construir num belo lote de terreno de 3073 m². Nessa altura já estavam lançados os caboucos, as paredes cresciam até à cintura e os ferros, emergindo do cruzamento das paredes, apontavam a garantia de que a obra ia prosseguir. Prosseguiu e bem. Hoje já lá está um magnífico edifício de rés-do-chão e primeiro andar, rematado por um vasto sótão a que nem sequer falta o telhado. Se esclarecermos que a obra tem sido fruto exclusivo de trabalho voluntário, dádivas e iniciativas locais do Partido, é caso para cumprimentarmos a Organização, os camaradas e os amigos do Couço.

Marcada um pouco sobre a hora, a nossa deslocação ao Couço sofreu alguns desencontros e não pôde contra com a presença dos seus membros da «comissão de obras». Mas estavam lá os suficientes para nos acompanharem na visi-

de Abril, logo com ele cresceu, a par das necessidades reais impostas pela actividade partidária, o desejo de um outro, feito de raiz, desenhado num pulsar colectivo e concretizado no arrojo de quem constrói para o futuro.



Manuel da Silva Oliveira «Lecha» (à esquerda), um encarregado de obras que tem posto a profissão e os talentos ao serviço da obra do Centro de Trabalho, e José Vicente Henriques, um «concense das arábias» que correu mundos tão longínquos como os do Canadá, regressando com a reforma e a permanente disponibilidade para o sonho

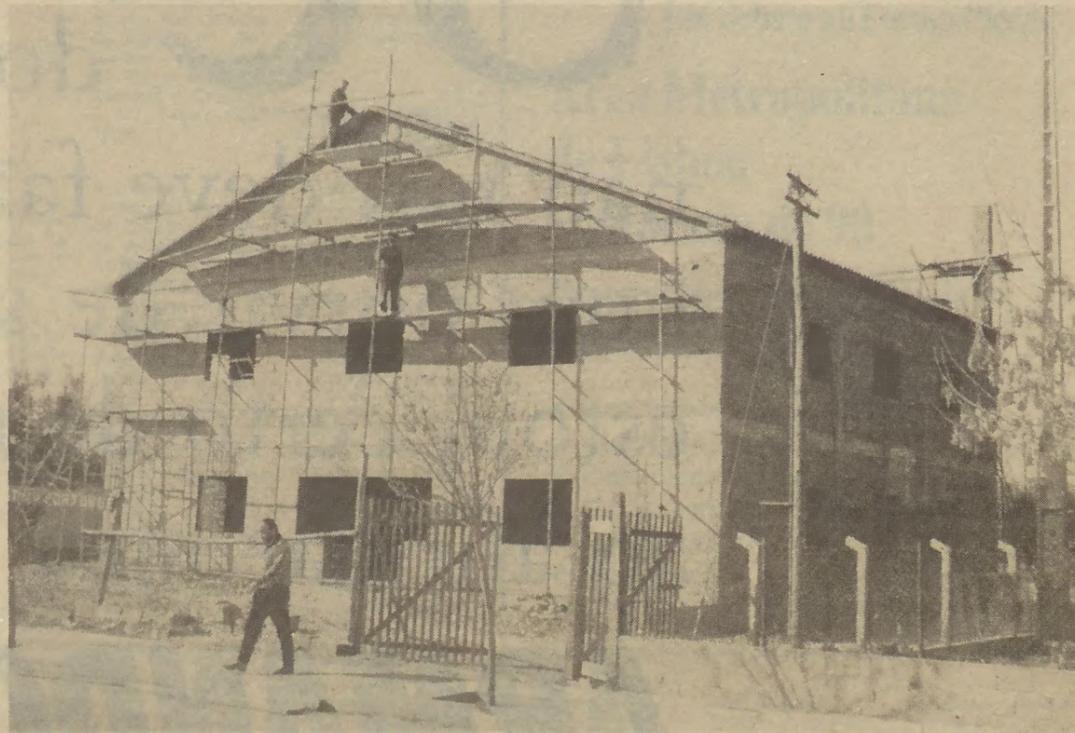
ta! Manuel da Silva Oliveira («Lecha»), um encarregado de obras que tem posto a profissão e os talentos ao serviço da obra do Centro de Trabalho, e José Vicente Henriques, um «coucense das arábias» que correu mundos tão longínquos como os do Canadá, regressando com a reforma e a permanente disponibilidade para o sonho.

Sonhos que, no Couço, e neste País de diásporas, são o eterno cimento com que se constrói a realidade, se nos permitem o chavão um pouco ortorrómbico mas economicamente adequado ao caso vertente. O sonho de um Centro de Trabalho «legal» foi aspiração de décadas, no Couço; aberto este no improviso e na pressa da Revolução

Ele aí está, o sonho feito realidade, com dois andares, um vasto sótão, mais de uma dezena de divisões e espaço para outras obras e novos sonhos. Falta concluí-lo, no que de pormenor têm estas obras, e depois habituá-lo com a actividade concreta do quotidiano. Por nós, ficamos à espera. Por lá, continua o trabalho e a pensar-se, já provisoriamente, na inauguração.

**Qualquer dia...
lá estaremos!**

«Quanto à inauguração», dizem-nos os nossos interlocutores, «o ideal seria até ao fim do ano e



Ele aí está, o sonho feito realidade, com dois andares, um vasto sótão, mais de uma dezena de divisões e espaço para outras obras e novos sonhos

ainda não pusemos a ideia de parte, mas dadas as próximas eleições e as dificuldades acrescidas aqui na zona devido à ofensiva contra a Reforma Agrária, talvez não se consiga. Há gente a ter de procurar trabalho mais longe e, enfim, tudo isto dificultará os nossos trabalhos, dado que tudo é feito com o esforço voluntário da malta».

E iam-nos mostrando em que pé estavam as coisas. Bastante de pé, sublinhe-se. A casa está pronta no que diz respeito a paredes e estruturas (já base suficiente para lhe pôr outro andar em cima no futuro, caso necessário) e o que há a fazer agora é completar com canalizações, rebocos, pavimentações, etc, «o que não é pouco», advertiam-nos o Manuel «Lecha». Entretanto José Vicente demonstrava que era bastante, o investimento que o ano passado ergeu o edifício. De caderno de apontamentos em punho onde, em caligrafia minuciosa e muito certinha tem «tudo discriminado», quantificou: 852 750\$00 de trabalho voluntário ao longo de dezenas de jornadas, 54 947\$00 de dádivas para almoços («em todas as jornadas houve comida grátis para quem trabalhou aqui»),

772 301\$00 de materiais adquiridos e 700 000\$00 produto de iniciativas diversas. Arredondamento: 2380 contos aplicados no novo Centro, sem contar com os custos do terreno. Aí recordou-se que o seu custo total foi de 2020 contos, para uma área de 3073 m² organizados num imenso rectângulo, com frentes de 20 e tal metros para duas ruas, in-

serida numa zona urbanizada e possuindo água própria e pomar.

Desnecessário será dizer que todos estes custos e investimentos foram suportados e conseguidos pela população, num empenhamento conjunto que já deu amplos frutos e, qualquer dia, será motivo de festiva e orgulhosa inauguração.

Lá estaremos, naturalmente!

Que terra é esta?

O que é o Couço?

Citando o que dissemos na deslocação do ano passado, recordamos que se trata de uma povoação que cresceu junto ao local onde se forma o rio Sorraia, o principal afluente da margem esquerda do Tejo. Quem lá entra e lhe observa a arquitectura — agora aparentemente indecisa entre a sobriedade caiada do Alentejo e alacridades excessivas das novas construções — suspeitará encontrar-se em mais uma terra a cujo rosto a emigração assomou com linhas urbanísticas forasteiras, embora sem força para lhe apagar o contorno original.

Mas não são estas singularidades que lhe explicam o perfil quase lendário construído nas últimas décadas, outorgando-lhe prestígios que chegaram a ter impacto nacional; esse perfil foi desenhado pelo traço forte da luta político-social, que ali sempre se acendeu no rastilho dos embates democráticos que, nacionalmente, foram abalando o regime fascista. As campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado e as greves pela jornada de trabalho das oito horas são apenas alguns pontos altos das vigorosas acções de massas que celebrizaram o Couço, a ponto de o salazarismo ordenar a sua ocupação militar, a imposição do estado de sítio e, na sequência, a proibição de qualquer festividade durante vários anos, enquanto encarcerava centenas dos seus habitantes.

Ali, o ser-se comunista ou suspeito disso sempre foi motivo de clandestino e público orgulho — assim como a forma certa de se estar na vida, pesasse embora a brutal incerteza que tal provocava. Com o derrube do fascismo ficou tudo em pratos limpos, nesta freguesia onde imperava o latifúndio: o PCP surgiu, fulgurante, à luz do dia, mobilizando a maioria esmagadora dos habitantes para as novas lutas que se avizinhavam na construção do Portugal de Abril e na defesa do regime democrático e obtendo vitórias maciças em todos os actos eleitorais até agora realizados — mesmo os que, noutros pontos de forte implantação comunista, registaram oscilações conjunturais.

É neste quadro que ganha relevo a construção do novo Centro de Trabalho do Couço do PCP, que substituirá o que, já há anos, se tornou insuficiente. E a obra avança, saída do empenhado esforço colectivo das suas populações. Ou não fosse o Couço a terra que é!



Há menos de um ano o novo Centro de Trabalho do Couço começava assim

«**S**e o sonho do porvir não nos deve fazer cair num porvir de sonho, estou, certo de não ser vítima de semelhante ilusão ao afirmar meu «optimismo probabilista»

ARMANDO CASTRO

Segunda parte da última lição de Armando Castro, proferida no Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto, em 2 de Fevereiro de 1989



Embora desde começos dos anos «40» tenha começado a dedicar-me à investigação, à exegese e à elaboração teóricas, conquistei uma rica aprendizagem até pelo facto de ter sido tal esforço levado a cabo em condições variáveis pois, como notei já, somente o último terço deste longo e penoso labor foi realizado portas dentro da Universidade.

É claro que no campo das Ciências do Homem a que posso reportar-me, a situação é diversa da que encontramos nas Ciências da Natureza e nas lógico-dedutivas. Há porém grandes denominadores comuns a despeito de uma pesquisa laboratorial por exemplo ser diversa daquela que se efectua num arquivo ou no campo.

Nestas condições não será pretensiosismo apontar certas indicações que se colhem dessa experiência, com os seus zig-zags, seus avanços e recuos, fornecendo assim talvez aos trabalhadores intelectuais mais jovens indicações que a mim pessoalmente consumiram centenas, talvez milhares de horas de um esforço que se poderia ter evitado, permitindo avançar com muito maior economia de meios e sem um trabalho dispendioso em vão.

A primeira indicação que gostaria de recordar é que seria erróneo, quando se é jovem, supor que este ou aquele plano de trabalho se pode adiar. Nós temos de proceder desde logo e desde já, sendo aqui perfeitamente aplicável a asserção de Paul Valéry: « Ou procedo com rapidez ou então nada consigo! ». É claro que proceder com rapidez não é proceder com precipitação. Pelo contrário, é com frequência da lenta acumulação de reflexões e do aproveitamento de estudos já existentes e sua crítica no sentido de os joear, é desse labor que pode levar meses e meses a fio, que, em regra, brota a orientação metodológica e se desenham as soluções que se buscam.

Seja como for o trabalhador intelectual tem de estar sempre penetrado de uma real capacidade de sacrifício: sacrificar o «secundário» aos objectivos primordiais. O investigador tem também de estar dotado de uma imensa paciência; ela manifesta-se na acumulação de dados do

património existente — e ficar por aí é ser erudito mas aproveitar essa erudição para progredir é o apanágio do investigador. Construir hipóteses, desenvolver umas e abandonar outras, começar e recomeçar, pôr de lado um caminho já quase construído quando se conclui que não leva aos resultados desejados através da crítica teórica, esta paciência e coragem têm de acompanhar o trabalhador que enveredou por esta senda plena de espinhos.

Não esquecer que «aparentes» pequenos resultados não são senão muitas vezes as vias indispensáveis a fim de se atingirem as metas propostas. Não esperar encontrar «ao dobrar de cada esquina» do caminho ideias científicas novas e revolucionárias; Não se conta que Paul Valéry interrogava Einstein com perguntas em catadupa, como estudava, se porventura quando lhe surgia uma ideia inovadora de noite se levantava para a anotar, etc., ao que o autor da «Teoria da Relatividade» teria retorquido: «ideias inovadoras? Tem-se uma ou duas durante toda a vida»...

É indispensável estar-se ainda animado de um profundo espírito crítico face ao património disponível combinando-se esta atitude com o seu aproveitamento, quer dizer, não tentar construir desde os alicerces e por si só uma nova teorização global. Semelhantes atitudes só podem conduzir a frustrações e mesmo a desastres. Ela exige por um lado coragem — a coragem de se for necessário ir contra todo o «estabelecimento» teórico e doutrinário — e por outro a coragem de não se ter a pretensão — ia a dizer tã — de ser totalmente inovador...

Lembremos que nessa ciência altamente desenvolvida que é a Física os grandes inovadores aproveitaram — e reconheceram — a herança sem a qual não podiam ter avançado; não respondia Newton quando lhe perguntavam a razão do êxito imediato e gigantesco da sua obra «Principia Mathematica» que isso lhe fora possível porque assentava em ombros de gigantes? E não se reconhece quanto Einstein deveu às «Equações de transformação de Lorenz» e a uma obra hoje ignorada, o livro do físico alemão August Föppl sobre electrodinâmica, como recor-

dou G. Holton?

Nada disto belisca sequer a genialidade das grandes contribuições ao avanço do entendimento humano do mundo; e isto é facilmente compreensível desde que recordemos o facto evidente de não poder conceber-se um Newton ou Einstein, um Lavoisier ou um Watson e Crick, um Lobarchesvy ou um Riemann algumas centenas de anos antes da época que viveram estes revolucionários da Física, Biologia e da Geometria, o mesmo se dizendo — por maioria de razão, por causa das profundas transformações que conhecem as actividades humano-sociais — de um Adam Smith ou de um Marx, de um E. Durkheim, de um J. Piaget ou de um Vigotsky, para reduzir a exemplificação à Economia, Sociologia e à Psicologia Cognitiva. Aliás isto mesmo se poderia estender à Filosofia: como conceber um Descartes, um Hegel ou um Kant na Antiguidade ou na época medieval?...

Outra lição tirada indeclinavelmente em particular da prática das Ciências Sociais (ou do Homem), reside na necessidade de atenção máxima contra as pretensões de explicar cientificamente os fenómenos para os quais ainda não existe a respectiva teoria, por mais rudimentar que por ventura ainda seja. Quer explicar todos estes complexíssimos fenómenos quando em relação a eles ainda existe um vácuo teórico é tentação a que importa fugir, muito embora as pressões sociais por vezes sejam muito grandes. Como há mais de um século já reconhecia um autor, há que combater a tendência para «fazer da sua necessidade e da sua impaciência um argumento teórico e tornar a necessidade de uma teoria pela própria teoria». Em tais situações a posição é simples: basta reconhecer não haver ainda explicação teórica para a eventual questão colocada...

Tomando outra direcção tiraria da experiência pessoal a indicação que importa aprofundar sempre a pesquisa em todas as direcções, no sentido de se assumir sem desfalecimento e sem hiatos uma posição crítica e autocrítica no labor científico. Uma posição que procure explorar-se das influências ideológicas — e antes de mais nada das que são

próprias do cientista — e que desenvolvam essa actividade despojada de orientações dadas pelo mero racionalismo espontâneo e do senso comum; este perigo é tanto maior quanto o crescimento exponencial das ciências e das tecnologias mostra que aqui se está cada vez mais longe do racionalismo do senso comum. Há que adoptar e desenvolver em cada momento um racionalismo teoricamente alicerçado. Esta é a senda possível para quem quiser progredir neste delicado campo de esforço criativo. E só ele, aliás, permite contribuir para a ampliação do património comum de entendimento do mundo.

Experimentei no meu próprio trabalho dentro das áreas disciplinares que elegi a importância decisiva desta regra.

Efectivamente, trabalhando em Economia Teórica e Aplicada, em História Económica e Social, na História do Pensamento Económico e por fim no vasto e complexo domínio tendo em vista pôr de pé as disciplinas explicativas do conhecimento corrente, científico e filosófico e mesmo do elemento cognitivo na Estética, houve em primeiro lugar que utilizar dados polidisciplinares consoante os casos; colher ainda indicações filosóficas, forjando ao mesmo tempo sistemas metodológicos adequados aos vários propósitos. Mas para tudo isto foi preciso avançar sem preconceitos e sem posições dogmáticas.

Para além destes aspectos gerais, suponho que procurei cumprir a exigência desta dimensão social; ela impôs durante este último quase meio século uma solidariedade humanista concreta que tentou ser de tendências totalizantes, mas com particular atenção para os interesses e problemas nacionais, concretizando um patriotismo activo que sem dissolver as dimensões meta-nacionais procurou integrar a contribuição portuguesa nesse conjunto, incluindo na cultura universal. Supõe-se que por exemplo ao ter-se privilegiado Portugal no estudo da História Económica e Social, nos estudos económicos, no estudo do pensamento económico se ilustra esta opção, ao mesmo tempo que na teorização das actividades cognitivas se pretendeu dar um contributo na perspectiva global e não exclusivamente nacional; mas nada disto, nem de perto nem de longe, invalida a importância mútua entre a vida portuguesa e a vida internacional, como é ilustrado em particular pela interpretação que proponho para a aventura histórica da expansão ultramarina portuguesa, ao sustentarem que não é explicável à margem do condicionalismo europeu e mundial da época, mas trazendo uma contri-buição económica ao conjunto das sociedades humanas. Neste plano tratou-se sempre de compreender como, sem chauvinismos, o povo português se tem inserido e em que

encontrar «algo à frente» do nosso tempo...

Por tudo isto, seguindo estes parâmetros para os quais me atrevi a invocar a minha própria experiência, o trabalhador intelectual não poderá ser acusado de dever-se a terrorismo intelectual aquilo que resulta apenas da sua crítica teórica radical; posição incómoda mas irrenunciável no plano teórico. Semelhante posição pode levar a um diálogo de surdos que importa esclarecer e superar. Porém este esforço há-de ir de par com um sentido claro dos grandes objectivos sociais do trabalho científico; ele visa servir a colectividade e por seu turno coloca ao investigador responsabilidades éticas que não são naturalmente mínimas. E antes de tudo importa jamais esquecer que o labor neste espaço do esforço humano não constitui um fim em si mesmo.

Para além destes aspectos gerais, suponho que procurei cumprir a exigência desta dimensão social; ela impôs durante este último quase meio século uma solidariedade humanista concreta que tentou ser de tendências totalizantes, mas com particular atenção para os interesses e problemas nacionais, concretizando um patriotismo activo que sem dissolver as dimensões meta-nacionais procurou integrar a contribuição portuguesa nesse conjunto, incluindo na cultura universal. Supõe-se que por exemplo ao ter-se privilegiado Portugal no estudo da História Económica e Social, nos estudos económicos, no estudo do pensamento económico se ilustra esta opção, ao mesmo tempo que na teorização das actividades cognitivas se pretendeu dar um contributo na perspectiva global e não exclusivamente nacional; mas nada disto, nem de perto nem de longe, invalida a importância mútua entre a vida portuguesa e a vida internacional, como é ilustrado em particular pela interpretação que proponho para a aventura histórica da expansão ultramarina portuguesa, ao sustentarem que não é explicável à margem do condicionalismo europeu e mundial da época, mas trazendo uma contri-buição económica ao conjunto das sociedades humanas. Neste plano tratou-se sempre de compreender como, sem chauvinismos, o povo português se tem inserido e em que

medida tem contribuído para a história universal. Daí também que haja privilegiado há já muitos anos a História comparada, integrando os diversos povos numa imensa e exaltante aventura planetária. Outra indicação para que nesta rápida panorâmica desejaria chamar a atenção, sobretudo para aqueles que dão os primeiros passos nesta orientação de vida, refere-se à necessidade de conduzir um labor quotidiano de pesquisa e de reflexão crítica, de moldagem metodológica e de crescente definição pessoal das áreas privilegiadas de labor.

Não se julgue sobretudo que isto é possível sem esse esforço constante e diário. É dele que resulta o enriquecimento informacional e problematizante sem o qual nada se consegue de válido. A minha experiência neste capítulo vai a tal ponto que sem exagero posso afirmar que quando tenho de interrompê-lo por motivo de força maior — como uma doença por exemplo — durante dois ou três dias que seja, impõe-se-me um esforço adicional nos dias seguintes a fim de colmatar o atraso... Sem considerar obviamente as demais dimensões essenciais ao Homem, o facto de se restringirem as observações ao homem-intelectual-investigador, permitem-me acrescentar ainda que uma consequente e permanente actividade teórico-racionalmente esclarecida em qualquer dos múltiplos vectores em que se desmultiplica, é também fonte de uma felicidade e de um bem-estar que contribuem para arrear para longe o desespero e o pessimismo expressos por exemplo no grito de Jules Supervielle, quando afirmou «Não nos deixes morrer da dor de estar no mundo».

Para encerrar estas reflexões desejaria dirigir-me em particular aos trabalhadores das Ciências Sociais, ou Ciências do Homem de uma maneira geral. Desejaria dar-lhes, não «ex-cathedra», é bem de ver, mas transmitindo algumas das conclusões a que cheguei e naturalmente, como em tudo na cognição humana, estão sujeitas a revisão e anseiam mesmo pela sua ultrapassagem, via por excelência de progredirmos. E abra-se aqui um parêntesis para confessar que sempre desejei a todo o momento ver meus produtos

teóricos criticados, rectificandos e ultrapassados por novas conquistas. Nesta ordem de ideias considero que colhi algumas indicações que me pareçam válidas:

I — Sob a base geral e comum de todo o conhecimento de tipo científico, as disciplinas sociais oferecem particularismos que não vou agora desfiar apenas sublinhando que dizem respeito a fenómenos extremamente complexos. Não afirmou um autor que «saber tudo a respeito do Homem seria saber tudo a respeito de tudo»?

II — Que a necessidade de limitar o estudo constitui uma necessidade universal da cognição, seja ela de que género for;

III — Que nestas condições inultrapassáveis o conhecimento científico tem de cindir para se poder apropriar das representações cognitivas, pois conhecer é por sua natureza limitar em função dos interesses sociais na perspectiva de longa duração;

IV — Por isso a pluralidade das Ciências Sociais não traduz um estilhaçamento do estatuto humano desde que se compreendam estas necessidades;

V — Acresce que se existe uma tendência inegável para a desmultiplicação de cada disciplina em outras autónomas (e dentro de cada uma há várias teorias respeitantes a aspectos diversos, o que aliás não sucede somente neste sector do sistema geral das ciências), aqui também se desenvolvem tendências unificantes tanto do homem-social como deste como ser social e natural (físico e biológico).

VI — Desenvolvem-se necessariamente tendências contraditórias; por um lado surgem as forças centrífugas com novas ciências do homem — Semiótica, Informação, Ciências do artificial, etc. O mesmo sucede no interior de cada disciplina — Temos em Economia uma Economia do Desenvolvimento, do Comércio Internacional, dos Preços, etc., etc. Há as Sociologias da Arte, da Ciência, da Educação, da Política, etc. Na Linguística além dos ramos tradicionais da Sintaxe, Semântica, Fonética, surgem outros como a Gramática Generativa entre os mais. Naquilo a que chamo a História Epistemológica das Ciências por-

que o fio cronológico é apenas uma indicação para a apreensão dos condicionalismos e leis que regem a produção e a aplicação deste tipo de saber, também surgem outras Histórias relativas à actividade intelectual ou intelectual-afectiva-emocional como a História da Arte, bem como das Técnicas e da Tecnologia, para mais não invocar.

A própria disciplina que é a História no sentido tradicional (que tem constituído a disciplina representativa de uma leitura global da aventura humana colectiva) vai ela própria cindindo-se em sub-disciplinas autónomas; História Económica, Política, Cultural, das Mentalidades, das Ideologias, etc. Resta com tendência abrangente a História Social.

Mas esta evolução não deve fazer cair o pesquisador no desânimo e na frustração.

VII — Por um lado estes fracionamentos traduzem um aprofundamento da compreensão do homem-social e do homem «tout court»; estes corpos teóricos, com a sua índole de captação das relações internas dessa realidade, estruturados em sistemas eles próprios relacionais, não têm por isso forçosamente de distorcer de maneira significativa a representação desses laços internos.

Tomemos um acto tão comum e corrente como é um desses fenómenos que se realiza quotidianamente aos milhares de milhares como a compra e venda de um objecto: a oferta, procura, preços da transacção e tantos outros aspectos são agarrados pelo economista; por seu turno o psicólogo, nomeadamente o psicológico social, prestará atenção à fenomenologia psíquica colectiva, enquanto o antropólogo prestará atenção à índole dos objectos transaccionados e seu alcance como produto de uma actividade cultural em sentido amplo; outros especialistas concentrar-se-ão em fenómenos como o sociológico das modas dos objectos que são símbolo de prestígio, ao passo que a qualidade e a estética da mercadoria serão considerados por outros especialistas. É um acto uno mas perfeitamente decomponível em diversas dimensões sem com isso ficarmos com uma representação especulamente falsificada do todo.

VIII — Porém, sob o ponto de vista da dinâmica teórica, o trabalhador das ciências (tanto das sociais como das outras) dispõe de elementos coadjuvantes de importância crescente que operam como força centripeta que opõem-se às que jogam no sentido de uma super-especialização que poderá parecer desanimadora. Essas forças centripetas manifestam-se em primeiro lugar no crescimento das inter-relações disciplinares cujas manifestações; embora naturalmente limitadas, no entanto cresçam sem dúvida alguma. É de uma maneira genérica a interdisciplinaridade que pode ser apenas metodológica ou chegar a teorizações intradisciplinares; ela é concretamente clara na realização de projectos em que colaboram vários tipos de especialistas num recíproco labor politécnico de raiz científica para atingir dado objectivo prático.

Outro elemento que actua no mesmo sentido é o aparecimento de novas disciplinas cujo conteúdo tem em vista teorizar a própria actividade científica e tecnológica, como a Epistemologia geral, as epistemologias regionais e disciplinares além da História (epistemológica) da Ciência e a História (epistemológica) da Tecnologia.

A última força ao serviço dos investigadores que reforça amplamente a sua capacidade de trabalho provém naturalmente de novos elementos tecnológicos ao seu serviço: eles vão por exemplo na arqueologia e na história da datação dos monumentos pelo rádio-carbono e outros meios até ao uso geral da informática com os instrumentos poderosíssimos que são os computadores só para constituir bases de dados como ainda para muitos outros fins (grafismo, inteligência artificial, etc., etc.).

Porém não sobrestimemos a sua eficácia. Basta recordar que paralelamente explode a magnitude quantitativa dos trabalhos, pois, somente nas Ciências do Homem, se calcula publicar-se por ano, entre artigos, «papers» e livros, mais de um milhão de estudos. E acresce a barreira das linguas cuja totalidade nenhuma base de dados pode superar, além da questão da triagem daqueles que verdadeiramente interessam (e não avallou já um investigador de «ciência métrica» que a maioria dos «papers» não chega a ser lida?).

Se o sonho do porvir não nos deve fazer cair num porvir de sonho, estou certo de não ser vítima de semelhante ilusão ao afirmar meu «optimismo probabilista»: visionar um mundo em que a fome tenha sido extirpada da superfície do Planeta, em que tenham sido erradicados os obstáculos que impedem o pleno florescimento da personalidade dos actuais mais de quatro mil milhões de nossos semelhantes; conceber um mundo em que tenham sido banidos para sempre os perigos mortais do holocausto nuclear ou da destruição através das guerras bacteriológicas e químicas; e seja defendido o ecossistema; um mundo em que as contróversias sobre as estruturas sociais mais adaptadas ao bem-estar e progresso se resolvam pelo exemplo, não pela razão da força mas pela força da razão; então, concebendo o nosso frágil obstáculo cósmico, este nosso frágil «planeta azul» nessas condições possíveis, como qualquer outro indivíduo que pelas leis da vida tem de dar o lugar a novas gerações, poderei partir não com tristeza mas com fundada alegria, penetrado, repelindo o poeta, de «saudades do futuro».

De qualquer modo, os meios técnicos ao dispor, hoje, do investigador são imensamente superiores aos que existiam há meio século. Minha experiência pessoal leva-me a recordar que já considere um progresso material sensível a generalização do uso das «esferográficas»: que dizer portanto das fotocópias e dos computadores?

Não ignoro naturalmente que o trabalho científico e universitário apresenta apenas uma pequena parcela do conjunto do esforço colectivo tendo em vista melhorar a condição humana. Mas nessa medida deixo o labor activo na minha Faculdade com a certeza de ele ter representado um dos esteios que pôde — ao menos nos últimos lustros — ser parcela fundamental da definição de uma posição na vida.

Parcela de um conjunto, este labor e o de investigação e produção conceptuais foram algumas das linhas mestras de uma vida que me permitiu ilustrar com uma confissão a encerrar esta mensagem que desejei transmitir em particular às gerações mais novas:

Região Autónoma dos

AÇORES**Os comunistas explicam com clareza****o que pensam dos problemas**

A Comissão Executiva da Direcção do Partido na Região Autónoma dos Açores (DORAA) esteve reunida recentemente na cidade da Horta (Faial) para examinar diversas questões de ordem política, económica e social inerentes à Região. Tomou também diversas decisões referentes à actividade e ao trabalho do PCP no arquipélago, quer no plano institucional, quer no plano da acção geral desenvolvida pelos militantes comunistas nas nove ilhas.

«Presidência Aberta»

Ao apreciar a decisão do Presidente da República em realizar, no ano de 1989, um período de permanência na Região Autónoma dos Açores, comumente designado por «Presidência Aberta», o Executivo da DORAA entende dever pronunciar-se no sentido de que tal permanência pode contribuir para a consolidação da **Autonomia** como um projecto que interessa a todo o País e que não se compadece com perversões aventureiristas ou centralistas.

A realização, também no ano corrente, nos Açores, das cerimónias nacionais «Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas», constitui uma decisão que foi recebida e saudada pelos açorianos como uma medida co-relacionada com o seu patriotismo e que se enquadra na necessidade dos Açores, com as suas especificidades, serem melhor e mais rigorosamente conhecidos em todo o País.

Revisão constitucional

A Comissão Executiva da DORAA ao analisar o relatório produzido pela Comissão Eventual para a Revisão Constitucional da Assembleia Regional (na elaboração do qual o deputado do PCP não participou por impossibilidade de transporte), registou as seguintes conclusões:

Tal relatório inclui um conjunto de posições em relação às quais o PCP-Açores tem uma posição de concordância na medida em que se enquadram num contexto de aperfeiçoamento do sistema autónomo constitucionalmente consagrado. O relatório inclui todavia algumas posições em relação às quais o PCP-Açores discorda totalmente. Estão neste caso as propostas subscritas conjuntamente pelo PSD-Açores e pelo PS-Açores que visam alterar a configuração constitucional e diminuir as funções concretas do Ministro da República, a proposta também subscrita pelo PSD e pelo PS que visa fundamentar constitucionalmente a elaboração de leis eleitorais que atentem ainda mais contra o princípio da representação proporcional e a proposta igualmente do PSD-A e PS-A de criar um círculo uninominal para o Parlamento Europeu.

O Executivo da DORAA recebeu uma informação, prestada pelo deputado Paulo Valadão, a propósito da audiência que a Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia da República concedeu à Comissão Eventual da Assembleia Regional e congratula-se pelo facto do diálogo se ter estabelecido entre a Assembleia da República e a Assembleia Regional sobre tão importante matéria e saúda a forma construtiva como a reunião decorreu.

Os comunistas congratulam-se,

igualmente, com o bom acolhimento que algumas das propostas do PCP têm tido neste processo e entende que é necessário e correcto que a Comissão Eventual da Assembleia Regional volte a reunir para analisar, com pormenor e ponderação, os pontos de vista quer políticos, quer

se vem afirmando de forma crescente conseguirá travar e inverter a política do Governo de Cavaco Silva totalmente orientada contra os interesses dos trabalhadores, sublinham os comunistas dos Açores, que acrescentam:

«No plano da nossa Região a Comissão Executiva da DORAA considera ser urgente a aprovação pela Assembleia Regional dos valores do salário mínimo regional. Embora aguardando a apre-

trário do PSD e a abstenção do PS.

O organismo executivo de direcção do PCP nos Açores entende que uma justa adaptação do sistema fiscal à realidade dos Açores pode constituir um dos meios de correcção dos custos acrescidos provocados pela insularidade, tendo sido mesmo o PCP a primeira força política a apontar esse caminho há já vários anos, mas entende que tal instrumento terá que ser sempre complementar de outros, dado a na-

Dados fidedignos demonstram mesmo ter ficado muito aquém das expectativas a exploração pela SATA em associação com terceiros de voos «charters» para os EUA e Canadá. Cabe pois perguntar: **Privatizar a SATA porquê?**

Se é para a Região garantir a natureza social do serviço, não tem cabimento privatizar para depois subsidiar essa entidade privada ou semiprivada pois a isso dá-se o nome de oferta de dinheiros públicos. Se é para introduzir a lógica do lucro no serviço prestado seria uma medida violentamente anti-social e anti-económica, pois o cidadão utilizador pagaria preços incompatíveis pelo transporte e toda a actividade económica seria afectada.

Assim sendo há que insistir: **Privatizar a SATA porquê? Quais as manobras que estão por detrás deste anúncio de privatização?**

A Comissão Executiva da DORAA ao mesmo tempo que declara a sua completa discordância em relação à anunciada privatização da SATA, pelo que essa política tem de aventureirismo e irracionalismo, exige do Governo Regional uma completa e tal informação sobre esta questão.

O PCP alerta todos os açorianos para as graves consequências que poderiam advir para a Região da execução desta medida e alerta em especial os trabalhadores da SATA para a possível precarização dos respectivos postos de trabalho que tais aventureirismos podem motivar.

Finalmente, o Executivo da DORAA exige, uma vez mais, uma informação verdadeira sobre o montante perdido pela Região em função do contrato irresponsavelmente negociado pelo Governo para a aquisição de um avião a jacto, contrato esse posteriormente denunciado pelo próprio Governo. Em relação à SATA, o aventureirismo e o manobrista já deram maus resultados no passado recente, como se viu.

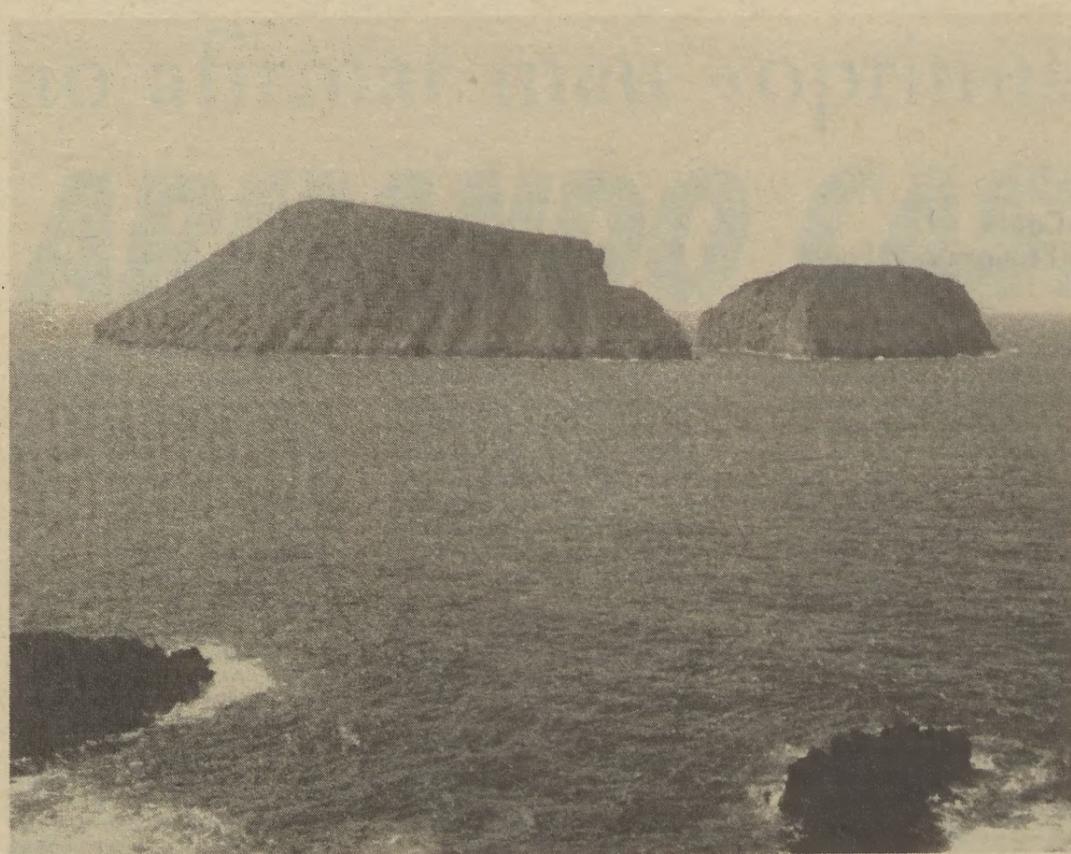
Habitação e medicamentos

A Comissão Executiva da DORAA, ao analisar recentes declarações do secretário Regional da Habitação e Obras Públicas a respeito da **política de habitação**, não pode deixar de estranhar o facto do Governo pretender, através de declarações aos órgãos de informação, esconder o facto de não ter consagrado no seu programa, apenas aprovado pelo PSD, medidas concretas, diferentes, justas, inovadoras e modernas no que toca à política habitacional.

Sendo este um dos mais graves problemas sociais da Região, o PCP apresentará, na discussão do Plano e Orçamento, um conjunto de medidas, quer de carácter geral, quer referentes a casos concretos, no sentido de se conseguirem alterações substanciais neste sector.

O Executivo da DORAA ao apreciar o recente caso da existência de **uma lista regional de medicamentos a serem compartilhados**, paralela mas diferente da nacional, não pode deixar de sublinhar três factos:

O primeiro facto é que as duas listas existiam e que eram diferen-



Recentemente o deputado do PCP dirigiu um requerimento ao Executivo de Mota Amaral a propósito dos atrasos registados no arranque do projecto destinado a dotar as costas sul do Pico, norte do Faial e norte de S. Jorge de pequenos faróis auxiliares para a navegação costeira

jurídicos, que se manifestaram da parte dos deputados à Assembleia da República.

A Comissão Executiva da DORAA continua a considerar que a questão fundamental no que respeita à Autonomia no presente processo de revisão da Constituição diz respeito à clarificação dos poderes legislativos regionais.

Em relação a tal matéria o PCP mantém a sua posição de sempre, segundo a qual tal clarificação deve visar eliminar áreas de interpretação duvidosa, áreas essas geradoras de conflitos, e que deve ser realizada por forma a assegurar, num quadro de respeito pela unidade da soberania do Estado, a valorização dos órgãos legislativos regionais nas matérias e situações de interesse específico.

Salário mínimo regional

A Comissão Executiva da DORAA analisou diversos aspectos da situação económica e social do País e da Região, constatando ser necessário derrotar a nova versão do pacote laboral e impor alterações na política de rendimentos e preços, de forma a que haja uma distribuição mais justa do rendimento nacional.

A unidade dos trabalhadores que

sentação da já anunciada proposta do Governo sobre esta matéria, entidade esta que por dispor de serviços técnico-financeiros de apoio está excepcionalmente bem colocada para apresentar uma proposta inicial, a Comissão Executiva da DORAA deliberou que o PCP apresentará um projecto de DLR sobre o salário mínimo, no caso do Governo tentar alguma manobra dilatória. Ao proceder assim o PCP garantirá que no primeiro trimestre deste ano a questão será discutida na Assembleia Regional.»

Ao analisar os processos de revisão dos instrumentos colectivos de trabalho em curso na Região, por via negocial, a DORAA entende ser necessário garantir que tais revisões, no que respeita aos salários e regalias pecuniárias garantem a cobertura das diferenças de custo de vida e inflação que existem em relação ao continente.

O Executivo da DORAA após analisar pormenorizadamente a pretensão dos trabalhadores da Função Pública de verem consagrada a instituição de um acréscimo salarial na Região resolveu renovar e actualizar, em sede de discussão do Orçamento, a proposta de alteração ao Decreto Legislativo Orçamental que a Representação Parlamentar do PCP já fez no ano transacto e que contou nessa altura com o voto con-

tureza limitada da correcção que por essa via se pode introduzir.

A privatização da SATA

O anúncio do início de um processo de privatização da SATA foi, recentemente, motivo para grande alarido governamental e revelação das hesitações e duplicidades do Partido Socialista, que se limitou a declarar algumas reservas sem tentar, sequer, aprofundar a questão.

A SATA é uma empresa com valor estratégico para a Região porquanto garante a ligação entre as ilhas, o que assume enorme relevância socioeconómica. A natureza social do serviço prestado exige que na exploração das carreiras internas prevaleçam critérios de utilidade social, o que implica a ausência de critérios assentes na criação e acumulação de lucros.

De acordo com dados desde sempre divulgados não é possível, sem a intervenção pública, garantir a prestação, em condições máximas de segurança e operacionalidade, do serviço em questão.

De acordo ainda com dados da empresa apenas o sector de prestação de assistência a terceiros apresenta resultados positivos, mas tal sector representa uma pequena parte da actividade da empresa.

tes, pois a regional foi já efectivamente anulada em função das posições assumidas pelos farmacêuticos, partidos políticos e cidadãos individualmente considerados.

O segundo facto é o de que entre Agosto e Novembro e entre Novembro e Dezembro constaram dessas listas medicamentos com participações diferenciadas, para além do caso citado pelo secretário Regional da Saúde, dos anticoncepcionais.

O terceiro facto é que esse citado sr. secretário fez uma péssima estreia televisiva, fazendo declarações sem qualquer rigor, atacando despudoradamente todos os que levantaram o problema no mesmo momento em que dizia de facto que quem tinha razão eram aqueles que ele atacava.

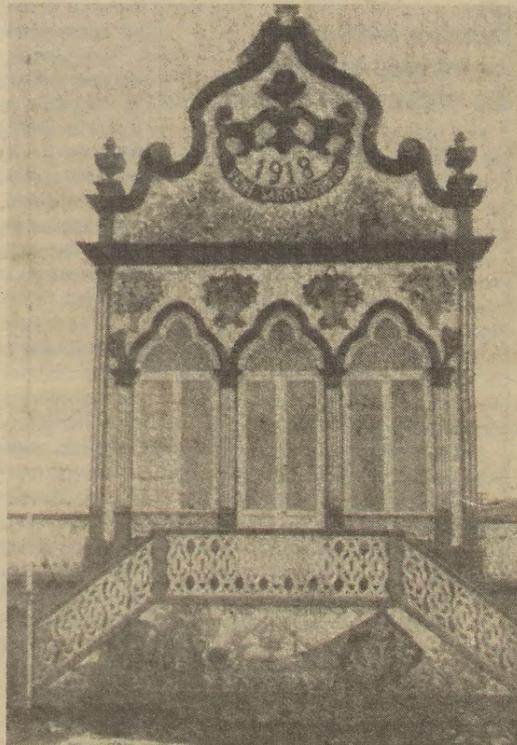
Foi agora corrigida uma injustiça, o que é razão de satisfação para to-



A representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores tem desenvolvido um intenso trabalho em defesa do arquipélago, dos seus interesses e direitos, em defesa do progresso económico e social da Região. Os requerimentos ao Governo de Mota Amaral e as intervenções de Paulo Valadão exemplificam uma actuação dinâmica que deve ser levada ao conhecimento de todos os açorianos



Atento às várias questões de ordem económica do arquipélago, o deputado comunista na Assembleia Regional dos Açores, camarada Paulo Valadão, ainda no passado mês de Janeiro, em requerimento ao Governo Regional, colocava o problema da falta de assistência médico-veterinária na ilha das Flores



«Espírito Santo», um símbolo da cultura açoriana. Cultura que, a par de temas como o ensino e a defesa do meio ambiente, tem suscitado a intervenção do deputado comunista

dos os que lutam contra as múltiplas medidas arbitrarias tomadas pelo PSD.

A recusa do PS

A Comissão Executiva da DORAA analisou a carta que recebeu do secretário regional do PS em resposta a um convite que tinha feito a esse partido para um encontro entré delegações das duas direcções regionais.

Tal resposta do PS traduz-se na recusa ao convite referido, o que associado à quebra feita pelo PS de todos os contactos que tradicionalmente se realizavam quer no plano institucional quer na actividade política geral entre o PCP e o PS nos Açores, tem que ser entendido como uma atitude de quebra e recusa na cooperação democrática, essencial a qualquer transformação.

O Executivo da DORAA verificou que tal recusa do PS em dialogar com o PCP tem lugar no exacto momento em que o PSD-Açores e o PS-Açores subscrevem uma proposta conjunta para reduzir os poderes do Ministro da República consagrados na Constituição e outra proposta conjunta de um novo ponto para o Artigo 116.º da CRP que se traduziria não só na possibilidade da perpetuação das graves distorções já existentes na aplicação do princípio



Pescas, um sector fundamental na economia dos Açores. Que o deputado do PCP tem defendido na Assembleia Regional. Em 23 de Janeiro, um requerimento de Paulo Valadão abordou o caso da «Transmaçor», empresa em que um dos sócios é a própria Região. Assumindo grande importância para as ilhas Faial e Pico, para o triângulo Faial-Pico-S. Jorge e para a totalidade do grupo central, a «Transmaçor» apresenta graves problemas de funcionamento e gestão a que o «Avante!» se referirá oportunamente

da representação proporcional na lei eleitoral regional, como redundaria no agravamento dessas distorções com grave prejuízo para as ilhas mais pequenas.

A Comissão Executiva da DORAA ao verificar a total falta de vontade da actual liderança regional do PS em dialogar com outras forças

que se opõem ao PSD e ao verificar a tão grande facilidade com essa mesma liderança chega a entendimentos tão importantes com o PSD, não pode deixar de alertar todos os democratas e todos os descontentes para esse comportamento tão distante de promessas eleitorais bem recentes.

A Comissão Executiva da DORAA, por entender, entretanto, que o que está em causa é a necessidade de se encontrarem caminhos certos e seguros que levem a transformações democráticas, declara-se uma vez mais disponível para apreciar com o Secretariado Regional do PS a situação regional actual.

Batalhas eleitorais

As próximas futuras eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias Locais foram também apreciadas pela Comissão Executiva da DORAA que tomou diversas medidas no sentido de serem acelerados os respectivos trabalhos preparatórios já encetados.

A importância de apoiar a CDU para o Parlamento Europeu, como forma de dar força e representatividade à única força política que propõe medidas de protecção dos interesses cruciais da economia regional no quadro da CEE, foi salientada no debate.

A importância do reforço da CDU nas autarquias municipais e de freguesia, como forma de garantir uma presença mais determinante a uma força política cuja persistência e capacidade na defesa dos interesses das populações é reconhecida por todos, mesmo pelos adversários, foi uma das ideias mais sublinhadas.

O Executivo decidiu, assim, convocar uma Reunião Plenária da DORAA para o próximo dia 18 em Ponta Delgada à qual caberá analisar os trabalhos já desenvolvidos e definir a orientação política-eleitoral a adoptar pelo PCP-Açores em relação a esses actos eleitorais. Decidiu ainda propor aos seus aliados na CDU a imediata activação das respectivas Comissões Eleitorais. ■

ALGARVE

Capital estrangeiro marca pontos numa economia regional

sem defesas face à CEE

O plenário da DORAL – Direcção Regional do Algarve – do PCP realizou há dias a sua primeira reunião após o XII Congresso do Partido.

Além da apreciação à situação política e social e à preparação dos actos eleitorais deste ano, foram tratados aspectos respeitantes à actividade do PCP no Algarve. No sentido de adaptar as estruturas organizativas às batalhas políticas e eleitorais, foram introduzidas modificações na composição do Plenário da DORAL, através da chamada a este organismo de direcção de mais nove camaradas, por cooptação. No mesmo sentido foi apreciado um conjunto de reuniões de quadros e assembleias concelhias já programadas, cujo objectivo visa o reforço do trabalho para dinamizar a vida das organizações locais do Partido face à importância do ano político que se tem no horizonte.

Foi discutido e aprovado o calendário de iniciativas para o primeiro semestre, do qual se destaca a realização das 3.ªs Jornadas Algarvias a 2 de Abril, o plenário de eleitos e activistas da CDU a 26 de Fevereiro, as comemorações do aniversário do partido a 4 e 5 de Março e um largo conjunto de debates sobre a integração na CEE e Mercado Único, revisão da Constituição e a regionalização.

Como estão os vários sectores da vida económica

Nos últimos meses fechou as portas mais uma empresa corticeira: Torres Pinto, de Faro, a maior ao sul do País. Ameaça idêntica pesa sobre a CAFI em Lagos.

Significativamente, quando vários governos vinham a dar como moribunda a actividade conserveira no Algarve, é o investimento estrangeiro que acaba de reabrir uma fábrica de conservas em Olhão e se anuncia como interessado noutras empresas do ramo.

Na agricultura, a situação permanece em completo marasmo, senão mesmo recessão, quando pela qualidade dos solos e a amenidade do clima se poderiam esperar acções apoiadas, voltadas para o desenvolvimento.

A concorrência que está a sofrer a actividade agrícola no Algarve com a especulação imobiliária e a tentação que para muitos agricultores se coloca diariamente de vender os seus terrenos a bom preço, face à alternativa de continuarem a arriscar, sem apoios do Governo, no processo produtivo, tem tido como reflexo a acelerada venda de bons ter-

renos e o abandono da actividade ou a sua entrega a estrangeiros.

Nas pescas, para além da cruzada que o Governo move à actividade da pesca artesanal e na qual se insere a política de abate de embarcações, lançando no desemprego elevado número de pescadores sem direito a qualquer tipo de indemnização, não se regista nem uma significativa reconversão da frota, nem o seu aumento com modernas embarcações.

A aquacultura e o marisqueiro, sectores que no Algarve dispõem de excepcionais condições naturais, permanecem a braços com as peias que lhe são colocadas por uma burocrática e desadequada legislação e falta de incentivos, apoios técnicos e financeiros.

O turismo teve no ano passado o primeiro sintoma da crise que pode vir a atravessar, a curto prazo, se, entretanto, tudo continuar como antes: o crescimento (20 por cento) da oferta de alojamento, não absorvido pela procura.

Perigos reais

O investimento estrangeiro é estimado em 40 milhões de contos nos

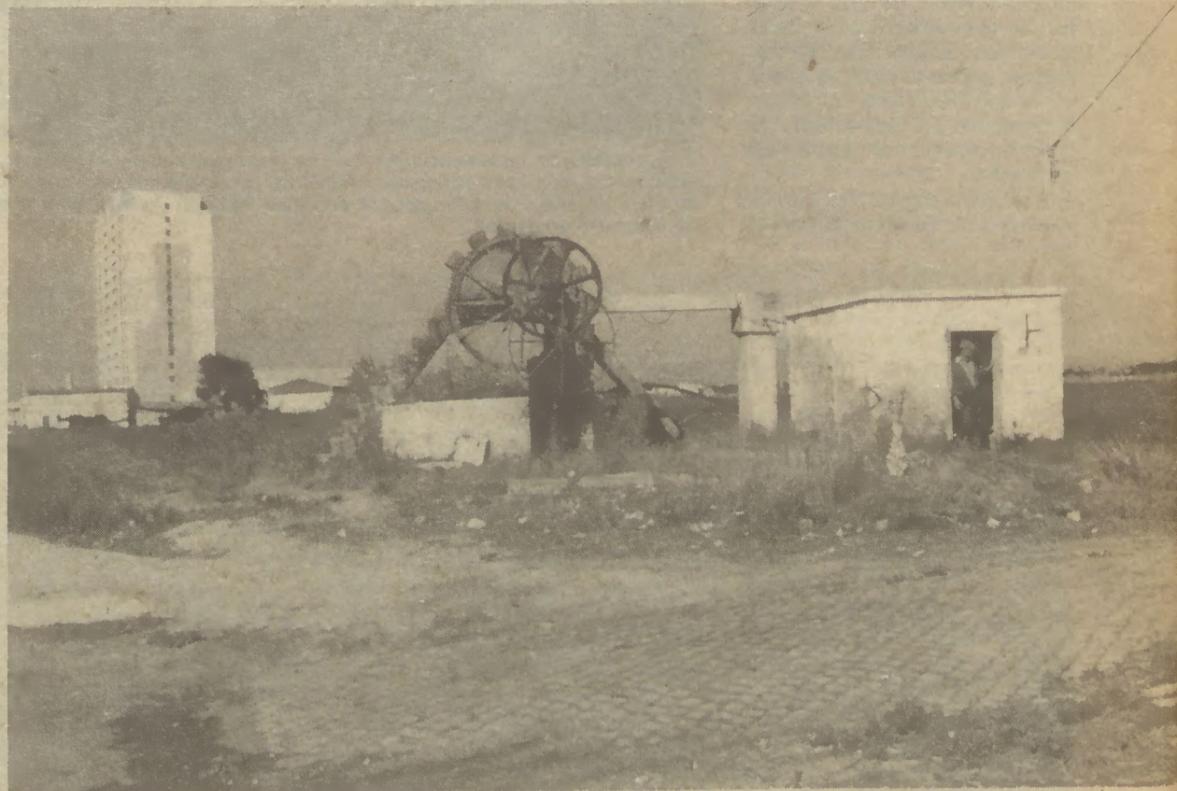
últimos três anos. Tal montante pode ter sido realizado só nos últimos dois anos no sector imobiliário.

Estes números fornecem plena dimensão dos perigos reais a que a economia da região está sujeita e a perspectiva que no horizonte se de-

nem cria capacidades de resistência ao domínio das empresas multinacionais.

As obras públicas que têm vindo a ser realizadas, algumas até com atrasos de dezenas de anos, não correspondem ao esforço necessário de relançamento das diversas activi-

ve, ao afastar as autarquias do papel activo que lhes é devido, colocando-se em posição de subalternidade face ao poder central, surge como mais uma acção desgarrada e de grosseira intromissão na área do Poder Local por parte do Governo PSD.



No Algarve continua a haver trabalho, mas há cada vez menos emprego seguro. A perspectiva de acesso estável a uma profissão é a meta cada vez mais longínqua para muitos jovens que afluem ao mercado de trabalho

senha da alienação da soberania e da independência nacional, se tal política não for travada.

A situação assume de facto uma gravidade extrema se tivermos em conta que no plano da economia regional o que está a ser feito não nos prepara contra o embate de plena integração e do Mercado Único,

dades económicas que tais projectos possibilitem.

Neste quadro o que se pode afirmar é que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) elaborado pela CCR se salda por um rotundo fracasso!

O anunciado Plano Regional de Ordenamento do Território do Algar-

Assim, as preocupações do Governo Cavaco sobre o ordenamento do Algarve, só podem ser apreciadas à luz da defesa dos interesses dos grandes investidores, na preocupação de afastar a pequena concorrência, e deixar os grandes grupos económicos maximizar o seu investimento na exploração dos recur-



As extraordinárias condições climáticas e a avalanche de turistas são apenas uma das faces da realidade algarvia. O encerramento de empresas, os graves problemas com que se defrontam a agricultura, as pescas e o marisqueiro testemunham uma realidade económica e social com difíceis problemas na actualidade e no futuro, caso não se imponha uma política diferente, que respeite e valorize as capacidades e potencialidades da região



Nem só de cimento armado vive a economia dum região...

tos naturais ainda existentes na região.

Há trabalho mas não há empregos

Os recuos do PSD, face ao processo de implementação das regiões administrativas, falseando todas as promessas eleitorais, não pode ser desinserida da sua política, marcadamente centralista e posta ao serviço do poder económico dos grandes capitalistas e apostando na descaracterização do regime democrático.

No plano social, a situação na região caracteriza-se pelo agravamento das condições de vida e pela profunda instabilidade em relação aos postos de trabalho. No Algarve, continua a haver trabalho mas não há empregos, o que provoca o aumento do descontentamento e dos protestos, não só dos trabalhadores mas das camadas intermédias da população. ■



Os caminhos no Algarve não podem apontar apenas para a indústria hoteleira e a prestação de serviços na área do turismo. Mesmo este tem de ser defendido e valorizado em termos de qualidade e de seriedade

Os comunistas as lutas as eleições e a unidade

A DORAL do PCP saúda a justa luta dos trabalhadores contra a política de rendimentos do Governo e o «pacote laboral», pela revisão das contratações e acordos colectivos de trabalho, as greves dos transportes que tiveram esmagadora adesão no distrito, as lutas da Função Pública, dos trabalhadores de autarquias, dos médicos, bem como a justa luta que envolve os docentes, alunos e funcionários da Universidade do Algarve, pela autonomia universitária e a reposição da legalidade nesta instituição.

As eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu assumem, no quadro da actual situação, inegável importância política, sublinha a DORAL.

É indispensável — acrescenta — que nas eleições para o Parlamento Europeu a CDU, obtenha uma subida da sua votação, capaz de lhe garantir a obtenção de mais mandatos.

Os três deputados comunistas que actualmente integram o Parlamento Europeu, pelo seu trabalho, conhecimento dos problemas e capacidade reivindicativa, têm constituído uma força indispensável para garantir a melhor defesa dos interesses do País e da nossa independência.

Em qualquer circunstância a CDU é, nas melhores tradições da unidade da APU, por si própria, um projecto político autónomo com experiência, capacidade e provas dadas na gestão autárquica.

Confirmando a necessidade de dar andamento a todo o processo de concretização de listas para todos os órgãos autárquicos na região, abertas à participação de independentes, no âmbito da política unitária que tem desenvolvido, a DORAL do PCP mostra a sua inteira disponibilidade para apreciar, em conjunto com as restantes forças democráticas, a possibilidade de derrotar a direita em várias autarquias que esta dispõe no Algarve.

Neste sentido propõe ao PS, PRD, UDP e outros sectores democráticos estabelecer coligações para substituir o PSD na gestão, designadamente, das Câmara de Faro e Loulé.

A disponibilidade para discutir tal perspectiva não pode ser confundida com os propósitos que já animaram sectores do PS para hegemonizar a candidatura a tais autarquias, procurando afastar a CDU.

Analisando a situação do Partido no Algarve, à luz das decisões do XII Congresso, a DORAL do PCP saúda o esforço que vem sendo desenvolvido para reanimar e dinamizar toda a acção partidária.

No plano da actual situação política, perante a ofensiva do Governo de Cavaco Silva, contra os interesses dos trabalhadores, do progresso do País e da região, o PCP mais uma vez se confirma como uma força indispensável de combate a tal política, defensora dos interesses do povo e de elevado sentido patriótico.

E o PS?

É com grande preocupação que neste sentido se assiste às cedências que o PS está a fazer no quadro da revisão da Constituição às exigências do PSD, designadamente quanto às nacionalizações, Reforma Agrária, direitos e regalias sociais dos trabalhadores e à própria independência da Comunicação Social. PS que após o seu último Congresso se apresenta de novo com pretensões sectárias e hegemónicas da esquerda, refrescando com o «dualismo» a velha tese ligada ao objectivo de governar em alternância com o PSD.

O abandono de valores da esquerda no terreno concreto da sua acção política, dão a real dimensão dos propósitos que animam a actual direcção do PS.

É neste quadro político que se tem de apreciar e valorizar toda a acção do PCP e a necessidade de aumentar a sua força e influência.

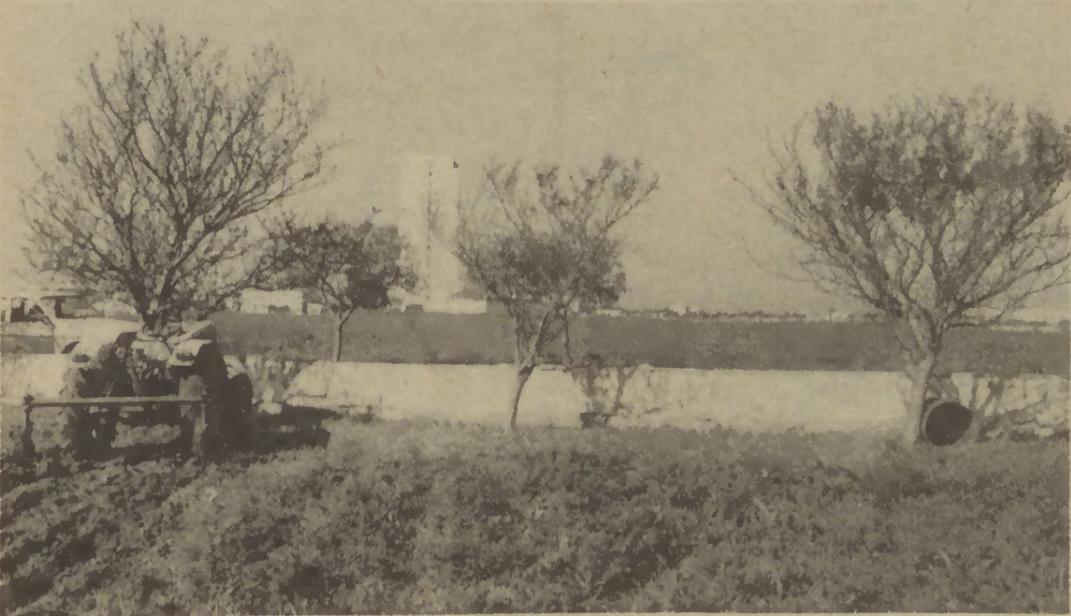
A DORAL do PCP apela por isso mesmo a todas as organizações do PCP para darem continuidade a todo o trabalho em curso no sentido de encontrar no plano de organização e de acção as melhores formas de intervenção política e nessa direcção fazer do aniversário do PCP no próximo mês de Março um ponto alto de intervenção, reafirmação da força, da capacidade, do empenhamento dos comunistas e do seu partido na sociedade portuguesa. ■

Um alerta

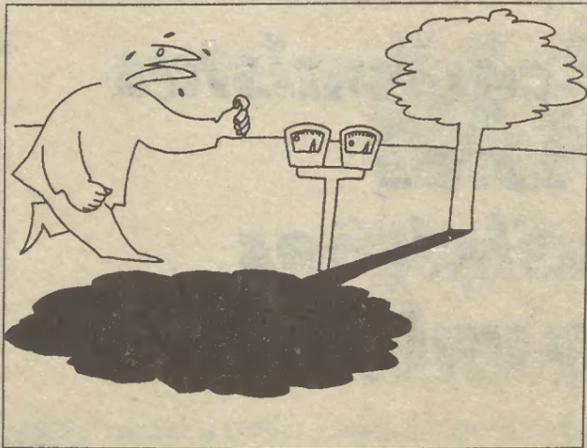
Na economia da região a situação é marcada pela continuidade da destruição do aparelho produtivo e pela avalanche de capital estrangeiro que nos últimos anos a um ritmo alucinante vem ganhando importantes posições e peso na vida da região. Para além da actividade turística, em muito associada ao sector imobiliário, não há qualquer sintoma significativo na vida económica do Algarve globalmente encarada, alerta a Direcção Regional do PCP. ■



O investimento estrangeiro é estimado em 40 milhões de contos nos últimos 3 anos. Todavia, há seguros indícios que tal montante pode ter sido realizado nos últimos 2 anos só no imobiliário. Tais números dão a indicação dos perigos reais a que a economia da região está sujeita e a perspectiva que no horizonte se desenha contra a independência nacional



A concorrência a que está sujeita a actividade agrícola na região algarvia face à especulação imobiliária, a tentação que para muitos agricultores se coloca diariamente de vender os seus terrenos a bom preço, face à alternativa de continuar a arriscar sozinho no processo produtivo, tem tido, como reflexo, a acelerada venda de bons terrenos e o abandono da sua actividade ou a entrega aos estrangeiros



Madeiras

Segundo a Direcção Geral de Florestas, nos primeiros dez meses de 1988 exportámos qualquer coisa como 195,2 milhões de contos de produtos florestais, o que correspondeu a um aumento de 19,2% em relação às exportações registadas em igual período de 1987. Naturalmente «deste conjunto de exportações, a pasta de papel (leia-se eucaliptos) é líder, com 39,5% do total das vendas nacionais ao estrangeiro». É lógico. Exportar madeira é o que resta a uma país... em cavacos.

Códigos

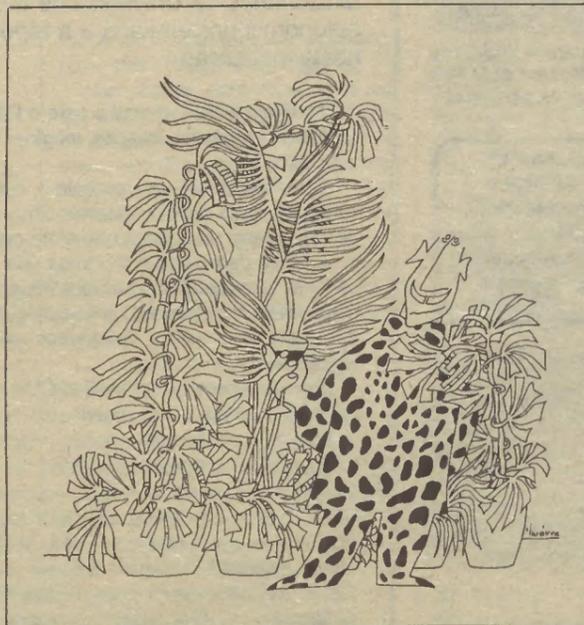
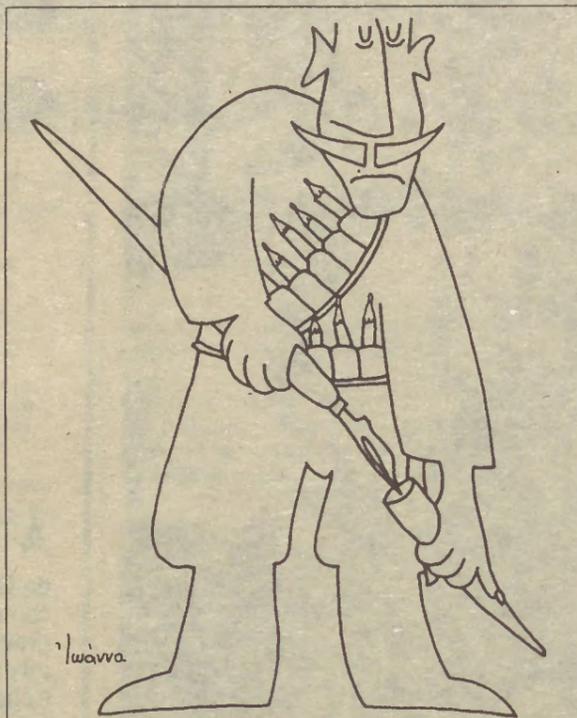
Parece que o código de avaliação de prédios rústicos e urbanos entrará em vigor no próximo ano. Segundo o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sr. Oliveira Costa, «a complexidade do trabalho em curso exige muito cuidado, para as novas avaliações não provocarem situações de injustiça». De facto neste campo todo o cuidado é pouco. Imaginem, por exemplo, se um prédio tão urbano como o das Amoreiras resolve permutar com o próprio nome?!... Onomasticamente, tem carradas de rusticidade...

Prodígios

Os resultados da política do Governo estão cada vez mais prodigiosos. Calculem que dados oficiais, divulgados no princípio desta semana, revelaram que a produção no sector industrial português registou um crescimento de cerca de 5% em 1988, enquanto o investimento no mesmo sector e no mesmo período de tempo diminuiu

de 18% em 1987, para 15% em 1988. Realmente para quem protege a música dissolvendo Orquestras Sinfónicas, desenvolve a Saúde encerrando hospitais ou incentiva a agricultura desertificando os campos, o que é que tem de extraordinário aumentar a produção industrial diminuindo o investimento?!... Aguarda-se com expectativa as medidas governamentais para solucionar a prolongada seca deste ano. Consta que o Executivo já tem na fase final a construção de uma máquina de fazer chuva.

Pontos Cardeais



Recados

Em casa:
Atenção: Augusto não te esqueças de passar pela escola, que hoje há reunião de pais. Pelo caminho compra duzentos e cinquenta de manteiga e devolve o aspirador à vizinha.
Na escola:
Atenção: Augusto não se esqueça de assinar os pontos escritos das crianças.

Pelo caminho, passe pela secretaria, para pôr as propinas em dia.
No «Europeu»:
«Atenção Augusto: a notícia sobre a formação de Associação de Escritores Cabo-verdianos deverá entrar na nossa edição de amanhã, terça-feira, dia em que se efectua a assembleia constitutiva da referida associação».
Desculpa Augusto.

Na tribuna, ao lado do Freitas...

Chama-se Manuela Teixeira e costuma apresentar-se como «dirigente sindical» dos «professores». Zangou-se com o ministro Roberto Carneiro. Zangou-se também com antigos colaboradores na «área sindical» em que se movimentava. Depois, fez um novo «sindicato» e uma nova «federação». Aparece na Comunicação Social e promete uma «greve» nacional dos «professores».

Só que no meio disto tudo muitos milhares de professores não a conhecem — nem a ela, nem ao projecto que defende, nem ao trabalho que eventualmente tenha feito. Pela nossa parte podemos dar uma ajuda: em numerosas fotos da campanha de Freitas do Amaral a tal Manuela Teixeira aparecia frequentemente nas tribunas eleitorais ao lado do chefe, fazendo o «v» da vitória ou gritando com entusiasmo: **olé, olá, Freitas é o melhor que há...**

E agora lembram-se da personagem?

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Epigrama

Tendo na dor forte aviso
foi ao dentista um doente
pois o seu dente de siso
lhe ficou mal de repente.

— É grave? — diz com voz doce.
— Não — responde a voz precisa —
Grave seria se fosse
se fosse o dente de siso...

O paradoxo

Um paradoxo estafermo
dia a dia mais se afina:
o governo está enfermo
e maltrata a medicina!

Desta ausência de virtude
ressalta o claro sentido
de um governo sem saúde
que é já um caso perdido...

Lobos

Armadilhas e roubos,
mais fraudes, compadrios, repressão...
Quem foi que disse que os lobos
estavam já em vias de extinção?...

Ceifar o que está de pé
da Reforma Agrária, então
diz Barreto: o seu fim é
aumentar a exploração...

Não invento nada, homessa:
Barreto é quem o confessa...

Determinados, frios,
querem, enchendo o saco,
os homens de Cavaco
dar cabo dos baldios.

Homens do povo, a quem
Cavaco tira a pele,
estão contra ele, e bem
mas já votaram nele...

E nesta roubalheira
a voz do povo inunda.
Diz ela: **na primeira,
qualquer cai: na segunda...**

Os maus são os outros...

Quem viola os direitos humanos
(diz o nazi israelita)
são os palestinianos...
Mas quem os acredita?

A batota, é batota. E na batota
israelitas têm bons companheiros:
lá diz Pik Botha
que os negros é que são os desordeiros...

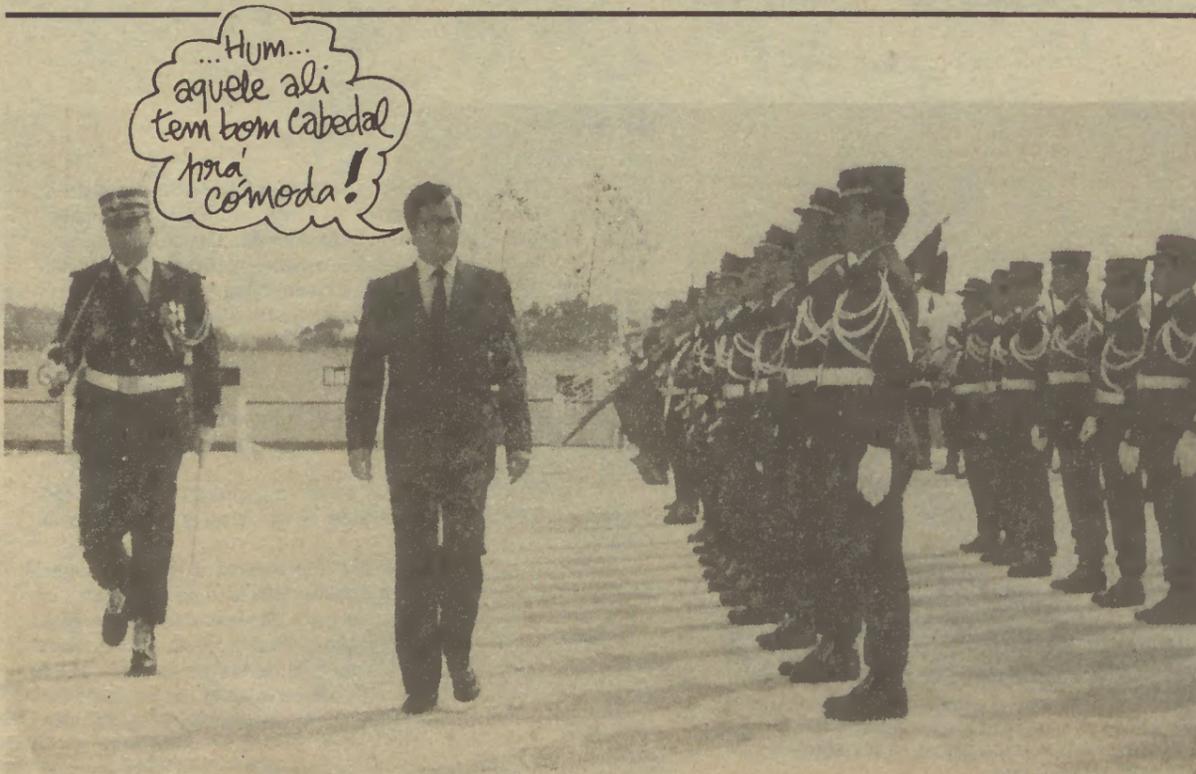
Transformam-se em destroço.
Já não têm mais amigos que os louvem.
Estão no fundo do poço
falam e nem sequer já a si próprios ouvem...

Carnaval

O Carnaval passou, o indiscreto.
Passou, feito em bocados
o Cavaco, o Cadilhe e o Barreto,
a Beleza, o Peneda, mascarados.

Queriam um Carnaval famoso e lindo.
Jogaram tudo nessa brincadeira.
As máscaras, porém, foram caindo,
tudo era cinza antes da quarta-feira...

Venha agora o momento
em que a cinza, por fim, a leve o vento...



Acções convergem para dia 24

A CGTP e as restantes forças sindicais, que têm convergido nas lutas de massas desde finais de Janeiro, depois do êxito da greve dos médicos e da determinação manifestada pelo sector dos transportes no sentido de continuar a luta, como aconteceu também na **Função Pública** (Frente Comum) no desfile e noutras formas de luta do passado dia 9, as acções sindicais de vários tipos convergem novamente para uma **mobilização geral** na sexta-feira da próxima semana. A Comissão Executiva da CGTP, depois da reunião do seu Conselho Nacional em 10 do corrente, considerou que «é necessário e imprescindível prosseguir a luta no imediato» e, no que respeita propriamente ao pacote laboral, «manifesta ao Presidente da República o sentimento profundo de que a referida lei (pacote do Governo) deve ser vetada».



Na rua em Lisboa, 9.2

Greve dos médicos

Completamente isolada a política do Ministério

Uma adesão praticamente unânime que não pode ficar sem resposta. De outro modo, a luta não parará. Responsáveis lamentam a necessidade do recurso à greve, mas em nenhum caso descuraram os seus deveres profissionais.

Com uma adesão superior às greves de 88, os médicos revelaram claramente nas últimas paralizações (8, 9 e 10 do corrente) o completo isolamento da política do Ministério da Saúde e do Governo a que pertence. Por outro lado, ficou claro também que os médicos e outro pessoal da Saúde não estão dispostos a interromper a luta sem obterem resultados, prometidos alguns, mas nenhum deles alcançado, principalmente depois das notáveis lutas desenvolvidas entre 8 de Abril e 6 de Maio do ano passado. Merecido destaque exige também a atitude solidária do movimento sindical no seu todo às formas de luta aprovadas pelos sindicatos médicos. Muitas e diversas regiões e sectores de actividades fizeram circular a sua solidariedade e compreensão perante a greve dos clínicos

em todo o País. Foi aberta e clara a solidariedade da CGTP, ao recordar que o que se passa «**não é apenas um conflito entre uma classe pretensamente privilegiada e o Ministério da Saúde. O que está em jogo, indiscutivelmente, realça a CGTP, é o direito à saúde para todos os Portugueses.**»

Sumariámos já, na semana passada, os motivos reais do conflito, que opõe as organizações dos médicos, juntamente com outras ligadas ao pessoal do sector, à política seguida e repetidamente aplicada pelo Ministério da Saúde e o Governo. Convém destacar, no entanto, como sublinha a CGTP, que o fundamental na estratégia ministerial é «destruir o Serviço Nacional de Saúde» e fazer do ramo «**um negócio**» prejudicial aos que necessitam de recorrer a esse Serviço.

Uma média nacional de adesão superior aos 98 por cento

São enormes e excedem todo o espaço possível de publicação as listas divulgadas pelos sindicatos sobre a adesão à greve dos médicos nos locais de trabalho. Verificou-se, sem sombra de dúvida, uma adesão quase unânime à forma de luta decidida e divulgada a tempo de o Ministério procurar evitá-la. As organizações sindicais dos médicos e a própria Ordem lamentaram vivamente e por várias vezes a necessidade de recorrer à paralisação do trabalho. Porém, o Ministério a nada atendeu. Às reivindicações justas respondeu com o recurso a «**médicos que vêm desempregando para substituir os médicos grevistas.**» Circunstância que não deu, aliás, os resultados pretendidos pelo Governo, designadamente os desmobilizadores, visto que a adesão foi esmagadora por todo o País, atingindo a média dos 98 por cento, logo no primeiro dia, e mantendo-se nesse nível, apesar de cumpridos os serviços de urgência, não resultando da greve nenhum acidente ou caso de gravidade sem assistência.

Das extensas listas divulgadas pelos sindicatos e pela federação (Fename) registe-se, por exemplo e quanto à adesão, a seguinte:

Hospital de Sta. Maria	99,5%
Hospital de Sta. Cruz	98%
Hospital Curry Cabral	100%
Hospital Dist. do Barreiro	99%
Hospital Egas Moniz	94,4%
Hospital Dist. Vila Franca de Xira	100%
Hospital do Desterro	100%
Hospital Dist. de Cascais	100%
Hospital S. José	99%
Hospital Dist. Torres Vedras	98%
Hospital dos Capuchos	98,4%
Centro Saúde de S. João (Lisboa)	100%
Centro Saúde de Palmela (SAP)	100%
Centro Saúde de Palmela	97%
Centro Saúde Venda Nova (Amadora) (SAP)	100%
Centro Saúde de Mem Martins (SAP)	100%
Centro Saúde de Arraiolos	100%
Centro Saúde Póvoa St. Adrião (SAP)	100%
Centro Saúde da Lapa (SAP)	100%
Centro Saúde de Benfica (SAP)	100%
Centro Saúde de Odivelas	95%
Centro Saúde Alameda	100%
Centro Saúde de Cuba	100%
Centro Saúde da Penha de França	100%
Centro Saúde de Rio de Mouro	100%
Hospital Dist. de Beja	99%
Hospital Dist. de Santarém	98%
Hospital Dist. de Setúbal	97%
Hospital Dist. de Tomar	100%
Centro de Saúde de Beja	100%



No Santa Maria, 10.2

Trabalhadores

Anunciadas paralisações na Câmara da Covilhã

Se entretanto não forem atendidas as reivindicações aprovadas e constantes de uma resolução aprovada em plenário em 8 do corrente, os trabalhadores da Câmara Municipal da Covilhã decidiram paralisar parcialmente o trabalho (duas horas diárias) a partir da próxima segunda-feira.

As paralisações diárias estão previstas para seis dias a contar daquela data e têm em vista acabar com a políti-

ca de gestão seguida até agora, no que respeita principalmente aos recursos humanos, pelo executivo camarário da responsabilidade do PSD.

Depois do plenário de 8 do corrente, os duzentos participantes dirigiram-se em manifestação até à sede do Município. Pessoal das obras, da limpeza, electricistas, alguns técnicos e pessoal de secretaria interromperam uma sessão pública da Autarquia e, não cabendo na sala das sessões, ocuparam corredores e escadarias.

res e escadarias.

As decisões do plenário, que aprovou uma resolução, foram expostas aos vereadores e ao presidente da Câmara, Álvaro Ramos, que, depois de algumas divagações, fez constar após a sessão que atenderá as reivindicações dos trabalhadores.

Estas últimas têm por objectivo reduzir o horário semanal de trabalho do pessoal operário (praticam-se actual-

mente 45 horas); perspectivas de carreira para os serventes; generalização do direito a promoções; direito a higiene e segurança no trabalho, bem com a integração no quadro de todos os trabalhadores que contem, pelo menos, três anos de serviço.

Os trabalhadores do Município da Covilhã são representados pelo STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, através da Direcção Regional de Castelo Branco.

Uma nota só

Que o Governo nos anda a dar música há muito se sabia.

Agora que chegue ao cúmulo de pretender acabar com as Orquestras Sinfónicas da Radiodifusão Portuguesa de Lisboa e do Porto é, convenhamos, um desconchavo.

Um desatino.

Pode mesmo dizer-se um desafino, um (des)concerto.

Qualquer coisa que provoca assim como que uma sensação de nota em falso.

É que estas coisas da música têm muito que se lhes digá, tudo depende do ponto de vista.

Serve para encantar serpentes.

Histórias há que a dão como eficaz na desratização de cidades, vilas e aldeias.

Para adormecer meninos leva a palma a qualquer sedativo, dispensando receita médica e conflitos com a ministra da Saúde.

Enriquece o anedotário nacional com chistes sempre actuais, ou não fosse este fado de haver sempre quem aspire a levar o parceiro na cantiga.

Resiste a tops e a festivais, de aquém e além fronteiras, com a ligeireza de um solfejo.

Anda na boca de toda a gente, com publicidade ou sem ela, e a sua história perde-se na memória dos tempos.

Alimenta amores, encontros e desencontros, misérias e heroísmos.

Sabe ser ligeira ou erudita.

Sofreu o impacto das novas tecnologias, sem que os bips lhe alterassem a harmonia.

Em Portugal, pasme-se, resistiu a quantos Serafins Saudade a tentaram (e tentam) degradar; sobreviveu à fuga (quicá em ré maior) de alguns dos seus melhores intérpretes para o estrangeiro; disfarçou fífias de instrumentos obsoletos; afirmou todas as suas potencialidades em orquestras onde as vagas semearam crescentes silêncios.

E é agora que o Governo, pela batuta da Secretaria de Estado dita da Cultura, quer impor ao país a sinfonia de uma nota só, travestida de Cooperativa Sinfonia, de obscuros objectivos.

Que a questão não era pacífica tornou-se evidente desde a primeira nota.

Um concerto de protestos fez-se ouvir por todo o país, em afinado coro. Os deputados da Assembleia tiveram o privilégio de uma audição conjunta das duas Orquestras, em plena praça pública, onde nem sequer faltou o traje a rigor das ocasiões solenes.

Para que conste que o protesto merece tanto respeito como a mais nobre gala musical.

Para os duros de ouvido, foi entregue por escrito a partitura das reclamações.

Como reagirá o Governo a este concerto a que não faltou sequer a presença do decano dos maestros portugueses, Fernando Lopes Graça, ainda não se sabe.

Mas a experiência faz reear que a batuta cavaquista riposte com um qualquer festival da canção no singular cenário das Amoreiras, com letra e música das suas mais conhecidas figuras.

Em tal eventualidade, não faltarão sem dúvida as tradicionais atracções estrangeiras a fazer fé no lema governativo deixar vir a nós os investimentos internacionais, e com a tradicional colecta desta vez para as lições de piano dos pobrezinhos de Lisboa. De música desta estão os portugueses saturados. Deve ser por isso que de novo se vai ouvindo por aí, num coro em ensaio geral, que o melhor é mandar o homem, com a sua orquestra de má nota, tocar tangos para outro lado.

■ AF

Sumário sindical

Agricultura — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora (STADE) chama a atenção dos seus associados para as tabelas salariais que entraram em vigor, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro do ano passado, em 15 de Novembro findo. Em várias tomadas de posição recentes, o STADE protesta contra a distribuição do rendimento nacional que considera «um escândalo» e reclama a revogação dos decretos regulamentares 44/88 e 9/88, contra as UCPs/Cooperativas e sobre Segurança Social, respectivamente. Diversas moções, aprovadas em plenários no distrito reivindicam, nomeadamente, que **os descontos a afectar para a Segurança Social sejam feitos «de acordo com o salário auferido pelo trabalhador»**, seja ele permanente ou sazonal, diferenciado ou indiferenciado. Recorde-se que o salário mínimo nacional para a agricultura é de 28 400 escudos, quando no CCT (contrato colectivo de trabalho) em vigor o mínimo é de 29 000 escudos e acima dele existem mais 44 categorias profissionais com salários superiores. Por outro lado, os trabalhadores agrícolas com direito ao subsídio de desemprego devem estar atentos à legislação em vigor e contactar o STADE para quaisquer informações sobre o assunto.

CGTP-IN — A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional não se fez representar na tomada de posse da Comissão Executiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional, porque o Governo «teima em manter governamentalizado» esse órgão onde o movimento sindical não tem assento. A CGTP tem defendido a representação dos sindicatos no IIEFP, junto do Governo e do Conselho Permanente da Concertação Social.

Escritórios — O Secretariado da Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES), ao perguntar «por onde anda a PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) dos trabalhadores de escritório», protestava no princípio deste mês por 25 mil desses trabalhadores, não abrangidos por outras convenções colectivas de trabalho, estarem **há 25 meses sem actualização de salários**. A FEPCES reclama a imediata publicação da referida PRT, de cuja comissão técnica de revisão fez parte.

Município de Lisboa — Em lista única foram eleitos os corpos gerentes do **Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa**. O lema da lista concorrente — «força, dinamismo, mais participação e unidade na acção» — implica

a luta «em torno das propostas reivindicativas da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública». O acto eleitoral decorreu no passado dia 30.

Indústrias eléctricas — A convite da Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP), esteve no nosso país uma delegação de cinco sindicalistas espanhóis das Comisiones Obreras. A visita (1 e 2.2) seguiu-se a uma anterior da Federação portuguesa ao país vizinho e trouxe a Lisboa «membros da Federação das Indústrias Metalúrgicas de Espanha e sindicalistas da empresa espanhola subsidiária da multinacional Alcatel», que também funciona em Portugal. A FSTIEP emitiu sobre o assunto uma nota em 31 de Janeiro findo, onde afirma a concluir que **«durante os contactos serão confrontadas as situações das suas filiais da multinacional Alcatel, elaboradas propostas de trabalho conjunto no âmbito do combate à precariedade de emprego e analisados os efeitos da entrada na CEE para as empresas produtoras de centrais telefónicas»**.

Comunicações e telecomunicações — A FCDE (Frente Comum de Defesa da Empresa) dos CTT, de que fazem parte os sindicatos representativos e a FCT (Federação), depois de afirmar que luta para **«defender as obras sociais»** e vai ser necessário continuar a fazê-lo, protesta, em nota do princípio deste mês, contra o projecto do Governo para **«desmembrar a empresa»**, separando «o sector postal das telecomunicações» e **privatizando** «os sectores rentáveis» dos CTT.

Precariedade com GNR — A direcção dos CES-SUL (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços), com sede em Setúbal, protestou publicamente contra a expulsão do seu local de trabalho de uma sua associada do Centro Policlínico de Sesimbra, com contrato a prazo desde 1982 e depois no regime de «recibo verde», quando a Inspecção-Geral do Trabalho, depois de intervenção junto da empresa, tinha obrigado esta última a considerar o **«vínculo contratual de Maria Carlos (é o nome da trabalhadora) como efectivo»**. O sócio gerente da empresa não só não acatou a directiva da IGT, como expulsou a trabalhadora e ainda os delegados sindicais que procuravam resolver o conflito. Como a trabalhadora não aceitou a expulsão, «o sócio-gerente solicitou a intervenção dos serviços da GNR (por duas vezes)». Consumado o despedimento sem justa causa, o assunto foi remetido a tribunal.

Formação profissional na hotelaria

A formação profissional dos trabalhadores é um aspecto importante da luta dos sindicatos pela melhoria das condições de vida das classes laboriosas, a par da luta reivindicativa, considerou José Marujo, da Federação da Hotelaria e Turismo (FESHOT), ao intervir quinta-feira passada na cerimónia de entrega de diplomas aos formandos de mais um curso promovido por aquela Federação, em colaboração com a Instituição Nacional de Formação Turística e com subsídio do Fundo Social Europeu.

A entrega de diplomas efectuou-se no restaurante do Jardim Zoológico de Lisboa e, como se tratava de um curso de cozinha, estavam na mesa

alguns resultados visíveis — e comestíveis — do trabalho realizado ao longo de seis meses por dezena e meia de rapazes e raparigas que assim entram na profissão e por monitores que têm muito que ensinar e muita vontade de o fazer.

Foi precisamente pelos problemas dos formandos e dos monitores que nos mostrámos mais interessados nas conversas de copo na mão deste fim de tarde.

Da parte dos jovens não foram expressas preocupações de maior quanto ao emprego. Tanto eles, como o dirigente da FESHOT, confirmaram que no quadro geral da hotelaria e turismo se nota a contradição entre o crescimento da oferta

de emprego e a diminuição dos efectivos nos quadros das empresas. Mas, independentemente do vínculo laboral, aumentam as exigências em relação à qualificação profissional; a isto, no caso dos profissionais de cozinha, soma-se uma nítida falta de mão-de-obra.

Os monitores, como reconheceu Vítor Venceslau, do Instituto Nacional de Formação Turística, são obrigados a fazer sérios sacrifícios para, por muito amor à arte e caroliça, poderem dar aulas. Os ordenados que auferem, contudo, segundo nos disse José Marujo, ficam muito aquém dos que são pagos nas empresas a profissionais com idênticas habilitações.

Actualmente a FESHOT tem a funcionar outras acções de formação e mais estão programadas. Para informações e inscrições há apenas que contactar a Federação ou os seus sindicatos.

Recordamos que também noutros sectores as organizações sindicais — nomeadamente a CGTP-IN — promovem cursos de formação, quer para jovens que se iniciam nas profissões, quer de reciclagem. E, já agora, registamos também uma observação de José Marujo no desenvolvimento da ideia que abriu a sua intervenção e com a qual iniciámos este relato: «quanto menor é a qualificação profissional, menos força o trabalhador tem para reivindicar».

Trabalhadores



Na rua em Lisboa, 28.1

Metalúrgicos Razões para avançar

A luta no sector da metalurgia, metalomecânica e minas continua a dar resultados encorajadores. Os sindicatos aderem à mobilização geral de 24 do corrente

A metalurgia, metalomecânica e minas, um dos sectores industriais mais atingidos pela política de despedimentos, baixos salários e precariedade do emprego, é dos que mais motivos (e sólidos) possui para continuar a endurecer a luta.

Empresas como a **Cometna**, **Setenave**, **Siderurgia Nacional**, **Pachancho**, **MDF**, **Renault**, **Faprilima**, **Esmaltal** e muitas outras por todo o território nacional, como a **ABB** e a **Ferfor** vivem situações de conflito ou tensão invariável, que obrigam os trabalhadores

e os seus representantes a aderir, além das acções nos locais de trabalho, às lutas de massas que têm obtido forte participação e provada combatividade.

Assim aconteceu nas manifestações nacionais de 27 e 28 de Janeiro e nas greves do dia 3. Assim acontecerá na sexta-feira da próxima semana, com a ampla convergência das lutas a que os metalúrgicos e os seus representantes sindicais, como a respectiva Federação (FSMMMP), decidiram aderir «Por outra política social e laboral, contra o

pacote-lei dos despedimentos do Governo; pela actualização salarial, pela redução do horário de trabalho e demais reivindicações nas empresas.»

«O Metalúrgico», órgão da FSMMMP, que acaba de ser distribuído com a data de Janeiro/Fevereiro, sob o título «Pela acção e luta dos trabalhadores, o patronato está a ceder nas empresas o que quer negar à mesa das negociações», insere a seguinte lista de aumentos salariais alcançados, muito acima do que preconiza o Governo e até pretende impor (ver quadro).

EMPRESAS	RAMO	AUMENTOS	EFEITOS
VALFRIO	(MET)	-16%	No 1.º semestre e mais 10% no 2.º semestre
SINDEX	(MET)	-20%	A Janeiro de 1989
CLÉRIGO	(MET)	-17%	—
GALOMECÁNICA	(MET)	-12%	A Janeiro de 1989 mais subsídio de refeição
SETENAVE	(MET)	-12%	A Novembro de 1988. Nova negociação Julho de 1989
MET. PROG. SACAÉM	(MET)	-12%	A Outubro de 1988
MANUEL CONCEIÇÃO GRAÇA	(MET)	-12%	A Outubro de 1988
CANDEART	(MET)	-15%	A Outubro de 1988
PRENSOLAND	(MET)	-12/15%	A Outubro de 1988
PORTALEX	(MET)	-10%	A Novembro de 1988
SOREFAME	(MET)	-12,75%	A Janeiro de 1989. (Global/Tabelas)
CENTRO TÉCN. HOSPITAL	(MET)	-12%	A Janeiro de 1989
SGM	(MET)	-12,75%	A Janeiro de 1989. (Global)
MAM	(MET)	-9,5 e 12,5%	A Janeiro de 1989 e a Agosto de 1989
SOREL/LICAR	(AUT)	-11%	A Janeiro de 1989
AUTO-SUECO	(AUT)	-10%	A Jan. de 1989. Só tabela; f/contab. outras matérias
MINAS DE JALLES	(MIN)	-15%	A Outubro de 1988
MINAS DA PANASQUEIRA	(MIN)	-15,5%	A Fevereiro de 1989
RENAULT	(AUT)	-9,5%	A Jan./89. Só tabela; falta negociar rest. matérias
CASA HIPÓLITO	(MET)	-10%	A Fev. de 1989. Nova negociação em Junho/89
ARISTON	(MET)	-12%	A Janeiro de 1989
ENTREPOSTO COMERCIAL	(AUT)	-15% (17% global)	A Janeiro de 1989
FURINI	(MET)	-11%	Com mínimo de 4000\$00
COSTA NERY	(MET)	-10%	—
PEREIRA GOMES	(MIN)	-10%	Global 13%

Como na prática se verifica, nada têm de irrealistas as reivindicações apresentadas este ano pela CGTP, incluindo os 13,5 por cento de aumento médio nas revisões salariais.

Chiado Sobreviver a prazo

Termina em 31 de Março a prorrogação do prazo para a atribuição do subsídio extraordinário aos trabalhadores atingidos nos seus postos de trabalho pelo incêndio do Chiado. A pouco mais de um mês desse limite, ainda nada se sabe sobre o futuro destas pessoas, que em 25 de Agosto do ano passado viram arder os estabelecimentos onde trabalhavam. Daí as audiências urgentes que o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Servi-

ços de Lisboa (CES-SUL) acaba de pedir ao Primeiro-Ministro, ao presidente da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, bem como aos secretários de Estado da Segurança Social e do Emprego e Formação Profissional, organismos dependentes do Ministério do Emprego.

Como já aconteceu em Dezembro — fim inicialmente previsto para a atribuição do

mesmo subsídio, prazo depois prorrogado — os trabalhadores desempregados devido ao incêndio, que entretanto participaram em várias diligências e formas de luta para resolver a sua situação, continuam, como diz o Sindicato, numa verdadeira «sobrevivência a prazo».

Entre outras medidas que preconiza, o CES-SUL destaca a necessidade de continuar a atribuir o subsídio extraordinário.

Questões decisivas para os professores

O novo diploma de férias, faltas e licenças; a nova proposta do Ministério da Educação quanto ao Estatuto da Carreira Docente e as correspondentes negociações; o pacote laboral, as suas consequências para os professores e o movimento sindical; legislação sobre concursos, acesso, profissionalização, etc.; política de rendimentos e salários constituem a súmula das principais reivindicações no Ensino. À semelhança de muitas outras acções, movimentação e lutas nesse ramo de actividade, destaque-se o **Plenário Distrital Descentralizado** que o Executivo Distrital de Viseu do Sindicato dos Professores da Região Centro/FENPROF efectua a partir de hoje, 16, e que se prolongará até ao próximo dia 21, terça-feira da semana que vem.

A Fenprof (Federação Nacional dos Professores) fazia saber, entretanto, que considera decisivas as questões apresentadas no encontro que efectuou dia 10, em Lisboa, com o secretário de Estado-adjunto do ministro da Educação. Dessas oito questões principais, que a Fenprof enumera num telex do seu Secretariado Nacional, é destacado «o pagamento dos vencimentos do mês de Setembro de 1988 a professores do 1.º ciclo do ensino básico e educadores de infância contratados».

Essa reclamação, considerada uma exigência justa, encabeça as questões colocadas ao secretário de Estado e é considerada um dos objectivos pelos quais a Fen-

prof reitera que lutará até serem concretizados.

Quanto à **autonomia e gestão dos estatutos do ensino politécnico**, em debate na Assembleia da República, o secretário-geral da Fenprof, recebido na AR juntamente com uma delegação, no passado dia 9, reafirmou que «o ensino politécnico tem de ter a mesma dignidade institucional do ensino universitário», que «o corrente ano lectivo deve ser o ano do fim do regime de instalação da maioria das escolas de ensino politécnico», que «qualquer legislação sobre o ensino superior politécnico tem de ter em conta a diversidade verificada neste sector do ensino» e, nomeadamente, que «a lei a aprovar deverá ser o resultado de um largo con-

senso», incluindo um período de debate público, «e nunca uma lei aprovada por uma maioria conjuntural», ou simplesmente para ela.

Foi aberto depois um período de 90 dias para debate público da lei.

O Secretário Nacional da Fenprof protestava, entretanto, contra o atraso na revisão dos concursos dos professores, ainda antes da vigília do dia 27 em frente ao Ministério em Lisboa, ao mesmo tempo que convidava a UGT a «reflectir sobre a política de rendimentos», que se ocupava junto do Ministério com a questão da carreira docente (negociações) e que realizava em Lamego um seminário sobre a escola no meio rural.

Luta dos músicos

Com o apoio expresso da CGTP e de várias personalidades do mundo da cultura, entre as quais o compositor e maestro Fernando Lopes Graça, os músicos portugueses, representados pelo seu sindicato, organizam várias acções de luta e protesto contra a extinção das orquestras sinfónicas da radiodifusão portuguesa de Lisboa e do Porto. Para antontem foi anunciada a entrega de um abaixo-assinado na Assembleia da República, ao mesmo tempo que, «como forma de protesto e alerta ao público, os músicos componentes destas duas orquestras (Lisboa e Porto) levarão a cabo um concerto público, dirigido pelos maestros Silva Pereira e Gunther Arglebe, em frente à Assembleia da República», anunciava sexta-feira o gabinete de Imprensa de apoio ao concerto de protesto contra a extinção das orquestras sinfónicas.

Entre os numerosos protestos contra a medida de extinção destaque-se a subscrição pela direcção do Conselho Português da Música, que divulgou um comunicado. Na sua «qualidade de instituição representativa

das actividades musicais do País», aquele Conselho não só protesta «contra a eventual extinção», como também requer que «o projecto em curso de remodelação das orquestras» leve a uma real melhoria do meio musical português». Assim o comunicado Maria Madalena de Azeredo Perdião, Álvaro Rodrigues Salazar, Graziela Cintra Gomes, Miguel Diniz Henriques, e Rosa Maria Ventura.

Tomaram também posição pública de protesto Artur Semedo, Eurico da Fonseca, Urbano Tavares Rodrigues e Herman José, que, a propósito, autorizou a divulgação destas quadras:

«Com uma TV indigente
E rádios livres afónicas
Faltava mais um presente
Acabaram co'as sinfónicas!»

«Para quê tanta despesa?
Poupemos o dinhelrinho!
Querem música portuguesa?
Toquem-na no cavaquinho!»



Assembleia da República

Em causa o direito à saúde

Ministério responsável pela degradação dos serviços

• deputados da oposição lançam desafio a Beleza

Com os médicos a cumprirem o segundo dia de uma greve de três que paralisou com extraordinários níveis de adesão toda a classe — concitando assim o olhar do País —, foi ainda a Saúde, na Assembleia da República, faz hoje uma semana, a polarizar as atenções dos deputados. Estava-se no período antes da ordem do dia e, em causa estiveram sobretudo os serviços de saúde, muito principalmente a responsabilidade que cabe ao Ministério da Saúde tutelado por Leonor Beleza pela profunda degradação que eles vêm conhecendo de há três anos a esta parte.

No fundo, tratou-se de proceder ao diagnóstico da situação actual e de caracterizar as linhas de força da política de Saúde levada a cabo pelo Governo de Cavaco Silva.

Foram seus intérpretes os deputados Fernando Gomes, em nome da bancada comunista, e João Rui de Almeida, do Partido Socialista, ambos a deixarem no final das suas intervenções um desafio à ministra Leonor Beleza: a realização de um debate público na televisão sobre a política de Saúde.

Antes, porém, foi tempo de passar a pente fino a política para o sector e de proceder a um breve balanço. Um quadro sem dúvida sombrio, a avaliar pelas palavras do deputado socialista: «os medicamentos custam mais dinheiro aos doentes; os portugueses gastam mais dinheiro com a saúde; os doentes têm mais dificuldades em tratar as suas doenças; as listas de espera nos hospitais e centros de saúde aumenta-

ram; as instalações hospitalares e dos centros de saúde não melhoraram; o atendimento nos serviços de urgência piorou; a humanização dos serviços continua uma figura de retórica.»

Em sentido idêntico foi também a opinião de Fernando Gomes. Conciso, caracterizou a política de Leonor Beleza como «aparentemente desconexa, eivada de medidas avulsas, mas com um denominador comum: acabar com o que existe do Serviço Nacional de Saúde, privatizando, privatizando...»

Uma política que desde há algum tempo conheceu entretanto um novo elemento, com a tentativa de culpabilizar os médicos por tudo o que é mau na saúde. Cedo, porém, teve de arrepiar caminho, como observou Fernando Gomes, ao defrontar há cerca de um ano «a unidade destes profissionais que numa acção grevista nunca antes alcançada a obrigaram a mudar de atitude».

Passou a ser o período em que se verificou «um simulacro de diálogo», aproveitado pela ministra para em simultâneo implementar medidas gravosas na área da Saúde. Só que a unidade dos médicos, essa, manteve-se.

No fim de contas a mesma determinação que os levou agora a declarar o ano de

1989 como um ano de luta, levando-os a realizar a greve da passada semana com um nível de adesões que se situou nos 96,6 por cento e a tornar pública a sua disposição de prosseguir a luta por melhores condições de trabalho que «asseguem uma consequente efectivação do direito à saúde.»

Ensino politécnico quer enquadramento legal

Matéria de relevante importância para o País, o quadro geral de funcionamento e organização do ensino superior politécnico foi apreciado na semana finda na Assembleia da República.

Em debate, dois projectos de lei: um, elaborado pelo PS, define o estatuto e autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico; o outro, da autoria do PCP, estabelece a Lei Quadro do Ensino Superior Politécnico.

Por iniciativa dos partidos da oposição, à Assembleia da República coube assim, de novo, voltar a analisar questões fulcrais para o desenvolvimento do sistema educativo no nosso País. O Governo, pela sua parte,

pouco ou nada parece ter a dizer sobre as questões em apreço. Limitou-se pura e simplesmente a não comparecer, posição que Jorge Lemos lamentou e classificou de «insólita».

A maioria, sem alternativas para apresentar na discussão, optou por dirigir algumas críticas pouco consistentes e fugazes aos dois diplomas, não deixando todavia de reconhecer na iniciativa do PCP um «projecto válido», segundo as palavras de Aristides Teixeira. Referindo-se ao discurso momentos antes proferido por António Barreto (PS), também Nuno Delarue encontrou razões para «partilhar» das «preocupações» nele expressas.

No final, e poñdo de lado, pelo menos desta vez, a habitual postura de oposição sistemática às iniciativas da oposição, o PSD acabou por requerer a baixa dos dois diplomas à Comissão especializada para aí serem apreciados em conjunto com uma proposta do Governo sobre esta matéria, a qual, foi dito, estará a «ser elaborada».

Assumindo o ensino politécnico como elemento de parte inteira no ensino superior, o projecto do PCP visa entretanto dotá-lo do necessário enquadramento legal, definindo-lhe os objectivos específicos no respeito pelo disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e consagrando, como fez notar Jorge Lemos, formas inovatórias de abordar a sua intervenção em matéria de formação, apoio ao desenvolvimento regional, investigação, bem como quanto a uma correcta tipificação dos graus e outros títulos académicos por ele conferidos.

Para os parlamentares comunistas, trata-se, pois, de «consagrar princípios que assegurem o respeito pelos princípios de participação, democraticidade e representatividade», definindo simultaneamente o «regime de funcionamento dos institutos em articulação com as escolas superiores que as integram» e impedir, por outro lado, que, «através de medidas avulsas, se crie um ramo de segunda no ensino superior».

Em jogo mil milhões de contos

PDR elaborado em segredo

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de estar a elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) no segredo dos gabinetes, à margem da intervenção das autarquias, dos agentes económicos e culturais e das estruturas sindicais.

Exigido pela CEE aos países membros, este PDR é indispensável para a futura canalização de verbas dos fundos estruturais, financiamentos que no nosso país envolvem verbas que ultrapassam os mil milhões de contos em quatro anos, valor considerado decisivo para enfrentar as consequências da entrada em vigor do Mercado Único a partir de 1992.

Ora o que acontece é que o modo como o PDR está a ser elaborado, na perspectiva dos parlamentares comunistas dada a conhecer em recente conferência de imprensa, compromete seriamente a eficácia dos fundos, pondo em causa o «aproveitamento dos potenciais endógenos das diversas regiões».

Falta de transparência

Com efeito, de acordo com as palavras do deputado Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado por Lino de Carvalho, João Amaral e Ilda Figueiredo, ao elaborar o PDR no maior dos segredos, sem a mínima transparência e à revelia das forças sociais, o Executivo está a comprometer a eficácia das avultadas verbas dos fundos estruturais, perdendo assim oportunidades de canalizar os fundos à disposição do País neste período de transição para um real processo de desenvolvimento.

Tal metodologia, conforme foi dado observar aos deputados comunistas nas múltiplas visitas que efectuaram recentemente a diversos distritos, corresponde ainda à manifesta intenção do Governo de procurar imprimir «uma óptica de distribuição centralista, clientelista e avulsa das verbas dos fundos estruturais».

A ausência de um pensamento estratégico com vista à preparação da economia portuguesa para o embate de 1992, nomeadamente em relação à sua especialização e posicionamento na divisão internacional do trabalho, constituiu outra evidente fraqueza de que enferma a política governamental nesta área, segundo as palavras dos deputados comunistas.

«Toque a rebate»

À atenção dos jornalistas presentes na conferência de imprensa foram ainda chamados dois outros aspectos relacionados com o PDR. Trata-se dos programas transfronteiriços para os quais, segundo Lino de Carvalho, tem faltado a «vontade política» e a «capacidade de decisão» do Governo, nomeadamente na exploração dos recursos hídricos, 50 por cento dos quais continuam por aproveitar.

João Amaral, por seu lado, levantou a necessidade de articular o Plano de Desenvolvimento Regional com a Regionalização, lembrando a propósito o regulamento da própria Comunidade que estabelece como condição para a sua elaboração a participação dos centros de decisão regionais.

Como é sabido nada disto tem sido feito, assistindo-se pelo contrário, como frisou o deputado comunista, ao «toque a rebate» das hostes centralistas contra a regionalização. João Amaral aludia às declarações recentemente produzidas por Cavaco Silva na Póvoa do Varzim, no preciso momento em que 175 das 275 assembleias municipais, no âmbito da consulta pública, se haviam já pronunciado a favor do processo de regionalização.

Manifestando a sua estranheza pelo facto de o PS até ao momento não ter tecido nenhuma crítica àquelas declarações, João Amaral admitiu ainda que o PSD se prepara «para não cumprir aquilo que o PS acha de positivo» no acordo de revisão constitucional que estabeleceu com o partido do Governo.

Via rápida do Algarve

Opção do Governo alvo de repúdio popular

— Carlos Brito alerta para «desastrosas consequências»

O traçado da via rápida longitudinal do Algarve (futura via do Infante), obra que nos últimos meses tanta polémica tem suscitado na região, esteve na passada semana em foco na Assembleia da República.

A iniciativa partiu do PCP e, mais do que o apoio dos comunistas através do seu líder parlamentar, Carlos Brito, aos protestos dos agricultores e da população de Tavira, tratou-se sobretudo de alertar a opinião pública para as desastrosas consequências que advirão para o futuro da região, caso se mantenha, como tudo leva a crer, a opção governamental pelo traçado da Junta Autónoma das Estradas, em detrimento de uma solução alternativa proposta pela CCR do Algarve.

No centro desta polémica reside, pois, a opção do Executivo de Cavaco Silva — tomada no segredo dos gabinetes e à revelia de todas as entidades interessadas —, escolha que do ponto de vista da bancada comunista é errada e acarretará elevadíssimos prejuízos, designadamente com a ameaça de destruição de centenas de explorações agrícolas, pomares e hortas situados no coração do Algarve, em terras de excelente aptidão agrícola, onde foram feitos importantes investimentos e, em alguns casos, salientou Carlos Brito, se realiza uma agricultura de ponta.

Esta decisão governamental de construir o traçado da nova via numa zona fértilíssima, com óbvios riscos de

produzir efeitos negativos em termos ambientais, afigura-se tanto mais estranha porquanto existe uma solução alternativa cujo trajecto, como fez notar Carlos Brito, não só pouparia as terras de altíssima aptidão agrícola agora ameaçadas, «como proporcionaria novos pólos do maior interesse para o desenvolvimento integrado do Algarve».

«A via rápida longitudinal do Algarve não pode construir-se sobre o rasto da injustiça em relação às populações e à destruição de importantes unidades produtivas da agricultura algarvia. A via do Infante tem que servir as populações do Algarve para ser uma verdadeira via rápida para um bom futuro do Algarve e do País», afirmou a concluir Carlos Brito.

Corrigir a metodologia

Obviar à metodologia seguida pelo Governo na elaboração do PDR, abrindo-o designadamente à intervenção das autarquias, cooperativas, regiões autónomas, associações patronais e sindicais e representantes das empresas públicas que têm assento no Conselho Nacional do Plano, tais são, em suma, as razões que levaram o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar um projecto de lei sobre esta matéria.

No seu articulado, o projecto do PCP prevê designadamente a publicitação de todos os estudos e trabalhos preparatórios antes da aprovação do PDR e a sua apreciação pelo Conselho Nacional do Plano, com emissão de parecer prévio.

O projecto, para o qual foi requerida a adopção de processo de urgência, estabelece ainda o debate público do PDR no Parlamento e a aprovação por este órgão de soberania das suas «grandes orientações».

Assembleia da República

Interpelação do PCP comprova: Governo compromete o desenvolvimento

Ausência de um pensamento estratégico com vista à preparação da economia para o embate de 1992, manutenção das desigualdades e das assimetrias regionais, fracasso das operações de desenvolvimento e bloqueamento do processo de regionalização, eis alguns dos traços dominantes na política do Governo de Cavaco Silva. Acusações irrefutáveis e de que dificilmente se livrará, tal a forma como elas se evidenciaram no decorrer da interpelação, centrada nas questões de bem estar e desenvolvimento, realizada terça-feira última.

Agendada por iniciativa do PCP, a interpelação trouxe assim para primeiro plano questões candentes que se prendem com o presente e o futuro do País. Tratou-se sobretudo de submeter à reflexão da Câmara a estratégia de desenvolvimento de Portugal no quadro da integração na CEE.

Com o Mercado Único à porta, com uma economia frágil, não competitiva, sem



Ilda Figueiredo: «Ao persistir numa política liberal voltada para a criação de algumas infraestruturas essenciais ao funcionamento do mercado, o Governo pratica uma política que acentua assimetrias funcionais e territoriais, que provoca fenómenos de desertificação de zonas do interior e forte pressão demográfica em áreas metropolitanas, com consequências graves no urbanismo, habitação, acessibilidades e degradação ambiental decorrentes de uma concentração anárquica de actividades, de um desordenamento industrial e urbano, e acompanhado do multiplicar de bolsas de pobreza e do desenvolvimento de fenómenos de marginalidade social.»

especialização produtiva, o que está em causa, pois, é a adopção das medidas que o País quer e precisa. O contrário, como fez notar João Amaral, é correr o risco de soçobrar, de «ficar prisioneiro de decisões e de capitais estrangeiros».

Desafio oportuno

Daí que a proposta levada a debate pela bancada comunista, sem nenhuma espécie de afirmação de interesses partidários, tivesse sido a de o plenário analisar, de forma séria e responsável, todas estas questões.

Um repto tanto mais oportuno, quanto, na ordem do dia, entraram factos recentes de comprovada importância. Referimo-nos à forma como o Plano de Desenvolvimento Regional - PDR está a ser

deputados da maioria governamental apostaram na desvalorização da interpelação refugiando-se quase sempre num enfadonho cantar de loas à acção governativa.

O tom, esse seria logo dado perto do início dos trabalhos com intervenção do



Carlos Carvalho: «O Governo não está a preparar a economia portuguesa para o embate de 1992:

1.º — o PDR, tal como está a ser elaborado, configura desde já um verdadeiro elefante branco de desenvolvimento regional;

2.º — a distribuição opaca, centralizadora e clientelista dos fundos tem conduzido e continuará a conduzir à dissipação de avultados meios financeiros, à concentração regional e à criação de condições favoráveis à corrupção;

3.º — as debilidades estruturais da economia portuguesa não se atenuam, apesar dos prazos de transição se estarem a esgotar.»

deputado Mendes Bota. Puxando pela adjectivação, do seu discurso saíram apenas elogios à governação. E tudo para dizer o quê? Tudo para dizer que «está em curso um ciclo inédito de seis anos de forte crescimento económico, desenvolvimento e bem estar social. Um período de grandes reformas e transformações».

Descontando o estilo «comício» utilizado — «mais parecia uma candidatura ao Parlamento Europeu», observara, irónico e oportuno, Álvaro Brasileiro — e a descrição dourada da política do Governo, pouco ou nada, porém, sobrou. Melhor dizendo, pouco ou nada adiantou quanto às questões pertinentes e concretas suscitadas pela bancada comunista.

É que, antes, João Amaral traçara já um diagnóstico completo da situação presente. Caracterizando a política governamental, equacionou-a em dez aspectos fundamentais: agravamento das desigualdades sociais e regionais, crescente desumanização da vida das grandes áreas metropolitanas, recusa à intervenção e participação dos interesses, planeamento centralista, fracasso das operações de intervenção regional, cerco e asfixiamento do Poder Local, falta de rumo para a economia portuguesa, incapacidade para aproveitar a favorável conjuntura internacional e bloqueio à Regionalização.



Carlos Brito: «O discurso do Ministro Valente de Oliveira ficará notabilizado por nos ter contado a história da carochinha do bom Governo, não logrando adormecer-nos. Mas ficará sobretudo a marcar a nova ofensiva do Governo e do PSD contra a regionalização.»

Regionalização para as calendas

Regionalização que acabaria por ser uma das questões mais em foco no debate. E uma das que mais severas críticas suscitou, todas elas tendo sempre como pano de fundo o recente discurso de Cavaco Silva nas Jornadas Parlamentares do seu partido: «anunciada interrupção de um processo senão mesmo o fim de um caminho que ainda mal tinha sido encetado», disse Basílio Horta (CDS); «é inqualificável a forma como é oposto o desafio

de 1992 a um processo de regionalização», desabafou Carlos Lilaia (PRD); «as razões de fundo da inimizade do Primeiro-Ministro» só se explicam porque «acha o sistema centralista cómodo» e «permite controlar à vontade os fundos comunitários, distribuir empregos pela clientela partidária», asseverou Carlos Lage (PS); desprezo pela «vontade da maioria das estruturas locais», concluiu Maria Santos (Os Verdes); «regionalização para as calendas, no pensamento do Governo», garantiu Carlos Brito.

Mas seria ainda o líder parlamentar comunista, na intervenção de encerramento, a analisar mais detalhadamente as quatro questões de fundo presentes no debate. Reportando-se ao desenvolvimento do nosso País no quadro da integração na CEE, lembrou que o Governo não tem uma linha de rumo e não possui um projecto nacional. «Voga ao sabor da conjuntura — ficou —, dos lobbies e da vizinhança ou distanciamento dos actos eleitorais».

A relação entre o desenvolvimento do País e o bem estar do povo, constituiu a segunda questão para a qual chamou a atenção, afirmando designadamente que a política de crescimento seguida pelo Governo «não atenuou as desigualdades sociais e as assimetrias regionais».

O fracasso dos autoproclamados programas e operações integradas de desenvolvimento, apresenta-se como o terceiro fracasso do Governo, apontando Carlos Brito como causas para tal a «ausência de participação e envolvimento das populações, autarquias e agentes



João Amaral: «O único critério da justeza do processo de desenvolvimento é a sua adequação aos problemas dos homens e mulheres que serve. O processo de desenvolvimento que necessitamos tem de erguer a bandeira do combate às desigualdades.»

locais» e, bem assim, a «ausência de uma visão integrada, global e coerente do processo de planeamento».

Severas críticas foram por último colocadas em relação ao quadro institucional e político capaz de responder positivamente a uma verdadeira política de desenvolvimento, recordando o dirigente comunista a este respeito a atitude do Governo perante o processo de regionalização e perante o próprio Poder Local, chamando particularmente a atenção neste último caso para as «transferências de encargos sem meios financeiros» e para a «expropriação de competências necessárias».



A Mulher em debate

Os trabalhos da sessão plenária do próximo dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, deverão ser preenchidos com um debate sobre a situação da mulher em Portugal, caso seja aprovada uma proposta nesse sentido apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na última conferência de líderes parlamentares.

De acordo com esta proposta, para lá das intervenções dos diferentes grupos parlamentares, o debate incidirá igualmente em torno de iniciativas legislativas, visando directamente a problemática feminina.

É o caso do projecto de lei que estabelece a garantia de alimentos devidos a menores, iniciativa do PCP que visa proteger os menores a quem sejam negados alimentos pela pessoa judicialmente obrigada a fazê-lo.

O Grupo Parlamentar do PCP fez entretanto já saber que, pese embora as tentativas de silenciamento que o PSD procura impor à Assembleia na abordagem das questões femininas, não deixará de continuar a levar a plenário as iniciativas que no seu entender possam contribuir para resolver os problemas específicos da mulher e das famílias.

PCP

Reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP

Situação social eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias

No final da reunião da Comissão Política do CC na passada segunda-feira, em encontro com a Comunicação Social foi divulgado o seguinte comunicado:

A Comissão Política tem estado a preparar a reunião do Comité Central do PCP que se realizará, como é do conhecimento público, nos dias 16 e 17 de Fevereiro. Posso já anunciar que a reunião do Comité Central se vai ocupar da organização do trabalho de direcção, da preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos das autarquias e da situação política e social.

A Comissão Política apreciou o agravamento da situação social, da responsabili-

dade do Governo PSD e manifestou a sua solidariedade com os trabalhadores em luta pelos seus direitos e melhoria das condições de vida e contra o pacote laboral, que mantém normas altamente lesivas dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

Apreciou também a intensa actividade do PCP e da CDU, que tem sido desenvolvida ou que está prevista para as próximas semanas. Chamo a atenção, em particular, para as iniciativas subordinadas ao tema «Uma política nacional para enfrentar 1992 — Em defesa de Portugal no Parlamento Europeu», no quadro das quais se inserem dezenas de sessões, colóquios e seminários e para as iniciativas da

CDU, com vista ao seu reforço como espaço unitário e aberto, e que vão encontrar uma importante expressão no Encontro Nacional de Activistas e Comissões Coordenadoras da CDU sobre as Eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias, que se vai realizar no Pavilhão Paz e Amizade do Município de Loures, no próximo dia 19 de Março.

A Comissão Política julga oportuno reafirmar a importância que teria a unidade das forças à esquerda do PSD em Lisboa e nos outros municípios em que a direita tem a presidência da câmara mas está em minoria (nesses municípios vivem 1,8 milhões de eleitores, quase 1/4 do total do País). Carece, porém, de qual-

quer seriedade ou credibilidade que o PS responda às propostas sérias e construtivas do PCP com o anúncio de que vai fazer convites a comunistas para integrar as listas do PS em Lisboa e outras declarações semelhantes. Os dirigentes do PS apenas visam desse modo fugir às suas responsabilidades e ocultar a recusa da unidade através de operações assentes em pressupostos reconhecidamente irrealistas e inviáveis e das quais, devido ao seu carácter pouco sério, não é de esperar que o PS recolha sequer vantagens propagandísticas.

Ao mesmo tempo, a Comissão Política manifesta preocupação perante sinais de que o PS se prepara para renovar

um número significativo de alianças ou coligações com o PSD e o CDS em diversos municípios e freguesias.

A recusa de coligações com o PCP para bater a direita e a renovação de coligações com a direita contra o PCP assume assim um indesmentível significado político, que vai no mesmo sentido dos acordos do PS com o PSD para a revisão constitucional, constantemente agravados através de novas cedências do PS.

A CDU será a alternativa à direita em Lisboa e nos municípios em que o PS mantiver a recusa das propostas de coligação eleitoral que lhe foram dirigidas pelo PCP. No caso de Lisboa esse facto é tanto

mais justificado quanto o PCP e a CDU, ao contrário do PS, não fazem parte da maioria CDS, PSD e PS que, com acordo de gestão e protocolo assinado, tanto tem prejudicado a cidade e a população.

A Comissão Política condena o facto de o PSD insistir em que bastaria a maioria absoluta dos deputados para confirmar as alterações à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu e para o Parlamento da República. Não há qualquer margem para dúvida de que a confirmação das alterações carece da maioria de 2/3 dos deputados em efectividade de funções, pelo que a insistência do PSD apenas pode ser concebida como uma operação de guerrilha institucional.



Os camaradas Manuel Correia, da SIP central, e Luís Sá, da Comissão Política, durante a conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira no CT da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. Ai foi divulgada aos profissionais da comunicação social uma informação sobre as conclusões da reunião da Comissão Política do Partido

A operação do Governo contra a autonomia do Poder Local

1. O Governo PSD tem em desenvolvimento uma vasta operação de ataque à autonomia do Poder Local, que exige um alerta sério à opinião pública e aos eleitos autárquicos.

O comportamento do Governo em relação à Regionalização, à Tutela Administrativa, à Lei de Bases dos Transportes Terrestres, à localização de hipermercados e à liberalização do plano de eucauípticos, é bem revelador da sua postura centralista e autoritária. Recentemente, as medidas preventivas em relação ao Algarve e à costa alentejana são novos pretextos para reforçar as Comissões de Coordenação Regional e limitar as competências do Poder Local.

mar medidas que salvaguardem os interesses do País e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões. Fica assim mais uma vez provado que as únicas «formas estruturais» que Cavaco Silva tentou concretizar são as que visam favorecer o grande capital e prejudicar as populações e o País. Entretanto, o Governo continua a fortalecer as Comissões de Coordenação Regional com prejuízo da autonomia municipal.

O PCP continuará a desenvolver todas as acções ao seu alcance, na Assembleia da República, nas autarquias locais, junto das populações, para que as regiões administrativas sejam rapidamente instituídas como efectivo e eficaz factor de equilíbrio e de mobilização racional dos recursos para o desenvolvimento.

3. O Governo entregou em 20/12/88 na Assembleia da República a proposta de Lei n.º 81/V — Regime Jurídico da Tutela Administrativa sobre o Poder Local, cuja discussão está agendada para 24 do corrente mês.

O PCP havia já apresentado projectos de lei sobre a Tutela Administrativa, cujos princípios fundamentais, enunciados em defesa do Poder Local, se baseiam no estrito cumprimento da Constituição, que consagra a tutela como de mera verificação da legalidade, no respeito pela autonomia das autarquias locais e equidade no seu exercício.

Tudo o processo da tutela tem que ser bem tipificado e a aplicação das sanções dele emergentes deve ser da competência exclusiva dos tribunais. Neste sentido se têm expressado as propostas da Associação Nacional de Municípios Portugueses. O Governo na sua proposta de lei ignora

totalitariamente todos os projectos e pareceres e continua a querer arregar-se poderes de dissolução dos órgãos autárquicos, atribuir aos Governadores Civis e aos fiscalistas tutelares, e fazer pender sobre os eleitos locais pesadas sanções por faltas e irregularidades não tipificadas e evadidas de ambiguidades (incluindo a ineligibilidade). Com esta orientação o Governo procura criar um clima acomodatício e de obediência.

O PCP manifesta-se contra a corrupção, o compadrio e as ilegalidades a todos os níveis, mas também contra a invocação abusiva desses fenómenos, que não justificam o uso casuístico, arbitrário e partidário da tutela.

O PCP continuará a defender os princípios que enformam o seu projecto de Lei da Tutela Administrativa, com os quais se identificam a maioria dos eleitos locais, por serem os únicos que garantem a autonomia, o respeito e a dignificação do exercício das funções autárquicas.

4. A campanha demagógica montada pelo Governo aquando da apresentação do Orçamento do Estado para 1989, com a propaganda sobre o aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro para os municípios, depressa se esfumou.

Os encargos com pessoal foram já aumentados com os 1,5% do «acerto» extraordinário de vencimentos decretado pelo Governo para o ano de 1988 e com mais 4% de contribuições para a Caixa Nacional de Aposentações e para o Montepio dos Servidores do Estado (contribuições estas a crescerem até aos 8% nos dois próximos anos), sem que as autarquias tenham recebido qualquer contrapartida.

O caos criado pelo novo imposto único, fez recair sobre

os municípios pesada ameaça. Não tendo o Governo garantido a transferência de verba para as autarquias fazerem face à compensação para o IRS atribuída aos trabalhadores, correm estes o risco de terem de suportar o dispendio de milhões de contos. Por esta via, seriam os cofres dos municípios e das freguesias a contribuírem directamente para os cofres do Tesouro.

O absurdo desta situação exige veemente denúncia e a firme exigência de que o Governo assumia o pagamento da compensação para o IRS dos trabalhadores das autarquias locais, tal como faz para os trabalhadores da Administração Central.

A regularização de contas entre a EDP e os municípios tem também a marca da prepotência do Governo. A usurpação de Serviços Municipalizados, como sucedeu no Porto, foi uma operação brutal e irresponsável, que não resolveu nenhum problema.

Existindo situações muito diferenciadas, com cerca de uma dezena de municípios a serem responsáveis por mais de 85% das dívidas reclamadas pela EDP, o PCP continua a defender que, ao contrário do que pretende o Governo, a regularização das contas deve ser feita em negociações directas entre os interessados (municípios e EDP), considerando os valores em dívida à EDP, mas fazendo também a avaliação do património municipal afecto à exploração da EDP e a revisão das rendas a pagar por esta pela concessão da distribuição de energia eléctrica, não aceitando qualquer solução autoritária como a que o Governo tem forja.

Se forem consideradas todas as parcelas em causa, de certo que o resultado final será muito diferente do que hoje se propaga, ficando evidente que os recentes aumentos

de electricidade decretados pelo Governo não têm nada a ver com dívidas de alguns municípios.

O Governo procura ainda empurrar para cima das autarquias mais encargos a que chama novas competências.

Para além do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino primário e ciclo preparatório TV, cuja transferência inscreveu no Orçamento do Estado para 1989, mas sem a contrapartida das verbas necessárias ao seu pagamento, o Governo lança mão em todas as oportunidades da figura dos contratos-programa (para as novas escolas do ciclo preparatório e do secundário, para a construção de ginásios nas escolas já existentes, para a construção de estradas, de grandes condutas de abastecimento de água e de saneamento, de habitação social), em mais uma manobra mistificatória cujo único objectivo é sugar as já fracas capacidades financeiras dos municípios passando para cima destes a participação em despesas que são da competência do Governo. As autarquias ficam assim colocadas perante uma verdadeira chantagem, que se traduz em optarem entre colinchar em investimentos da responsabilidade da Administração Central ou verem esses financiamentos adiados.

O PCP, fiel à defesa dos interesses das populações e ao reforço da autonomia do Poder Local, não desistirá de mobilizar para a luta todos os eleitos e as populações para que não continuem a ser espoliados dos recursos que são indispensáveis à melhoria da intervenção das autarquias locais.

6. As tentativas em curso por parte do Governo para marginalizar os municípios na localização de grandes superfícies comerciais (hipermercados) e na autorização para o plantio de eucauípticos e de outras espécies de crescimento rápido, são novos passos no sentido do cercamento de competências do Poder Local na área do ordenamento do território e do planeamento.

5. A proposta de lei do Governo sobre Lei de Bases do Sistema de Transpor-

tes Terrestres, em debate na Assembleia da República e em discussão pública, é mais uma peça exemplar do carácter demissionário do Governo em relação a serviços fundamentais ao bem-estar do nosso povo.

Sendo a proposta de lei um conjunto de generalidades, sem preocupações de análise integrada que considere o papel a assumir pelas diversas componentes do sistema, é fácil verificar desde já as claras intenções de empurrar mais encargos para cima das autarquias (transportes urbanos e locais, ramais ferroviários), de limitar os serviços públicos subvencionados, de desmantelar as empresas públicas do sector, de lançar novas taxas e encargos fiscais sobre a população.

O PCP continuará a lutar-se pela exigência da melhoria do serviço de transportes prestados às populações, pela defesa da prevalência do conceito de Serviço Público sobre uma visão economicista que se traduz em grandes prejuízos para os utentes, pela integração do sistema de transportes terrestres num sistema de planeamento do desenvolvimento, pelo maior aproveitamento das empresas públicas do sector, e pela participação activa dos municípios na gestão do sistema de transportes, nomeadamente nas Áreas Metropolitanas.

6. As tentativas em curso por parte do Governo para marginalizar os municípios na localização de grandes superfícies comerciais (hipermercados) e na autorização para o plantio de eucauípticos e de outras espécies de crescimento rápido, são novos passos no sentido do cercamento de competências do Poder Local na área do ordenamento do território e do planeamento.

«Alargar a unidade»

Comunistas alentejanos atentos às batalhas eleitorais

O Executivo da Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português, reunida no dia 8 de Fevereiro/89, reafirma como grandes tarefas e batalhas políticas imediatas na região a luta em defesa da Constituição de Abril e suas conquistas e as eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias Locais.

O Governo PSD volta a intensificar a ofensiva contra a Reforma Agrária, retomando o assalto à dezenas de UCP's/Cooperativas através da inconstitucional lei do latifúndio PSD, comprometendo o trabalho e o pão a centenas de famílias, a produção e o futuro da agricultura na região, refere o Executivo da DORA, que acrescenta:

«Ao mesmo tempo, o Governo PSD insiste na aprovação de um pacote laboral e de uma política de rendimentos contrária aos interesses dos trabalhadores. Em resposta os trabalhadores reforçam a luta por conseguinte melhores salários; novos postos de trabalho; as 40 horas semanais; o aumento das reformas e do salário mínimo; o desagravamento da carga fiscal; diminuição do período de garantia do subsídio de desemprego; a aplicação da «Carta dos Direitos dos Deficientes e uma Formação Profissional com Saídas Profissionais».

A Comissão Política apreciou ainda a grave e multifacetada ofensiva do Governo contra o Poder Local tendo já aprovado um documento sobre esta matéria.

As eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias Locais, em Portugal e para minimizar as consequências da integração na CEE e de efectivação do Mercado Único em 1992, lembram os comunistas alentejanos, que chamam a atenção para os 25 pontos constantes da resolução política do XII Congresso, para enfrentar 1992 e denuncia e responsabiliza o PSD pela posição de subserviência face ao grande capital nacional e internacional em questões fundamentais, para a economia, para os trabalhadores e para Portugal.

Na CDU, os comunistas, com os militantes de «Os Verdes», da Intervenção Democrática e outros democratas independentes, tudo farão para transformar esta importante batalha política do Povo Português em vitórias do Por-

tugal de Abril e suas conquistas, garante a DORA.

«E com grande empenhamento e confiança que a CDU prepara as próximas eleições autárquicas a realizar em Dezembro deste ano. A CDU decidiu concorrer em todos os concelhos e freguesias da região. Manter e reforçar posições nos 24 concelhos onde é maioritária.

Contribuir para a derrota do PSD e da Coligação PSD/PS. «Neste sentido, apontaram-se as seguintes medidas: alargar a unidade em torno da CDU, reforçar as coordenadoras da CDU e criar outras onde não existam; a preparação de listas; a austerização das populações sobre os programas eleitorais; planificar o trabalho eleitoral.

No Encontro Nacional das Coordenadoras da CDU a 19 de Março, no Encontro Regional de Jovens da CDU a 9 de Abril e em muitas dezenas de iniciativas a decorrerem nos próximos meses — os membros do Partido vão estar entusiasmadamente empenhados

«Os comunistas partem para os próximos actos eleitorais com a determinação e confiança em que as populações do Alentejo mais uma vez confirmarão que com a CDU, querem um Alentejo no caminho do progresso, ao serviço, não de um grupo restrito de grandes famílias de capitalistas e latifundiários, mas ao serviço das populações da região.

«Os resultados alcançados nas 14 eleições intercalares realizadas nos finais de 88 no Alentejo e que se traduziram em 14 vitórias da CDU, todas por maioria absoluta, constituem uma afirmação clara de recusa da política de direita do PSD, e uma demonstração do empenhamento do Povo Alentejano na defesa dos valores da liberdade, da democracia e da Paz.»



Eleições para o Parlamento Europeu

Esclarecer, informar com rigor todas as implicações, condicionamentos e limi-

Concelhia de C. Branco do PCP recorda Setembro de 88...

Agricultores de Malpica do Tejo continuam à espera

A população de Malpica do Tejo continua a sofrer as consequências da catástrofe que envolveu a morte das abelhas e ovelhas em Setembro de 1988.

Os prejuízos são calculados em dezenas de milhares de contos. A morte atingiu em poucos dias 1841 cortiços, 401 colmeias, 27 borregos e 622 ovelhas.

As causas, apesar das denúncias feitas e assumidas pelos agricultores, continuam por apurar. Porquê? Interroga a Comissão Concelhia do PCP.

Porque o Ministério da Agricultura só é da agricultura de alguns, dos poderosos. Os prejuízos não são desses, são dos pequenos agricultores, por isso não há interesse das autoridades, comentam os comunistas.

Os responsáveis, seja a CELBI, a SAPEC ou outros, devem pagar os prejuízos. Se o Ministério não encontra (ou não quer encontrar) os responsáveis e conclui que foi uma doença, então deve assumir as suas responsabilidades sociais e económicas e indemnizar os agricultores. Se não é assim, onde está a coesão económica e social

da CEE tão apregoadas pelo Governo de Cavaco Silva e do PSD?

Respeitar a população evitar novos prejuízos

As empresas, os serviços do Estado, o Ministério da Agricultura devem ter em conta os direitos das populações que há milhares de anos vivem e trabalham nestas terras. A substituição da floresta tradicional (continua o corte de azinheiras no

Monte Galisteu), e a plantação indiscriminada de eucauípticos está a desertificar as terras e a secar as fontes, alerta a Concelhia do PCP, que acrescenta:

«As ameaças de despedir trabalhadores pelo que se diz da morte das abelhas e das ovelhas, é uma atitude condenável porque visa calar as bocas que protestam e lançar o medo em toda a população.»

Quem defende o povo trabalhador?

Têm razão os malpiqueiros que perguntam onde estão os deputados eleitos pelo distrito e o Governador Civil e qual a sua posição face à catástrofe que se abateu sobre Malpica. Estão muito ocupados... Quando houver eleições, inaugurações, banquetes e

bandas de música eles aparecem, na esperança que o tempo faça esquecer os sofrimentos e as injustiças, comenta a Comissão Concelhia de Castelo Branco do Partido Comunista Português, que protesta contra a falta de medida das entidades competentes e exige que o Ministério da Agricultura pague, ou faça pagar, as indemnizações a que os agricultores têm direito.

Assembleia no Montijo

Os comunistas do Montijo preparam activamente a sua 5.ª Assembleia da organização concelhia, marcada para o próximo dia 26, nos pavilhões da Montijagra, durante todo o dia.

Os delegados vão apreciar o relatório de actividades da Comissão Concelhia cessante e eleger o novo organismo de direcção. Especial atenção será

dada à responsabilidade dos comunistas nas batalhas eleitorais deste ano, a começar pelo Parlamento Europeu. Estão previstas intervenções dos camaradas Manuel Sobral, da Comissão Política, e de Barros Moura, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

O relatório da Concelhia cessante e o debate preparatório da Assembleia acompanham profundamente as lutas e os problemas da realidade concelhia, destacando, por exemplo, a greve dos trabalhadores da Isidoro Carnes (adesão na ordem dos 90 por cento) e a situação dos mutualistas do bairro da Bela Vista, que recentemente viram as suas prestações à Caixa Geral de Depósitos aumentadas em 100 por cento e mais.

PCP

Carlos Carvalhas no Fórum Picoas: Portugal é dos países que mais riscos correrá com a criação do espaço financeiro da CEE

«A construção do Mercado Único está a avançar: cerca de 47% das medidas do livro branco já foram tomadas e o Governo tem aceite compromissos (sem esclarecer a opinião pública) lesivos dos interesses do País, como é o caso, por exemplo, dos compromissos relativos à livre circulação de capitais ou à abertura dos mercados públicos (compras públicas) que antes mesmo de 1993 já estarão sujeitos à concorrência estrangeira...»

As palavras são do camarada **Carlos Carvalhas**, membro suplente da C. Política do PCP, e foram proferidas no último sábado no seminário sobre o mercado financeiro realizado no Fórum Picoas, na capital. Intervindo no encerramento desta iniciativa, promovida pelos bancários do PCP em colaboração com o Grupo Comunista e Afins do PE, o dirigente comunista e membro do Conselho da Europa afirmaria:

A decisão positiva da duplicação dos recursos dos Fundos Estruturais decidida na Cimeira de Bruxelas em Fevereiro do ano passado, aparece hoje com evidente clareza, como uma moeda de troca para assegurar o apoio dos países menos desenvolvidos a um conjunto de medidas (relativas ao mercado interno) que beneficiam os países mais fortes. A duplicação dos Fundos aparece assim ligada à cumplicidade dos Estados (expressão de Delors) de economias mais débeis para a concretização do Mercado Único. Por isso é que esta decisão precedeu a Cimeira de 13 de Julho no Luxemburgo onde os ministros das Finanças dos Doze decidiram que o mercado único

do capital na CEE não seria para 1992 mas para Julho de 1990 e, para Portugal um ano e meio depois. Quer isto dizer que mesmo antes de 1-1-1993, data oficial da implantação do mercado único, entrará em vigor a livre circulação de capitais, antes da livre circulação de pessoas e antes mesmo da livre circulação de mercadorias.

O Governo português assumiu já compromissos que criam adicionais dificuldades ao nosso sistema financeiro e à sua reestruturação. Talvez se perceba por isso as declarações de Miguel Cadilhe de que «não é só pelos nossos olhos, nem pelos ideais europeus, que os fundos estruturais têm canalizado tantas verbas para Portugal», acrescentando que «isto tem um preço». Mas admite-se um tal preço para o País com a economia mais atrasada e vulnerável do conjunto dos Doze? O tal preço não é pura e simplesmente uma cêndia e uma capitulação?

A completa liberalização do movimento de capitais, a plena liberdade de estabelecimento das instituições financeiras e a cooperação estreita das bolsas de valores, ampliam significativamente o ris-

co do agravamento dos desequilíbrios regionais e estruturais no seio da CEE e a fuga das poupanças nacionais dos países mais pobres para os países mais ricos (países onde normalmente é mais rentável a sua aplicação — fiscalidade e taxas de juro mais favoráveis). E isto mesmo que venha a entrar em vigor a taxa de 13% sobre a aplicação das poupanças.

A poupança vai procurar os países de fiscalidade mais favorável e é mesmo difícil imaginar a amplitude dos movimentos de fundo que poderão produzir rumores ou mesmo pequenas alterações nas taxas de câmbio. Taxas de câmbio fixas implicarão taxas de juro reais idênticas. Se o capital circula livremente somente as variações da taxa de câmbio poderão travar ou estancar as migrações massivas que uma variação da taxa de juro criará inevitavelmente.

Propostas

Portugal será um dos países em que com maior incidência se sentirão aquelas implicações e que mais riscos correrá com a criação do espaço financeiro na CEE.

Impõe-se por isso que o Governo português use de todos os períodos transitórios, derrogações e cláusulas de salvaguarda para dilatar ao máximo a completa liberalização dos movimentos de capitais que inclusive deverá ser precedida pelo reforço real da coesão económica e social. Deverá

também poder manter a flexibilidade das taxas de câmbio nominais e exigir da comunidade novos mecanismos de apoio às economias que enfrentem desequilíbrios com a liberalização dos movimentos de capitais.

Em relação às instituições bancárias é necessário fortalecer a sua robustez e não à sua privatização, nomeadamente através da reestruturação e associação dos bancos nacionalizados, pelo reforço dos seus capitais próprios, pela diminuição dos custos de intermediação (o que depende essencialmente das autoridades monetárias), pela redução geral de custos e aumento da qualidade dos serviços.

Impõe-se também que até 1-1-1993 (o que é permitido pelos Tratados) não sejam licenciados novos bancos.

A direcção política privatizante e oligárquica, traço mais saliente do Governo de Cavaco Silva, assente nos velhos dogmas do capitalismo e do neoliberalismo, cria ainda maiores perigos face ao embate de 1992 e está em vivo contraste com a necessidade de defender o poder de decisão nacional, as alavancas fundamentais da economia portuguesa, e a necessidade de dar corpo a um projecto de desenvolvimento no quadro das novas fronteiras que se abrem com a inovação e o progresso científico e técnico.

Zona da serra do distrito de Coimbra Floresta sem defesa — alerta o PCP

O organismo da zona da Serra do distrito de Coimbra do PCP, reunido na Lousã, analisou a situação social e política da região e destacou alguns dos principais problemas que afectam as populações e a região e que uma verdadeira política de desenvolvimento regional tem de considerar.

Destacou-se nesse balanço a repressão e intensificação da exploração dos trabalhadores, nas empresas, como se verifica no sector têxtil, o encerramento da fábrica de papel de Ponte de Sotam (Góis), da fábrica de papel de Serpins e praticamente todo o sector de madeiras da Lousã, e consequente extinção dos postos de trabalho, deixando centenas de famílias à beira da miséria.

Foi salientada ainda a falta de medidas eficazes de preservação e defesa da floresta contra os incêndios e a falta do cumprimento das promessas de indemnização pelos

prejuízos, ao mesmo tempo que se assiste com preocupação à proliferação do eucalipto na região. Também em relação aos povos dos baldios foi saudada a justa luta em defesa da sua posse, uso e fruição pelos compartes e respectiva administração democrática, contra os projectos do PSD e CDS, que conduziram a processos usurpadores já conhecidos e de triste memória.

Vias de comunicação

Achou-se que é imprescindível substituir o material circulante e obsoleto do ramal

da Lousã e prolongar esta linha de Serpins a Arganil, conforme está projectado, bem como lutar contra a secundarização a que está votada a EN-17 (estrada das Beiras) com a abertura da IP-5, facto este que parece ocupar pouco as Câmaras da região, afectas ao PS, PSD e CDS. Não se vê um empenhamento mínimo pela sua rectificação, mantendo-se o impasse relativamente ao troço de S. Miguel de Poaires à Catraia dos Poços.

Património cultural

Outro tema analisado foi a incapacidade na adopção de medidas por parte das Câmaras, em particular da de Penacova, na realização e implementação de projectos com vista ao aproveitamento socioeconómico das zonas

envolventes das barragens da Agueira e Raiva.

Constatou-se a ausência de medidas de defesa e preservação dos moinhos, das aldeias serranas, dos monumentos e do não prosseguimento da exploração das ruínas romanas de Bobadela.

O organismo da zona da Serra de Coimbra do PCP, pela análise feita, concluiu que a política do Governo Cavaco Silva/PSD está a criar um crescente descontentamento na região, ao afectar em particular os trabalhadores, os agricultores, os reformados e outras camadas desfavorecidas da população.

O PCP reafirma a sua solidariedade com todos os que sofrem com tal política e continuará sempre a seu lado na luta pela transformação desta situação em benefício do povo e da região.

Soure precisa duma estação!

No passado dia 8, os habitantes de Soure, no distrito de Coimbra, cortaram o trânsito ferroviário junto à estação, não arredando pé sem obterem a certeza de que seriam recebidos pela CP. Comentando o facto, a Concelhia local do PCP divulgou um breve comunicado onde sublinha:

Coube agora à população de Soure sentir directamente um dos efeitos práticos da política do Governo em matéria de transportes, cuja estratégia fundamental está orientada para a prestação de serviços de alta qualidade a uma minoria pagos à custa dos interesses da maioria dos utentes do caminho-de-ferro.

À medida prepotente e cega da administração da CP, fiel executora da política cavaquista para o sector, respondeu o Povo de Soure com firmeza e unidade inabalável de quem sabe que defende o que é de justiça.

Quando em Junho de 88 a Comissão Concelhia de Soure do PCP tornou pública a sua opinião, através de um comunicado no qual alertava para a grave situação de isolamento a que a Vila de Soure vinha gradualmente a ser submetida no que refere a serviços ferroviários. Iguamente alertámos para as consequências de tal facto, pelo que exigimos como primeira medida, a paragem dos comboios semidirectos na estação de Soure.

Levámos também esta questão à Assembleia Municipal, propondo então a criação de um grupo de trabalho que no imediato iniciasse negociações com a CP.

Levianamente esta proposta nem sequer mereceu discussão sendo simplesmente rejeitada.

Cerca de um mês depois, num programa da rádio popular de Soure e através da voz do membro da CDU António Cruz, uma vez mais denunciámos a situação existente sendo então afirmado que na opinião da CDU, o passo seguinte seria a anulação dos despachos de mercadorias e, como medida final, a transformação da estação de Soure num mero apeadeiro.

Séis meses passaram. Hoje verifica-se que tínhamos razão.

A todos os que participaram neste acontecimento decisivo para o futuro desenvolvimento do concelho, o PCP transmite as suas fraternais saudações ao mesmo tempo que, e uma vez mais assume publicamente o seu total apoio à luta do povo sourense por uma estação da CP ao serviço do progresso da sua terra.

Juventude

JCP prepara 3.º Congresso

No quadro da preparação do 3.º Congresso da JCP, marcado para os dias 15 e 16 de Abril em Loures, realizou-se no sábado um encontro de jovens comunistas do Porto, com o objectivo de discutir a actividade da JCP, a sua organização, estilo de trabalho e direcção.

Em foco estiveram também importantes batalhas em que os jovens comunistas estão empenhados, como a luta contra o pacote laboral, os próximos actos eleitorais, o Encontro Nacional da CDU, o 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a Conferência da Juventude Trabalhadora da CGTP-IN, as comemorações do dia do Estudante (24 de Março) e do dia da Juventude (28 de Março).

Na parte final do encontro de jovens comunistas do Porto foi eleita a comissão distrital da JCP.

Carlos Rabaçal (da comissão executiva e do secretariado da Direcção Nacional da JCP e do CC do PCP) e João Semedo (do CC e da DORP do PCP) participaram nos trabalhos do encontro.

Em Lisboa, no domingo, a JCP realizou um debate sobre a **comunicação social e a formação das mentalidades**. Inicialmente previsto para as instalações do Instituto Franco-Português, o debate teve que se transferir para a sede da JCP, já que à última hora o secretário-geral do IFP, que tinha confirmado a cêndia de sala, acabou por recusar a autorização,

alegando tratar-se de uma «iniciativa política» — de acordo com o dirigente da JCP Emídio Jerónimo.

Numa sala cheia, em que se notavam muitos estudantes do ensino superior (nomeadamente de comunicação social, direito e artes), decorreu um debate «bastante vivo» de questões como a situação da comunicação social em Portugal, o poder económico e político e sua influência nos jornais, os grandes grupos internacionais desta área, a influência nos jovens e nas mentalidades.

O debate foi moderado por Nuno Ramos de Almeida, director dos «Cadernos Política», acompanhado na mesa pelos jornalistas Emídio Rangel, José Goulão e Vicente Jorge Silva. Estiveram também presentes Francisco Louçã, João Mesquita, Luís Filipe Costa e Miguel Portas.

Setúbal

Também integrada na preparação do 3.º Congresso, a Juventude Comunista Portuguesa vai promover no sábado, dia 18, em Setúbal, uma «iniciativa de reflexão e debate» sobre as **transformações sociais e a formação das mentalidades**, que se inicia às 15 horas e para a qual foram convidados diversos especialistas (sociólogos, psicólogos, sindicalistas) e jovens ligados ao mundo do trabalho — informou a Direcção Distrital de Setúbal da JCP.

Terra

Contra-relógio contra a lei

Governo refaz latifúndio dos Franco Mira

Num momento em que acelera a sua ofensiva contra a reforma agrária, o Governo, através do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e com a cobertura da GNR, entregou no dia 8 de Fevereiro quase 3 mil hectares de terras aos agrários Franco Mira, reconstituindo totalmente o latifúndio desta família.

Este processo é o primeiro a ser executado ao abrigo da nova lei de reconstituição dos latifúndios e — como refere um comunicado do secretariado das UCPs/Cooperativas do distrito de Évora, do STADE (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura) e das duas UCPs atingidas — é precisamente o processo n.º 1 entre as fraudes e irregularidades entregues à Comissão Parlamentar de Inquérito aos actos do MAPA; foi também alvo de participação-crime à Procuradoria Geral da República.

Mas o Governo e o MAPA nem a sua nova lei cumprem, denuncia-se no comunicado: perante o recente acórdão do Supremo Tribunal Administrativo considerando inconstitucional o artigo 50.º da lei (um dos que pretendem impedir os trabalhadores de recorrer para os tribunais e suspender a execução de uma reserva), e sabendo que tinha dado entrada a 3/2 no STA um pe-

dido de suspensão da reserva, o MAPA «desencadeia um processo de notificações e precipita a entrega destas reservas em pleno período de Carnaval, procurando assim ter o assalto consumado antes de ser notificado pelo Supremo Tribunal Administrativo».

«Altos funcionários do MAPA, designadamente o eng.º Alberto Costa, responsável dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, reuniram de emergência com os agrários e requisitaram, à revelia de todos os prazos, a GNR» — afirma-se no comunicado.

A pressa foi tal — comentam o secretariado das UCPs/Cooperativas, o STADE e as UCPs — que «o próprio telegrama assinado pelo Director de Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Évora é emitido em Lisboa!!!»

As terras entregues fazem

parte das UCPs «Liberdade da Graça do Divor» (1592,8 ha, no concelho de Évora) e «S. Joaquim do Sabugueiro» (1355,5 ha, no concelho de Arraiolos). Além da terra o MAPA — denuncia o comunicado — pretende ainda entregar aos agrários 200 cabeças de gado bovino e 952 ovinos, no valor de cerca de 40 mil contos.

«A consumação deste assalto — regista o documento — levou à destruição praticamente total da UCP «Liberdade da Graça do Divor», com a destruição de cerca de 50 postos de trabalho, e à inviabilização da UCP «S. Joaquim do Sabugueiro».

Denunciando a ofensiva contra a reforma agrária como «um processo de desforra social liderado pelo Governo PSD/Cavaco Silva ao serviço dos grandes agrários», o comunicado afirma que «os trabalhadores irão desencadear as formas de luta ao seu alcance contra esta nova fase da escalada» e apela à mobilização, solidariedade e actuação da opinião pública e dos «órgãos de soberania garantidos da Constituição e do regime democrático».

José Soeiro

José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP, referiu-se numa reunião de quadros comunistas dos distritos da reforma agrária à situação que hoje ali se vive, afirmando que «a ofensiva em curso visa a total reprivatização da terra, através da destruição da reforma agrária. O MAPA persiste numa actuação completamente prepotente, criminosa e ilegal, a ponto de nem já respeitar a inconstitucional lei do latifúndio imposta recentemente pela maioria PSD: frutos pendentes, gados e máquinas das cooperativas são entregues aos agrários; o MAPA calcula pontuação como se nunca tivesse havido latifúndio em Portugal. São crimes sucessivos contra os trabalhadores e contra o País».

Referindo-se à posição do Partido Socialista, aquele dirigente do PCP lembrou que «a luta pela unidade dos democratas impõe o combate às posições que prejudicam a unidade» e afirmou que «o PS assume a responsabilidade histórica de estar a colaborar com a direita na destruição da reforma agrária».

PSD e baldios: a razão da força

O projecto-lei do PSD é «a razão da força do PSD contra a força da razão dos povos dos baldios» — afirma o executivo da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP numa nota de imprensa divulgada sexta-feira e em que considera aquele diploma, recentemente aprovado na AR com os votos do PSD e do CDS, «uma autêntica monstruosidade legal» e inconstitucional.

Segundo o executivo da DORT, não há qualquer razão para duvidar de que os baldios — como diz a alínea c) do Artigo 89.º da Constituição — são «bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais», nem para confundir comunidades com autarquias (a distinção é feita no Artigo 94.º da Lei Fundamental e foi confirmada em diversos pareceres da Procuradoria-Geral da República, da Relação e tribunais de Coimbra, Porto, etc.).

O projecto-lei do PSD (90/V) é a 12.ª tentativa de alteração dos Decreto-Lei 39 e 40/76. «Esta acção do PSD/Cavaco Silva — acusa o PCP — ficará registada na consciência dos povos serranos ao lado de outros períodos negros, como o do tempo do fascismo em que se deu a confiscação e roubo das serras baldias e a sua entrega aos serviços florestais, com o famigerado DL 27 207, de 16/11/1936.»

Nos últimos 13 anos — constata o executivo da DORT do PCP — houve uma «guerra permanente» dos partidos de direita, de certas câmaras e administrações florestais e de governadores civis contra os baldios, com bloqueamentos, boicotes e ilegalidades.

No entanto, sublinham os comunistas transmontanos, «tudo isto não impediu que os Conselhos Directivos dos Baldios e com partes desenvolvessem e apresentem hoje obras de notável e invulgar valor económico, social e cultural em muitas aldeias serranas, tradicionalmente esquecidas e marginalizadas pelo Poder Central». A título de exemplo, o executivo da DORT refere que «só nos anos de 1986 e 1987 foram gastos nas povoações serranas da região cerca de 270 mil contos, oriundos das receitas baldias, na promoção e feitura de milhares de pequenos e grandes melhoramentos: rompimento de caminhos, construção e reconstrução de fontanários e tanques, igrejas e capelas, escolas, centros culturais, parques, campos de futebol, ginódiosportivos, incremento da produção pecuária, etc.».

Exortando os CDB's e os povos dos baldios a continuar a luta pelos seus direitos ancestrais, o executivo da DORT reafirma-lhes o total apoio do PCP.

Nacional

Porto

Planeamento urbanístico em debate

«A necessidade de encarar os problemas urbanísticos numa perspectiva regional e não apenas concelhia, tendo em conta que se verificou que, quer o Plano do Porto quer os que começam a ser traçados em Gala e Matosinhos — outros o atraso ainda é maior — são nos limites dos próprios concelhos, o que conduz a limitações e desordenações absolutamente inadmissíveis no tratamento de problemas comuns a uma região muito

vasta e que congrega problemáticas muito semelhantes, ou pelo menos convergentes», é, segundo Oliveira Dias, presidente do Conselho Regional da ADEPO/Associação para o Desenvolvimento da Região do Porto, uma das questões, mais importantes a assinalar no Debate que aquela Associação promoveu no passado sábado, na Reitoria da Universidade do Porto.

Outra conclusão possível de um debate, que envolveu a participação viva, e em

muitos casos contraditória, de arquitectos e urbanistas, vereadores e munícipes, foi, na opinião de Oliveira Dias, «a que determina um respeito cada vez maior na elaboração dos Planos pelas realidades próprias de cada concelho, ao nível da cultura e do património, em correspondência com as aspirações que surgem a cada momento e com os movimentos da mais diversa natureza». «Daí que os Planos não possam ser encarados de uma forma estática, mas como linhas mestras de orientação, quer permitam uma flexibilidade na adaptação à dinâmica que se verifica nas transformações sociais dos dias de hoje», referiu aquele vereador da CM do Porto quando fazia um balanço para a comunicação social, já no final dos trabalhos.

A introdução do tema foi tarefa do arquitecto Ricardo Figueiredo, do Conselho Regional da ADEPO. O arquitecto Domingos Tavares reportou-se a questões relacionadas com a estrutura dos transportes nos Planos e «a capacidade de intervenção das comunidades «na sua concepção e concretização». A engenheira Teresa Ponce de Leão falou da sua experiência de planeamento nos meios rurais.

Vários convidados tomaram a palavra, destacando-se

as intervenções da arquitecta Annie Gunther, do professor Castelo Branco, arquitecto coordenador do Plano Geral de Urbanização do Porto e do professor Pereira de Oliveira, da Universidade de Coimbra. Destaque ainda para a intervenção de outro convidado, o engenheiro Daniel Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira, que questionou e deu respos-

ta a muitos aspectos desta problemática.

Intervieram ainda vereadores das Câmaras do Porto e de Matosinhos, sobre a necessidade de coordenação, o arquitecto Nuno Portas e, por fim, o presidente da CM do Porto, dr. Fernando Cabral, que se interrogou a propósito de projectos intermunicipais: quando se espera que estejam aprovados os Planos?

Terá o Município do Porto ou os municípios em geral, capacidade financeira para os executar? Que relações com os municípios vizinhos? Que infra-estruturas?

A ADEPO, no sábado passado, deu um contributo decisivo, sob a forma de debate a continuar e a desenvolver, para o comprometimento no trabalho em prol da cidade e da região.

Gaia

Campanha do pelouro CDU

«Viver a Primavera, Amar a Natureza» é uma campanha a que os habitantes de Gaia já se habituaram. Assim que o verde das árvores e as flores começam a despontar ela aí está, a iniciativa do Pelouro de Ambiente e Jardins da Câmara de V.N. de Gaia, da responsabilidade da CDU, mais concretamente da camarada Ilda Figueiredo.

Esta iniciativa tem este ano, como nos outros, a colaboração das Escolas, Juntas de Freguesia e Colectividades. O Avante está em condições de adiantar alguns dos aspectos mais importantes do Programa: já com data marcada, 17 de Março, a

Festa da Árvore. A realizar nos Jardins do Morro, do Cedro e do Candal, com a participação de crianças e jovens das escolas e acções diversas nomeadamente pintura, modelagem, teatro, desporto, canções, biblioteca infantil, etc.. Haverá também a Festa da Flor e a 4.ª Florgaia, uma

exposição de flores em colaboração com os floricultores e as escolas de Gaia. Colóquios e debates e a comemoração do Dia Mundial do Ambiente, constam também do programa.

«Viver a Primavera amar a natureza», iniciativa a que o Avante naturalmente voltará.

PCP

OR de Santarém prepara Assembleia

As orientações saídas do XII Congresso do Partido estão em primeiro plano na acção preparatória da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP, marcada para 5 de Março na capital ribatejana.

A análise e enriquecimento do projecto de resolução política contendo as propostas do PCP para o distrito e a eleição dos delegados (um por 30 membros da organização) são pontos salientes da actividade preparatória, que está a dinamizar a vida do Partido em praticamente todos os concelhos da ORSA.

Forum no Porto

A propósito da revisão da Constituição, o Movimento de Defesa da Constituição promove no próximo dia 11 de Março, pelas 15 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, um forum «Em Defesa da Constituição e da Democracia». A esta iniciativa deram já a sua adesão diversas destacadas personalidades da vida local e nacional.

Internacional

França

Unidade e luta em véspera de eleições

A poucas semanas da realização de eleições municipais em França, e num quadro de significativas acções de diferentes sectores de trabalhadores, unidade e luta assumem-se como palavras de ordem prioritárias, muito embora a unidade, bem o sabemos, nunca seja tarefa fácil.

«Acção, unidade, pode-se impedir a erva de crescer depois de cortada? — é o comentário, em recente Editorial de «L'Humanité» — Os que sofrem com a crise, os que afirmam o seu descontentamento, os que dormem com um olho aberto, os que lutam, não devem aceitar que a sua vida quotidiana se deteriore mesmo que na sua localidade tenha falhado um acordo entre partidos de esquerda. Entre todos estes e os comunistas, a unidade e a acção estão também em crescimento».

É num contexto de lutas — e também de escândalos a envolver o grande capital e o poder político — que se desenvolve a acção eleitoral, e o difícil processo de criação de listas conjuntas de comunistas e socialistas.

Operários e professores

Os trabalhadores da Renault organizam decididamente a resistência aos projectos de supressão de 5700 postos de trabalho no grupo e à política da administração contra os aumentos salariais. Uma luta que tem passado nomeadamente por manifestações e suspensões de trabalho.

Das razões desta luta, falam por si os factos. A parte dos salários na produção total do grupo, passou de 15% em 1984 para 10,4% em 1987. Em resultado da pressão sobre os salários e a liquidação de postos de trabalho, os lucros da Renault atingiram os 11 mil milhões de francos em 1988. Relativamente aos números relativos às transacções, a massa salarial, baixou de 22,3% em 1984 para 17%.

Entretanto a Regie Renault passou em poucos anos, do primeiro para o sétimo lugar, entre os construtores de automóveis no mercado europeu.

A exigência avançada de aumentos salariais não iria ultrapassar um terço dos lucros divulgados pela Regie, o

que de acordo com o estatuto de uma empresa nacionalizada, é a parte que legalmente cabe aos trabalhadores.

Na luta que tem vindo a ser desenvolvida pelos professores, com uma manifestação que reuniu 50 000 nas ruas de Paris no passado dia 1 de Fevereiro, confluem exigências e problemas do professorado, dos estudantes e dos seus pais. É uma verdadeira renovação do sistema de ensino que está em causa.

Trata-se por um lado da manifesta insuficiência das verbas atribuídas ao ensino. Os dois milhões de francos atribuídos pelo governo para a «revalorização do professorado», representam 2% da massa salarial, enquanto a própria comissão de Finanças da Assembleia calculou o custo de uma verdadeira revalorização dos professores num aumento em cerca de 25% do salário médio.

Claro que são bem outros os objectivos do governo. Não se trata de revalorização do professorado, mas da introdução de um «salário por mérito» que deveria obrigar o professorado a «fazer cada vez mais, por cada vez menos», dividindo-o, liquidando a própria prática do trabalho de equipa.

Entretanto, a degradação do ensino é uma realidade que tem vindo a ser insistentemente denunciada.

Num encontro com jornalistas realizado há dias, o dirigente do PCF, Antoine Casa-

nova, disse que «as políticas escolares concretizadas sem grandes descontinuidades desde os fins dos anos 70 têm vindo a agravar sistematicamente a situação. Ao mesmo tempo — e não é por acaso — o direito dos jovens a um verdadeiro emprego qualificado, correctamente remunerado, foi profundamente posto em causa pelo desemprego e a institucionalização do trabalho precário».

Os que lucram Pechiney e Sociedade Geral

A compra da sociedade norte-americana «American National Can» (ANC) pela empresa pública francesa «Pechiney» deu lugar a operações irregulares na bolsa — é a conclusão do relatório da Comissão das Operações da Bolsa (COB), divulgado em Paris no fim de Janeiro. Um escândalo a que se somou outro, o da Sociedade Geral. Escândalos que de facto correspondem a práticas correntes do capital. Ganhar dinheiro nos jogos da bolsa, de preferência utilizando capitais alheios, nomeadamente dinheiros públicos.

No caso Pechiney, por exemplo, sabe-se que entre 14 e 18 de Novembro de 1988, 228 770 títulos da sociedade americana (construída na base de um profundo endividamento) foram comprados por cerca de 10 dólares para serem vendidos alguns dias depois por 41 a 56 dólares. Isto permitiu aos especuladores ganharem milhões de um dia para o outro, em detrimento da Pechiney, empresa pública. Em causa 23 milhões de francos.

Ora estes 23 milhões (e importa sublinhar que se trata de uma empresa pública), representam, como destacou Marchais, secretário-geral do PCF, há dias, em Issy-les-Moulineaux, os investimentos necessários à criação de 40 000 postos de trabalho na indústria. Ou ainda permitiriam atribuir um prémio anual de 2000 francos aos 28 000

trabalhadores da Pechiney France.

Também no que respeita à Sociedade Geral, terceiro banco francês no que respeita a depósitos, privatizado por Balladur, está em causa a delapidação de dinheiros públicos. Concretamente a Caixa de Depósitos, organismo público que é o pilar do financiamento da habitação social e das colectividades locais.

A Caixa empenhou mais de 1 bilião de francos no raide sobre a Sociedade Geral, comprando a preços elevados as acções anteriormente adquiridas por grupos ao corrente do raide, tendo assim sido espoliada numa operação da bolsa.

Note-se que no que se refere às receitas da Caixa em 1987, 50 mil milhões de francos foram dedicados a operações financeiras, e apenas 27 mil milhões à habitação social e 11 mil milhões às colectividades locais. O que naturalmente põe em causa a própria função social da Caixa.

Comentando as evidentes limitações do relatório da COB, André Lajoinie, pelo grupo parlamentar comunista, divulgou uma declaração em que se sublinha — renovando a exigência da criação de uma comissão parlamentar de inquérito — que «no momento em que são recusados aos assalariados, aos defensores da escola e da Segurança Social, os meios que legitimamente exigem, a valsa dos milhões ganhos através de um simples telefonema por especuladores bem colocados, levanta uma profunda indignação no país».

A unidade e os seus limites

«Num grande grupo de localidades, na verdade, e apesar de toda a nossa boa vontade, a constituição da lista da unidade de esquerda atrasou-se em demasia, ou não foi mesmo possível. É profundamente lamentável. Só um grande empenhamento dos comunistas na campanha



«e se pagássemos... o ministro ao mérito?» — uma questão ironicamente colocada na manifestação dos professores em Paris

eleitoral irá impedir a direita de utilizar esta situação em seu benefício». Um pequeno extrato do relatório de Georges Marchais, à reunião do CC do PCF, especialmente dedicada às próximas eleições municipais, e que de certa forma sintetiza a realidade actual e as dificuldades do caminho percorrido, no esforço de apresentar listas comuns PCF/PSF, por todo o país.

Esforço que naturalmente deu os seus frutos. Em grande parte das cidades francesas é possível apresentar listas de unidade desde a primeira volta.

Mas em grande medida

conduzido contra a política, contra os obstáculos levantados pelo PSF, apesar de um acordo formal — a declaração comum de 12 de Janeiro.

Entretanto, e objectivamente, as diversificadas lutas de trabalhadores, em que naturalmente lado a lado se batem comunistas, socialistas e trabalhadores sem partido, contribuem para esta opção de unidade dos comunistas franceses. «Desde que se trate de agir ao serviço dos interesses populares e nacionais, estamos disponíveis, com todos os que o desejam», é opção do PCF, nas palavras do seu secretário-geral.

Hungria Importantes decisões do POSH

O Partido Operário Socialista Húngaro decidiu a reinstauração do pluripartidarismo, mantendo a sua posição dirigente, como força motriz das reformas políticas e socioeconómicas em curso. Esta uma decisão do CC do POSH, que terminou uma reunião no passado sábado em Budapeste, após dois dias de trabalhos.

No comunicado aprovado na reunião, afirma-se que se trata de uma «transição gradual», pois a «sociedade não está preparada para a introdução imediata de um poder político fundado sobre um sistema multipartidário». Salienta-se que o CC está pronto «para uma cooperação com todo o agente político responsável com o objectivo da instauração das transformações políticas e da realização da importante reforma económica».

Como foi afirmado por Karoly Grosz, secretário-geral do POSH, «a nova Constituição» — que está a ser elaborada e deverá entrar em vigor em 1990 — «deveria consagrar o sistema socialista da sociedade» e «por consequência, os partidos deveriam preencher as suas funções políticas sobre bases socialistas». Não aceitando a Constituição, «não poderão agir de forma legal».

Em relação à introdução do multipartidarismo, o CC refere também que «inúmeras ilusões estão ligadas a este sistema, especialmente no que se refere à solução dos problemas económicos e sociais», considerando que o POSH deve «adoptar uma posição resoluta» para «conseguir pôr fim à crise política, social, económica e moral» que atravessa a Hungria.

Em relação aos acontecimentos de 1956, os comunistas húngaros fazem uma reavaliação desse período da sua história, considerando que se tratou de «uma insurreição popular que estalou», mas que, «desde o início, as forças que aspiravam a uma restauração e elementos desqualificados estiveram presentes e, depois do fim de Outubro, as acções contra-revolucionárias foram reforçadas».



A COB silenciou a participação dos fundos da Thompson nos negócios da compra da ANC pela Pechiney. Mas os trabalhadores da empresa, em greve por melhores salários e contra o desemprego, têm o direito de saber que é feito do fruto do seu trabalho

Internacional

Europa e América Latina reforçam cooperação

• Declarações de Joaquim Miranda deputado do PCP no Parlamento Europeu

Na reunião interparlamentar entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano que se realizou em Lisboa, há cerca de ano e meio, não foi possível encontrar consensos que possibilitassem a aprovação de uma proposta de resolução. Nessa altura, os parlamentares comunistas criticaram o facto, por considerarem que deste género de encontros deveria resultar mais do que uma simples acta.

Esta posição crítica teve os seus frutos. Na última reunião interparlamentar, efectuada na Costa Rica, não foi aprovada uma acta mas uma resolução, o que em si mesmo constitui um passo positivo. Esta a opinião do camarada Joaquim Miranda, deputado comunista no Parlamento Europeu, que em breves declarações ao «Avante!» salientou a importância da aproximação entre os parlamentos europeu e latino-americano.

«A resolução aprovada — disse — sendo uma resolução de consenso, contém evidentemente alguns aspectos que não agradam a nenhuma das partes. Mas o essencial é que foi possível encontrar um bom consenso, ao nível da situação política em toda a América Latina e no relacionamento desta com a Europa comunitária, privilegiando as vias do diálogo ao invés da confrontação e da ingerência».

No que se refere à América Central, a resolução apoia o relançamento do acordo de «Esquipulas II», fundamental para a resolução pacífica dos problemas da região.

Mas também no que respeita à dívida externa a referida resolução é positiva, como refere Joaquim Miranda: «Desde logo porque a considera — a dívida — como um problema político e um problema cuja resolução é global.»

Para além disso há na resolução outros aspectos positivos, quer no campo das iniciativas do combate à droga, da preservação do meio ambiente e dos problemas da mulher na América Latina.

A importância do consenso alcançado na Costa Rica é tanto maior se se tiver presente o facto de existirem acentuadas contradições entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano, e no próprio seio de cada um deles.

Para o camarada Joaquim Miranda, o consenso alcançado e traduzido na referida resolução deve-se em boa medida à posição concertada dos países latino-americanos, que revelaram um sentido de identidade, de unidade em relação a questões essenciais, quer quanto aos problemas económicos, quer em relação às questões da paz e da guerra, ou ainda ao desejo de não-ingerência dos EUA na região. Tratou-se de um fenómeno particularmente evidente na conferência interparlamentar que contribuiu bastante para que dela saísse uma resolução e uma resolução positiva.

Entre a Europa e a América Latina existe já alguma cooperação, tanto a nível político como económico, embora muito haja ainda a fazer neste domínio. As reuniões

da Joaquim Miranda, as relações de carácter económico e comercial entre a Europa e América Latina têm sido condicionadas pelo facto desta última estar dependente, neste domínio, dos EUA e também do Japão. Deste facto resulta, na sua opinião, um sentimento mútuo da necessidade do reforço da cooperação entre a Europa e o continente latino-americano, até como forma de contrapor à dependência norte-americana e japonesa.

Para ter uma noção do amplo caminho que é necessário percorrer no domínio da cooperação económica basta dizer que a ajuda da CEE à América Latina tem sido inferior à verba que os EUA têm disponibilizado para a ajuda aos «contras» da Nicarágua!

Como o próprio camarada Joaquim Miranda reconhece, não se trata de um caminho fácil. Por um lado, existe de facto um amplo campo aberto à intervenção e à cooperação da Europa comunitária que pode e deve ser explorado para o encontro de soluções políticas dos problemas latino-americanos, no que se refere ao desenvolvimento da região, à dívida externa e à paz, que se encontram profundamente interligados; mas por outro lado, é sabido que as posições das estruturas da CEE não são homogêneas, o que evidentemente retira eficácia às posições positivas que se tomam. Os governos dos diferentes países membros da CEE e o próprio Conselho, por exemplo, têm

tomado até à data posições mais recuadas do que o Parlamento Europeu, no que se refere à América Latina e às possibilidades de cooperação.

Nesta medida, considera Joaquim Miranda, o Parlamento Europeu está a desenvolver uma positiva pressão sobre as restantes estruturas comunitárias, que a prazo pode levar a resultados concretos no domínio do desenvolvimento da cooperação com a América Latina.

América Central no centro das atenções

As reuniões internacionais têm a vantagem de permitir trocas de opiniões diversificadas entre os seus participantes; o encontro da Costa Rica não fugiu à regra. Foi assim que o camarada Joaquim Miranda teve oportunidade de se encontrar com representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, com dirigentes da oposição do Paraguai, para além de uma visita posterior à Nicarágua.

Como nos disse, tais encontros (a par do facto da reunião interparlamentar se ter efectuado numa altura em que os principais dirigentes da América Central se reuniam na Venezuela para a tomada de posse do presidente Andrés Pérez, nas vésperas da cimeira centro-americana de El Salvador, do derrube do ditador Stroessner no Paraguai, do anúncio de impor-



Está na hora dos EUA deixarem El Salvador em paz

tantes medidas na Nicarágua) permitiram concluir que «tudo está a mexer» na região, no sentido da solução, através do diálogo, das principais questões que afectam a América Central.

Segundo o nosso camarada, é notório o sentimento dos dirigentes centro-americanos e diferentes forças políticas da região de pôr termo à ingerência externa (designadamente norte-americana) e de avançar pelas vias diplomáticas e políticas na resolução dos seus problemas.

Refira-se, a título de exemplo, a alteração qualitativa registada em El Salvador, onde recentemente a FMLN apresentou uma nova proposta de solução negociada do conflito interno (ver artigo em separado), através da realização de eleições; ou ainda as novas propostas do governo sandinista da Nicarágua, visando o

cumprimento dos acordos de paz, a consolidação da democracia interna e o relançamento da economia.

A grande incógnita, em todo este xadrez político continua a ser, naturalmente, a posição dos EUA. Mas como disse a propósito o camarada Joaquim Miranda, se é verdade que a nova administração norte-americana não tem dado sinais de qual vai ser a sua política em relação à América Central, há que registar o facto de também não se terem registado tomadas de posição negativas, o que em si mesmo pode já considerar-se positivo.

A cimeira presidencial centro-americana, realizada de 13 a 15 últimos em El Salvador — e cujos resultados ainda se desconhecem — não deixará certamente de reflectir este espírito de mudança que se vive na região.



Joaquim Miranda

interparlamentares, bem como a resolução agora aprovada, apontam para o aprofundamento dessa cooperação.

Segundo o nosso camarada

Diálogo em El Salvador relança acordos de paz

As lutas civis e a crise económica da última década devastaram a América Central. Mais de 160 mil pessoas morreram, como consequência de guerras e distúrbios. Em 1990 haverá dez milhões de pessoas (40 por cento da população) em situação de pobreza.

Quem o afirma é o relatório da Comissão Sanford, compsta por 47 personalidades dos EUA, Europa, Japão e América Latina, entregue na segunda-feira aos cinco presidentes centro-americanos reunidos em El Salvador para relançar o plano de paz para a região.

O documento, que analisa as causas da crise centro-americana e propõe uma ajuda financeira de dez mil milhões de dólares para o próximo quinquénio, assume particular importância ao ser agora apresentado por colocar como necessidade o fim dos conflitos armados para o relançamento do desenvolvimento da América Central, numa altura em que o democrata Bernard Aronson é indigitado pelo secretário de Estado, James Baker, para conselheiro principal da administração Bush para os problemas centro-americanos.

Aronson, que já foi um defensor dos «contras», apare-

ce hoje como partidário de uma solução política, o que pode significar uma aproximação das posições norte-americanas às posições defendidas pelos signatários do Acordo de Esquipulas II.

A mudança que se presente na atitude dos EUA face à América Central não é estranha à crescente capacidade de iniciativa manifestada, designadamente, pelos sandinistas da Nicarágua e pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, duas componentes essenciais para o processo de paz centro-americano.

Enquanto o presidente da

Nicarágua, Daniel Ortega, afirma a disposição do seu país em adoptar novas medidas de pacificação e diálogo interno, em troca da garantia do fim da ajuda militar aos «contras» e da segurança das suas fronteiras (constantemente ameaçadas a partir das Honduras), a FMLN apresentou uma proposta qualitativamente nova e «muito atractiva» segundo os observadores políticos em Salvador.

Concretamente, a FMLN propôs-se participar nas eleições presidenciais, transformando-as numa plataforma para uma solução de paz duradoura. Assim, propõe que a data do plebiscito, 19 de Março, seja adiada para 15 de Setembro, dia da Independência, e que até lá se assegurem as condições para uma efectiva liberdade de expressão.

Para viabilizar a sua proposta, a FMLN considera necessário o fim de todas as actividades repressivas no país, o respeito das forças

armadas pela actividade eleitoral de todos os partidos, o aquartelamento total do exército, forças paramilitares e de segurança no dia das eleições.

Os guerrilheiros exigem igualmente a integração da Convergência Democrática na Comissão Central de Eleições, a formação de um Conselho Fiscalizador eleitoral integrado por organizações religiosas, humanitárias e cívicas que garantam o respeito da ordem no dia das eleições e a convocação e coordenação de todos os observadores internacionais. Pretendem ainda o estabelecimento de um código eleitoral de consenso entre todos os partidos, a garantia do direito de voto de todos os salvadorenhos que se encontram no estrangeiro e a criação de condições para que possam exercer esse direito.

Finalmente, a FMLN exige que os EUA fiquem à margem do processo eleitoral, não apoiando nenhum partido.

Em contrapartida, a FMLN assumiria o compromisso de respeitar a actividade eleitoral, manter uma trégua, apelar à sua base de apoio para a participação nas eleições, aceitar a legitimidade do resultado eleitoral e aceitar a manutenção do actual governo durante o período de transição.

Como se afirma na referida proposta, **um processo eleitoral realizado nestas condições tornaria possível uma solução política irreversível do conflito, convertendo-se numa importante contribuição para a paz.**

Pelo contrário, a realização de eleições nos moldes em que se têm realizado tornam os seus resultados ilegítimos, razão porque a FMLN as tem recusado, e continuará a recusar.

Uma proposta que os militares salvadorenhos estão longe de achar interessante. Mas nos processos de paz, por difíceis que sejam os caminhos, admitir o diálogo é já um passo em frente.

Internacional

Afeganistão**Defesa armada e diálogo político**

«Nos dez anos de luta armada contra a oposição, as Forças Armadas forjaram-se consideravelmente, acumularam uma rica experiência de combate e dispõem de tudo o que é necessário para defender as conquistas da Revolução de Abril. Vamos rechazar todas as tentativas dos rebeldes de derrubar o governo em Cabul. Ao mesmo tempo, continua em vigor o nosso apelo à oposição para começar um diálogo, alcançar a reconciliação nacional e evitar o prosseguimento das hostilidades».

As palavras são do embaixador afegão na URSS, Sayed Ghulabzoi, membro do Bureau Político do CC do PDPA, e reflectem o grande esforço de mobilização para a luta e de diálogo, em que o governo e o povo afegão estão activamente empenhados num momento particularmente decisivo da vida do país, a retirada total do contingente militar soviético do país.

A defesa está a ser organizada e reforçada — por todo o lado. Nestes últimos dias, o presidente Najibullah encontrou-se com representantes do alto comando militar afegão, comandantes das unidades de tropas territoriais e grupos tribais, a quem disse que após o termo da retirada soviética devem estar prontos a solucionar autonomamente as operações de combate de defesa do país frente aos grupos armados.

Em Cabul, uma reunião de

secretários das células do PDPA, debateu a criação de destacamentos de autodefesa em diferentes bairros da capital afegã.

Diálogo político e defesa armada

Manter portas abertas ao diálogo político e simultaneamente reforçar a defesa armada — é a resposta do povo afegão a um possível recu-

descimento da acção terrorista de grupos armados islâmicos. Domínios em que o PDPA tem ampla experiência e deu repetidas provas.

No plano político optando por um processo de reconciliação nacional, que passou por uma ampla democratização da vida do país, um grande estímulo à participação de todos.

No plano militar — através das acções militares conduzidas de forma autónoma.

«Na maioria dos pontos do país, as Forças Armadas afegãs conduzem operações autónomas desde Maio passado e cumprem, praticamente sempre, as suas missões», disse, em entrevista à Novosti, o comandante do contingente soviético, general Boris Gromov, que sublinha ainda que as tropas governamentais «dispõem de todos os meios necessários para, depois da retirada soviética, fazerem frente à agressão externa».

Por outro lado, há já mais de oito meses que as tropas soviéticas se retiraram de centros tão importantes como Jalalabad (principal alvo das

forças rebeldes, que intentarão estabelecer nesta cidade o governo de um poder paralelo), Gardez e Gazni e há mais de seis meses de Qandahar. E a verdade é que apesar das declarações dos «sete de Peshawar» e os esforços para conquistar estes centros provinciais de importância estratégica, não obtiveram quaisquer êxitos sensíveis.

Factos que se inserem numa realidade extremamente complexa, em que do outro lado estão grupos que continuam a recusar qualquer diálogo, continuam a receber armas e todo o tipo de apoio em particular do Paquistão e dos Estados Unidos, e mais ainda se caracterizam por uma acção abertamente terrorista, quando se apoderam de vilas ou cidades.

Regularização política

A União Soviética e o Paquistão consideram que a «regularização política é a única saída» para o conflito do Afeganistão — afirma-se na declaração conjunta dos

dois países, assinada quando da recente visita a Islamabad, do ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Eduard Chevardnadze (o que naturalmente nada tem a ver com quaisquer projectos de confederação de Paquistão e Afeganistão, hipótese avançada dias depois pelo presidente afegão).

Na declaração comum afirma-se ainda que os dois países «foram da opinião de que é necessário envidar todos os esforços a fim de contribuir» para a regularização política da situação no Afeganistão, por forma a «assegurar a paz e a tranquilidade ao povo afegão e pôr termo ao prolongado conflito».

É sublinhada, em particular, a importância de concretizar a resolução sobre o Afeganistão, aprovada pela 43.ª Assembleia Geral da ONU, que nomeadamente prevê a realização de uma conferência internacional sobre o Afeganistão.

Assim, e apesar da organização da resistência armada, estão também presentes os instrumentos políticos para uma solução pacífica.

Ataque sul-africano a Angola viola acordos de Nova Iorque

O exército regular sul-africano voltou a agredir a República Popular de Angola, no passado dia oito de Fevereiro, após as Forças Armadas de Angola (FAPLA) terem destroçado forças da Unita que tentavam ocupar posições deixadas pelo Batalhão Búfalo, da África do Sul, junto à fronteira com a Namíbia.

De acordo com um comunicado do Ministério da Defesa angolano, as unidades agressoras penetraram 40 km no interior de Angola, na província de Kuando Kubango e utilizaram canhões de longo alcance, na evidente tentativa de socorrer a Unita.

O mesmo comunicado classifica a acção de Pretória como «uma flagrante violação dos acordos recentemente assinados» e exorta a comunidade internacional «a agir no sentido de preservar os acordos que comprometem ambas as partes a uma cessação das hostilidades».

A agressão sul-africana, que certa imprensa ocidental classificou de «teste» à capacidade de defesa angolana, não pode ser desligada da aproximação da data de implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU para a independência da Namíbia, nem dos últimos acontecimentos na África do Sul apontando para um retrocesso das posições assumidas durante as conversações quadripartidas.

Recorda-se que na véspera da agressão a Angola, o ministro da Defesa sul-africano, Magnus Malan, afirmou

no parlamento que «a África do Sul não rejeitou a Unita e deve considerar os interesses deste grupo».

Na ocasião, Malan disse que o referido grupo é um «bom amigo da África do Sul, cujos objectivos correspondem aos nossos».

Que assim é não restam dúvidas: a Unita havia afirmado que tinha passado à «ofensiva geral» no dia 8 e nessa data o exército sul-africano ataca Angola; repelidos pelas FAPLA, os sul-africanos retiraram para a Namíbia e logo em Paris a Unita anuncia o cancelamento da «ofensiva geral».

Entre os motivos alegados para o cancelamento não são referidos os resultados dos confrontos com as FAPLA, que de acordo com o Ministério da Defesa angolano foram, para os sul-africanos, de 40 mortos, entre os quais um soldado branco, a captura de um camião e diverso material e equipamento de guerra, bem como de um elemento da Unita. As forças angolanas, por seu turno, sofreram sete mortos, 16 feridos, quatro viaturas queimadas, das quais três de transporte e uma cisterna de combustível.

A República Popular de Angola protestou entretanto contra a agressão, através de uma nota enviada ao governo da África do Sul por intermédio do embaixador do Reino Unido em Angola. Cópia da referida nota foram também enviadas aos EUA, Cuba e União Soviética, países que directa ou indirectamente participaram nas negociações quadripartidas que levaram à assinatura dos acordos de

Nova Iorque, agora violados pelo ataque sul-africano.

Importa salientar as consequências imprevisíveis da política agressiva de Pretória, tanto mais que na já referida sessão do parlamento sul-africano, o líder dos conservadores, Andries Treurnicht, fez um apelo à revisão «do acordo assinado» a fim de se «excluir dele todos os elementos referentes à implementação da resolução 435/78 do Conselho da ONU sobre a Namíbia».

Conscientes da gravidade desta situação, os presidentes de Angola e do Congo exprimiram em Brazzaville a sua preocupação face às manobras tendentes a modificar o espírito e a letra da resolução 435/78. Em comunicado divulgado no final de uma breve visita de José Eduardo dos Santos ao Congo, os chefes de Estado dos dois países apelaram à comunidade internacional para que faça respeitar escrupulosamente os acordos de Nova Iorque, e se mobilize no auxílio à reconstrução económica dos Países da Linha da Frente, em especial a Angola.

Recorde-se, a propósito, que segundo dados divulgados a semana passada em Harare na sessão da Comissão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da «Commonwealth», a política de desestabilização das autoridades de Pretória nos países vizinhos provocou nos últimos oito anos mais de um milhão e cem mil vítimas e prejuízos económicos num valor de 35 mil milhões de dólares, para além de cerca de um milhão de refugiados.

Encontro de Partidos Comunistas da CEE

Nos dias 9 e 10 de Fevereiro teve lugar em Copenhague um encontro de Partidos Comunistas de Estados membros da Comunidade Europeia.

A convite do Partido Comunista da Dinamarca, participaram os seguintes partidos: Partido Comunista Alemão, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista do Luxemburgo, Partido Comunista da Holanda, Partido Comunista Português, Partido Comunista de Espanha.

O Partido Comunista Português esteve representado por Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central.

Os partidos irmãos discutiram numa atmosfera aberta e de amizade uma grande variedade de questões, tendo-se concentrado especialmente na questão do Mercado Único.

Os participantes expressaram o seu acordo em continuar a cooperação e a intensificar e acelerar trocas de opiniões e posições. Foi dada informação pelos Partidos Comunistas participantes acerca das suas posições sobre as próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Os partidos procederam a uma útil e ampla troca de opiniões sobre as questões relativas à união e alianças das forças da esquerda, progressistas, democráticas e da paz.

ANO 43 SÉRIE VI N.º 116 DE DEZEMBRO 1982 PREÇO 1000
Fundação de Jales em 1951
Avante!
COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Há cem anos, poucos dias antes da revolução que em França derrubou o poder real e estabeleceu a República, aparecia um folheto, insignificante de volume, intitulado «Manifesto Comunista».

Eram seus autores dois jovens alemães emigrados, Carlos Marx e Frederico Engels, cujos nomes haveriam de ficar, para sempre, gravados na história do movimento operário e da humanidade progressista como o dos homens que estabeleceram cientificamente os princípios que regem a vida social e, por isso, puderam ser os criadores do socialismo científico, guia seguro para a luta contra a miséria capitalista e para o estabelecimento de uma nova vida sem exploração nem opressão.

O «Manifesto Comunista» foi a primeira exposição acabada da doutrina marxista. Precedido embora de outras obras que lhe constituem a indispensável base teórica, o «Manifesto Comunista» deu pela primeira vez à classe operária a consciência perfeita daquilo por que luta e a certeza da inevitabilidade da transformação revolucionária do mundo capitalista. (...) Trouxe ao proletariado, a quem revelou o seu imenso e decisivo papel histórico, o programa fundamental da sua luta e ensinou-lhe a tática apropriada para a condução dos combates contra o capitalismo opressor e condenado. (...).

{«O primeiro centenário do «Manifesto Comunista» — Suplemento do «Avante!», VI Série, n.º 114, Fevereiro 1948}

AVANTE!

«Nas minas de Jales (Vila Real de Trás-os-Montes), onde se extrai ouro e platina, 500 homens, mulheres e crianças são ali barbaramente explorados.

Trabalha-se a uma profundidade de 230 metros, que são descidos por escadas de madeira, atadas umas às outras e apenas com dois descansos de pé. Na mina têm que permanecer 9 horas, das quais 8 trabalhando e uma para comer a malga de caldo com um bocadinho de broa.

Nas galerias (...) os gases abundam e cai constantemente água. Os mineiros não têm quaisquer meios de defesa, nem máscaras, nem fatos impermeáveis, do que resulta estarem sempre encharcados com água e suor, e sofrerem um envenenamento constante que os conduz depressa à morte.

O fundo da mina é um verdadeiro inferno. Todos os trabalhos são extremamente duros — desde a pá e picareta até ao trabalho com a broca — dadas as condições em que são feitos. Seis anos de vida para um mineiro que trabalha com a broca é a média nas minas de Jales. Os miseráveis salários pagos por tal trabalho vão de 8\$00 a 20\$00. A mortalidade é enorme entre os mineiros, vindo a morrer quase todos tuberculosos ou envenenados. Isto explica que nas aldeias próximas da mina se encontrem muitas viúvas e órfãos, que não recebem qualquer subsídio, a não ser quando o mineiro morre de desastre e mesmo assim só durante dois anos».

{«A exploração e a morte nas Minas de Jales» — «Avante!», VI Série, n.º 156, Fevereiro 1951}.

Agenda

Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 790

16 de Fevereiro de 1989
4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 16

• **VISEU**
«Ensino obrigatório e insucesso escolar» - debate com a participação do prof. Manuel Matos, da Escola Superior de Educação de Viseu, no salão da Assembleia Municipal de Viseu (Solar dos Peixotos) às 21.00.

• **MONTIJO**
Plenário da organização de **Pegões Velhos**, às 20.30, em casa do camarada João Azevedo.

• **GOLEGÃ**
Reunião de militantes, preparatória da Assembleia da ORSA.

• **BRAGANÇA**
Acção de esclarecimento e propaganda da CDU na Feira de Mogadouro.

• **LISBOA**
Reuniões preparatórias da II Assembleia da Organização Local de Lisboa: plenário da freguesia da **Amelxoeira** - 21.30, CT do Lumiar; de **Olivais/Sul** - 21.00, CT Olivais; de **Olivais/Norte** - 21.00, CT Olivais; plenário da **Guérin** (sectores Automóvel, Serviços, Químico, Eléctrico) - 19.00, CT Duque de Loulé; plenário da célula da **CML** sobre Trabalho de Massas e Frente Sindical - 18.30, CT Duque de Loulé.

• **BELAS**
Reunião da organização de **Albarraque**, preparatória da II Assembleia da Organização Concelhia de Sintra - CT, 21.30.

bleia plenária da organização da freguesia de **Aldoar** - Escola do Bairro da Fonte Moura, 21.30; da freguesia de **Ramalde** (Viso, Monte dos Burgos e Bairro de Ramalde do Meio) - CT de Ramalde, 21.30; da freguesia de **Santo Ildefonso** - CT das Zonas Ribeirinhas, 21.30; da organização dos **gráficos e CDL** - 21.30, CT Boavista.

• **PAREDES**
Assembleia plenária da organização de freguesia de **Recarei**, preparatória da II Ass. da ORP - Escola Primária da Portela, 21.00.

• **SINTRA**
Reuniões preparatórias da II Assembleia da Organização Concelhia: **Varge Mondar** - 21.30; **Colares** - 21.00; **Pero Pinheiro** - 21.00; célula de **Mira Sintra** - 21.00, nos pavilhões verdes.

• **BRAGANÇA**
Acções de esclarecimento e propaganda da CDU nas feiras de **Macedo de Cavaleiros** e de **Alfândega da Fé**.

• **SANTARÉM**
Reuniões preparatórias da Assembleia da ORSA: da célula da **Volta do Vale/Coruche**; da freguesia das **Lapas/Torres Novas**; da freguesia de **Muge/Salvaterra**; de militantes da cidade de **Santarém**.

• **MONTIJO**
Reunião da organização de **Foros do Trapo** - Café Roldão, 20.30.

Sábado 17

• **PORTO**
Reuniões preparatórias da II Assembleia da ORP: assem-

bléu plenária da organização de **Foros do Trapo** - Café Roldão, 20.30.

bléu plenária da organização de **Foros do Trapo** - Café Roldão, 20.30.

• **GAIA**
Assembleia plenária da organização de empresas de Gaia: no CT, 15.00.

• **GONDOMAR**
Ass. plenária da organização de freguesia de **Rio Tinto** - CT, 15.00; de **Valbom** - CT, 21.30.

• **VALONGO**
Assembleia plenária da Organização de Valongo - CT, 15.00.

• **MATOSINHOS**
Assembleia plenária da organização de **S. Mamede de Infesta** - no «Flor de Infesta», 15.00; das **empresas da Senhora da Hora** - CT, 15.00; das **empresas de S. Mamede de Infesta** - CT, 15.00.

• **PENAFIEL**
Assembleia plenária da organização de **Rio Mau** - na Escola Primária, 21.00.

• **PORTO**
Assembleia da Organização da Freguesia de **Cedofeita**: a partir das 15.00, no edifício da Junta de Freguesia. No final, jantar convívio no CT da Boavista.

Reuniões preparatórias da II Assembleia da ORP: dos **professores** - 15.00, CT da Boavista; da organização de **Paranhos** - zona do Covoelo - CT Paranhos, 15.00; de **Bonfim** - 15.00, CT Barão de S. Cosme; de **Francos/Ramalde** - 15.00, CT de Ramalde; da célula da **Petrolgal** - 15.00, CT da Boavista; da organização de **empresas de Matosinhos** - CT

Assembleia Municipal), R. do Tribunal.

• **PAREDES**
Ass. plenária da organização de Parada - Casa do Povo, 21.00.

• **PAÇOS DE FERREIRA**
Ass. plenária da organização concelhia de Paços de Ferreira - escola primária da R. do Comércio (Freamunde), 21.00.

• **FELGUEIRAS**
Ass. plenária da organização concelhia - Centro de Trabalho, 15.00.

• **MAIA**
Ass. plenária da organização de empresas da Maia - Centro de Trabalho da Aresta, 15.00.

• **MONTIJO**
Reunião plenária da organização de **empresas do Montijo** - CT, 15.00; da **freguesia do Montijo** - CT, 21.00.

• **SANTARÉM**
Reuniões preparatórias da Assembleia da ORSA: da célula da **UCP, Canejo/Couço**; da organização local de **Santa Justa/Couço**; das freguesias de **Brogueira e Ribeira Branca/Torres Novas**; de **Salvaterra**; em **Valada do Ribatejo e Pontevel/Cartaxo**.

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento e propaganda da CDU na Feira de Sabrosa.

• **SINTRA**
Reuniões preparatórias da II Assembleia Concelhia de Sintra: das **células de bairro e de reformados** - 16.00, CT de Rio de Moura; de **Fanares e Cruzeiro** - CT Algueirão, 15.30.

• **LISBOA**
Reunião Nacional de Quadros sobre as eleições para o Parlamento Europeu: sábado (das 10 às 13 e das 15 às 19) e domingo (das 10 às 13) no Centro de Trabalho Vitória.

Reuniões preparatórias da II Ass. da OLL: plenário da freguesia de **Alcântara** - 15.30, CT de Alcântara; da freguesia dos **Prazeres** - 15.30, CT Prazeres; da freguesia de **Santa Engrácia** - 15.00, CT da Graça; de **Alvalade-Campo Grande, S. João de Brito** - CT Lumiar, 15.30; da freguesia do **Lumiar** - CT Lumiar, 15.30; da célula da **Synres** - 15.00, CT Marvila.

• **SETÚBAL**
Plenário Distrital de Fundos. A partir das 14.30, no CT. **As Transformações Sociais e a transformação das mentalidades** - debate promovido pela JCP no âmbito da preparação do seu III Congresso: a partir das 15.00 no Hotel Esperança.

• **VIANA DO CASTELO**
Sessão-convívio no

Centro de Trabalho, comemorativa do 58.º aniversário do «Avante!», com a participação da camarada **Dias Lourenço**. Às 21.00.

Domingo 19

• **LISBOA**
Área Metropolitana de Lisboa - **Década de 90** - seminário promovido pela CDU - no Forum Picoas entre as 10 e as 19.30.

• **GONDOMAR**
Reuniões preparatórias da ORP: da organização de **Jovim** - Café Atães, 9.30; de **Foz do Sousa** - Salão-Discoteca, 9.30; das freguesias de **Medas e Lomba** - 9.30.

• **PENAFIEL**
Assembleia plenária da organização de Paços de Sousa - Escola Primária de Mosteiro, 9.00.

• **LOUSADA**
Ass. plenária da organização de Lustosa - Escola Primária, 9.30.

• **MONTIJO**
Reunião da organização de Atalaia. Às 16.00.

• **VILA FRANCA DE XIRA**
Reunião plenária da organização do festival **Amar o Tejo Viver a Paz**, para debate dos objectivos do festival e definição do programa. No salão da Biblioteca do

Domingo, 19 de Fevereiro das 10 às 19.30
Em debate no Forum Picoas

Área Metropolitana de Lisboa

— década de 90

Desenvolver com equilíbrio viver com dignidade

- Plano Integrado de Ordenamento e Desenvolvimento da AML
- Desenvolvimento económico
- O reequilíbrio e qualificação da rede urbana
- O problema habitacional
- O ambiente
- O desenvolvimento cultural

Arquivo Municipal, a partir das 10.00, aberto a todos os interessados.

• **SINTRA**
Reunião da célula do Bairro da Tabaqueira, preparatória da II Ass. Concelhia de Sintra. Às 17.00.

Segunda 20

• **ALPIARÇA**
Reunião de militantes, preparatória da Assembleia da ORSA.

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento e propaganda da CDU na Feira de Boticas.

Terça 21

• **PORTO**
Assembleia plenária da organização dos Órgãos de Informação - CT da Boavista, 21.30.

• **LISBOA**
Reunião da freg. de Campolide, sobre trabalho nas autarquias.

preparatória da II Ass. da OLL - 21.00, CT de Campolide.

Quarta 22

• **PORTO**
Reunião plenária da organização de empresas da zona da Via Rápida/Padouro e Tabopan - CT Boavista, 18.30.

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento e propaganda da CDU na Feira de Mondim de Basto.

Sexta 17

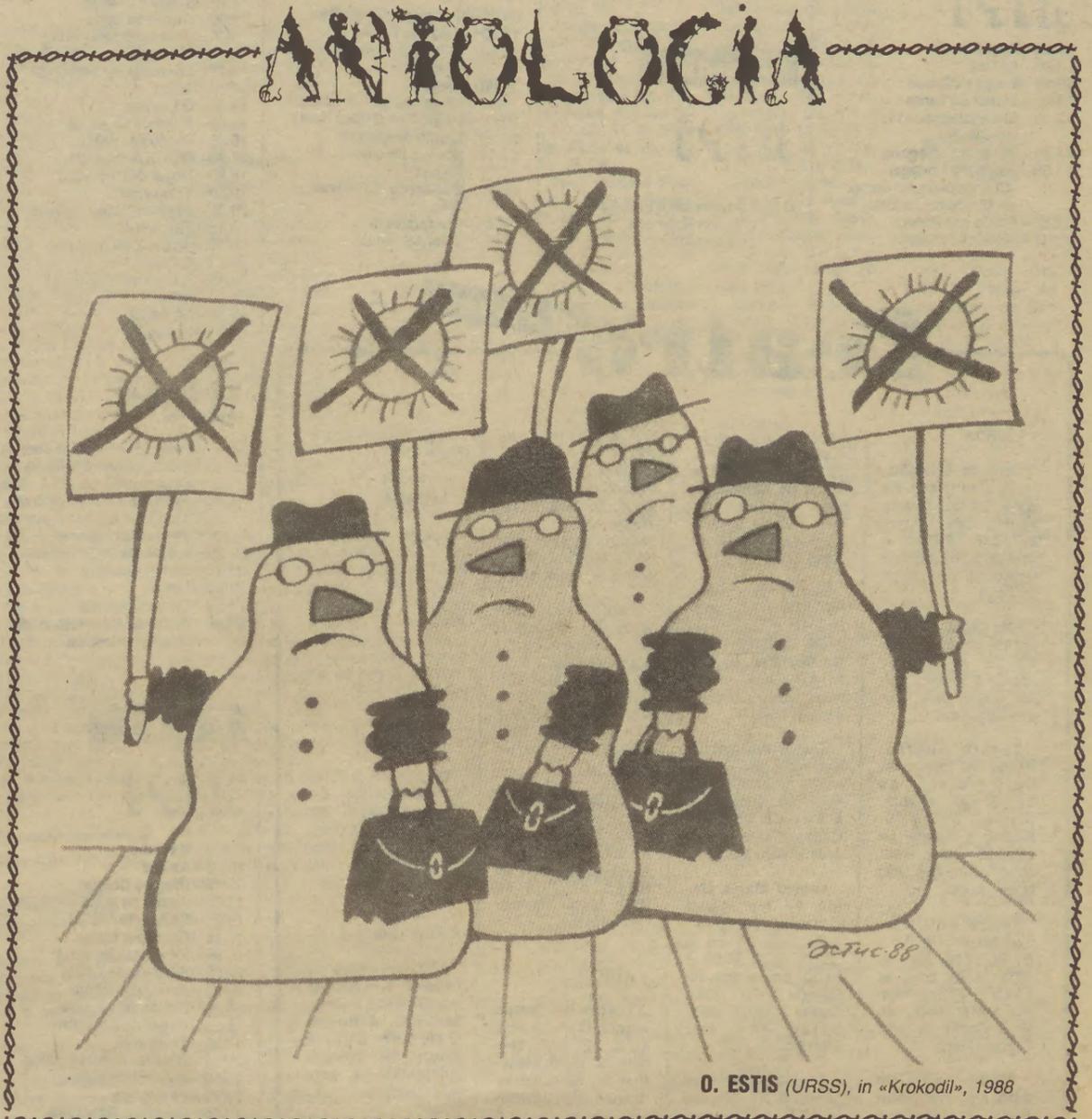
• **PORTO**
Reuniões preparatórias da II Assembleia da ORP: assem-



Sábado, 18 e domingo 19 de Fevereiro

No Centro de Trabalho Vitória
Reunião nacional de quadros sobre as eleições para o Parlamento Europeu

Horário dos trabalhos:
Sábado: das 10 às 13 e das 15 às 19 h.
Domingo: das 10 às 13 h.



O. ESTIS (URSS), in «Krokodil», 1988

TV O Programa



Quinta 16

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique (59.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia (17.º epis.)
- 14.15 - Os Olhos do Dragão (série, 1.º epis.)
- 14.40 - No Mundo da Ciência
- 15.05 - A Classic Rock & Roll Reunion
- 16.05 - Austrália Selvagem (22.º epis.)
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle (98.º epis.)
- 20.55 - Mobil, nos caminhos de Portugal («Um Trecho Medieval»)
- 21.10 - Ecos (4.º e últ.º epis.)
- 22.05 - Canto Alegre
- 23.05 - 24 horas
- 23.35 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e filhas (161.º epis.)
- 15.25 - A casa de Irene (41.º epis.)
- 15.55 - Magazine de Cinema
- 16.30 - Quem Sai aos Seus (34.º epis.)
- 16.55 - Sinhá Moça (telenovela, 1.º epis.)
- 17.35 - Trinta Minutos com...
- 18.00 - A Malta de Bronx (14.º epis.)
- 19.00 - Music box (European top 40)
- 19.55 - No Limiar da Realidade (44.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (66.º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...

Sexta 17

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateaubouillon (11.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 14.55 - Futebol - Portugal - Checoslováquia (Camp. do Mundo de Juniores)
- 16.50 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando

Começa...

Sinhá Moça — É mais uma telenovela brasileira produzida pela TV-Globo. A história, adaptada por Benedito Ruy Barbosa de um romance de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, começa em 1886 e desenrola-se em Araruna, suposta pequena cidade do interior paulista, no vale do Paraíba, zona onde ainda pontificam os grandes fazendeiros de café escravagistas. Em Araruna é o coronel Ferreira, senhor de escravos, força política e económica da região. Sua filha, Sinhá Moça, regressada da cidade onde foi educada, traz para a fazenda e para Araruna os ideais abolicionistas que se vão afirmando noutras regiões do Brasil e de que Rodolfo, filho de um advogado da terra e amigo de seu pai, por quem se apaixona, compartilha.

Dos seus amores contrariados deverá principalmente constar, tudo indica, a intriga que alimenta os 172 episódios que aí vêm, como os actores Rubens de Falco, Lucélia Santos e Marcos Paulo nos principais papéis — A partir de hoje, de 2.ª a 6.ª às 16.55, na RTP-2.

- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle
- 20.55 - Telemundo
- 21.25 - Miss Wonderland (transm. directa do Casino Estoril)
- 23.15 - 24 Horas
- 23.45 - Remate
- 23.55 - Pela Noite Dentro: «Morte em Kent State», real. James Goldstone (EUA/1980, 140 min., inédito em Portugal).

RTP2

- 15.00 - Filhos e filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Giramundo
- 18.00 - Vestígios (4.º epis.)
- 19.00 - Music box (Rocking in the UK)
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Café Central
- 22.50 - Os Prazeres e as Sombras (5.º epis.)
- 23.45 - Rotações.

Sábado 18

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (A família Robinson, Desporto e ciência, Era

- uma vez a vida, O safari do João Valentão, O grande pagode, Sebastião na CEE, Get Smart)
- 11.55 - Seis grandes maestros (4.º progr. — Peter Maag)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os espetaculares recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da tarde: «A Escolha de Hobson», real. Gilbert Gates (EUA/1983, 96 min., inédito em Portugal)
- 15.40 - Vivamusica
- 16.25 - Filmezinho
- 16.30 - Crime, Disse Ela (7.º epis.)
- 17.25 - No Tempo em que Você Nasceu (2.º progr.)
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Manuela Bravo
- 22.30 - Filmezinho
- 22.45 - A Ilha (7.º epis.)
- 23.35 - Cinema da Meia-Noite: «American Gigolo», real. Paul Shrader (EUA/1980, 117 min.)

RTP2

- 09.00 - Compacto Music Box
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine de Cinema
- 20.00 - Music Box (Power Hour)
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Núcleo Zero (série, 1.º epis.)
- 22.10 - Concorde, ou Talvez Não
- 23.45 - Basquetebol Internacional.

Domingo 19

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (A Floresta, a Alegria da Europa, Uma Pequena Maravilha)
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Amigos de Gaspar
- 13.40 - Estude-o
- 15.05 - Primeira Matinée: «Onde Está a Felicidade», real. Marcel L'Herbier (França/1934, 105 min.)
- 16.50 - Clube de Amigos Disney
- 19.00 - O Justiciero
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.35 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo
- 21.05 - Deseja-me sorte (7.º epis.)
- 22.05 - Domingo Desportivo
- 22.10 - Filmezinho.

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Veterinário de Província (Especial)
- 15.20 - Troféu
- 17.00 - Ideias e Negócios
- 17.50 - A Bela e o Monstro
- 18.45 - Século XX («Apartheid - Hoje/Ainda/Porquê?» — 2.º epis.)
- 19.30 - Primeiro Andamento
- 20.00 - Quem Sai aos Seus
- 20.25 - Artes e Letras — Virgínia Woolf
- 21.25 - Cineclub: «Os Papás Vão Casar», real. Douglas Sirk (EUA, 1951/83 min.)
- 23.00 - Música n'América.

Segunda 20

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - O Império de Carson (32.º epis.)
- 14.15 - Um amigo especial (33.º epis.)
- 14.40 - O Cavalo
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Passerelle
- 20.55 - Shaka Zulu (série — 1.º e 2.º epis.)
- 22.45 - A Grande Aventura 2.º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 15.00 - Futebol (Portugal-Nigéria (Campeonato do Mundo de Juniores)
- 16.45 - Andebol (Campeonato do Mundo)
- 19.30 - Music box especial
- 20.25 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 22.00 - Conta Corrente
- 22.25 - Festival Internacional de Teatro de Lisboa

Terça 21

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Dallas (19.º epis.)
- 14.15 - Os Super Gatos
- 15.05 - Programa Musical
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.13 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle
- 20.55 - Modelo e Detective
- 21.55 - Primeira Página

Filmes

- «Morte em Kent State» — 6.ª, 23.40, RTP-1
- «A Escolha de Hobson» — sáb., 14.05, RTP-1
- «American Gigolo» — sáb., 23.35, RTP-1
- «Onde Está a Felicidade» — dom., 15.05, RTP-1
- «Os Papás vão Casar» — dom., 21.15, RTP-2
- «Os Fantasmas do Estrangulador» — 3.ª, 22.00, RTP-1
- «O Perfume do Dinheiro» — 4.ª, 21.20, RTP-1

Música

- Quinta**
- 15.05, RTP-1: A Classic Rock & Roll Reunion
- 19.00, RTP-2: Music box
- Sexta**
- 19.00, RTP-2: Music box

Sábado

- 09.00, RTP-2: Compacto Music box
- 11.55, RTP-1: Seis grandes maestros — Peter Maag
- 15.45, RTP-1: Vivamusica
- 20.00, RTP-2: Music box (Power Hour)
- 21.30, RTP-1: Manuela Bravo

Domingo

- 09.00, RTP-2: Music box
- 19.30, RTP-2: Primeiro andamento
- 23.00, RTP-2: Música n'América

Segunda

- 19.30, RTP-2: Music box especial

Terça

- 18.20, RTP-2: Music box (Via Rápida)
- 19.20, RTP-2: Music box (Off the wall)



Desporto

- Remate — RTP-1, 5.ª (23.45), 6.ª (23.40), 2.ª (00.05), 3.ª (24.00) e 4.ª (00.25)
- Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.45
- Estádio — RTP-2, sábado, 16.00
- Basquetebol — RTP-2, sábado, 23.40
- Troféu — RTP-2, domingo, 10.00 e 15.20
- Domingo desportivo — RTP-1, 22.05
- Futebol — RTP-1, 6.ª, 14.55; RTP-2, 2.ª, 15.00; RTP-2, 4.ª, 12.45
- Andebol — RTP-2, 2.ª, 16.45; RTP-2, 4.ª, 15.15

- 22.55 - Os Prémios Nobel — Marie Curie
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

RTP2

- 15.00 - Desenhos Animados
- 15.15 - Andebol Campeonato do Mundo
- 17.45 - Sinhá Moça
- 18.05 - Music Box (Via rápida)
- 19.00 - Music Box (Off the wall)
- 20.10 - No Limiar da Realidade
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (60.º epis.)
- 22.00 - Cinemadois: «Os Fantasmas do Estrangulador», real. Claude Chabrol (França/1982, 120 min.)

- 15.05 - Programa Musical
- 16.05 - Animais de África
- 16.35 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de encontro (1.º progr.)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle
- 20.50 - Vamos jogar no totobola
- 21.15 - Lotação esgotada: «O Perfume do Dinheiro», real. Joseph L. Mankiewicz (EUA/1966, 131 min.)
- 23.55 - 24 horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 12.45 - Futebol - Portugal-Arábia Saudita (Campeonato do Mundo de Juniores)
- 14.30 - Desenhos Animados
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Siná Moça
- 17.35 - Trinta minutos com...
- 18.00 - A Rota da Seda
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - No Limiar da Realidade
- 20.45 - Cem Grande Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - O Primo Basílio
- 22.40 - Magazine de Teatro

Quarta 22

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Fama (33.º epis.)
- 14.15 - A minha família e outros animais (5.º epis.)

Teatro O Cartaz

LISBOA

- Casa da Comédia**, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.
- Ritz Clube**, R. Glória. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Hélder Costa, pelo Grupo A Barraca.
- Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.
- Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23. dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.
- Teatro do Bairro Alto** (R. Ten. Raul

- Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Vida e Morte de Bamba**, de Lope de Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.
- Teatro da Comunidade**, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna (estreia hoje).
- Teatro Ibérico**, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.
- Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.
- Teatro Variedades** (Parque Mayer). De

- 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.
- Teatro Vasco Santana**, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.
- Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.
- PORTO**
- Teatro de Campo Alegre**. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses

- Cruz, pelo Seiva Trupe.
- ALMADA**
- Teatro Municipal** (R. Conde Ferreira). De 2.ª a 6.ª, às 18.30, sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **D. Filipa de Vilhena**, de Almeida Garrett, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (até 19/2).
- ESTORIL**
- Casino** (Pr. J. Teodoro dos Santos). De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Plaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.
- Para Crianças**
- TIL** (R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assalto ao Arranha-Céus	★★★	★★★	—	★★★
B	Os Bons Amantes	★★★	★★★	—	★★★
C	Café Bagdad	★★	—	—	★★★
D	A Luz	—	—	—	★★★★
E	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★



Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTierhan — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Hollywood/2 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Las Vegas (15.30, 18.30, 21.45) Lisboa.
- B — Real. Spike Lee — Gemini (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Percy Adlon — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Souleymane Cissé — Quarteto/4 — (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Robert Zemeckis — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- F — Real. F. F. Coppola — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Aida em S. Carlos

Obra-prima, porventura a mais-amada de todas as óperas, **Aida** de Giuseppe Verdi vai ser apresentada no palco do Teatro Nacional de S. Carlos nos próximos dias 17, 20 e 21 às 20.00 e no dia 18 às 16.00 (também no Porto, mas só no dia 28, em apresentação única).

A encenação é de Paolo Tivisli e a cenografia de Ferruccio Villagrossi; na direcção musical o maestro Jan Latham-Koenig. Intérpretes: um elenco internacional de cantores solistas, o Coro e a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional

de S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

Um senão de monta: os bilhetes custam de 850\$00 (os mais baratos) a 3500\$00 — os dos melhores lugares...

Música

Concertos da semana na Gulbenkian:

Com o **Coro Gulbenkian** e a **Orquestra Gulbenkian** dois concertos com direcção do maestro **Christopher Hogwood** e o mesmo programa: «Te Deum de Dettin- gen» de Haendel e «Vésperas Solenes» de Mozart. No dia 16 às 21.30 e no dia 17

às 18.30, no Grande Auditório.

Na mesma sala, segunda-feira, dia 20, às 18.30, recital de violoncelo e piano por **Gary Hoffman** e **David Selig**, que interpretam obras de Beethoven (a Sonata n.º 3 em lá maior), Debussy, Cassadó e Brahms; na terça, dia 21, às 18.30, recital de violino e piano por **Max Rabinovits** e **Eilizabeth Allen** (Schubert, Beethoven, Brahms), e na quarta, dia 22, também às 18.30, recital da soprano **Lucia Valentini Terrani**, com **Adriano Jordão** ao piano (Schubert, Haendel, Vivaldi, Gluck, Rossini).

Na **Sé Patriarcal** de Lisboa terá lugar no próximo domingo às 16.30, também integrado na Temporada de Música, um recital de órgão por **Jennifer Bate**, que interpreta «Le Livre du Saint Sacrement» de Messiaen em 1.ª audição em Portugal.

Outros concertos: — da **Nova Filarmonia Portuguesa** sob a direcção do maestro **Alvaro Casas**: hoje às 21.30 no Teatro da Trindade, amanhã, às 16.00, no Centro de Recreio Popular n.º 5 (Quinta de Sta. Maria/Olivais), sábado às 21.30 no Palácio da Ajuda.

— da **Orquestra Sinfónica Juvenil** no Teatro Maria Matos, hoje às 18.30; — de **Pedro Burmester**, **Dale Jeffries** e **J. A. Perelra de Sousa** (piano, flauta, e violoncelo) no Museu Castro Guimarães, em Cascais, amanhã às 19.00.

Cinema

O ABC Cine-Clube de Lisboa prossegue na divulgação das melhores/mais esquecidas obras de Ingmar Bergman, esta sema-

CLUBE DE CAMPESINO DO BARREIRO

acampar... acampar sempre!



na com uma sátira: **A Força do Sexo Fraco**, filme realizado em 1964. Sessão como habitualmente no Quarteto, às 18.45 da próxima sexta-feira.

Ainda no Quarteto e também na sexta-feira tem início uma extensão do **Fantassporto**. Este **Fantassporto em Lisboa** vai decorrer até dia 23, nas quatro salas do Quarteto, nas sessões das 23.30.

Quanto a ciclos de autor, lembremos que no **British Council** começou ontem e prolonga-se até ao próximo dia 24 uma série de sessões dedicadas a **Charlie Chaplin**, de que agora se assinala o centenário do nascimento. Hoje às 17.00 e dia 22 às 19.00: **Tempos Modernos**; **A Quimera do Ouro** no dia 21 às 17.00; nos dias 20 e 24 **Luzes da Ribalta**.

Na cinemateca — onde prossegue o ciclo dedicado a **F. W. Murnau** com a projecção de versões originais (sem legendas) de alguns dos seus filmes — recorda-se também esta semana um grande actor francês: **Gerard Philippe**, protagonista de «Le

Diable au Corps», de Autant-Lara, a exhibir na sala da Barata Salgueiro na próxima terça-feira, 21, às 18.30.

Excursões

Não há como, sempre que se pode, juntar útil com agradável. Esta ideia tem orientado os camaradas do distrito de Setúbal quando puxam pela imaginação para encontrar formas de levar a bom termo a campanha de fundos para o centro de trabalho da direcção regional do Partido (DORS).

Recordamos hoje algumas informações sobre as excursões já marcadas.

Ceuta: 10, 11 e 12 de Março, 8 mil escudos (incluindo barco); partida dia 10 às 19 horas junto ao «Luísa Todi», Setúbal.

RDA: de 8 a 14 de Agosto, 87 mil escudos, viagem de avião, excursões diárias (Berlim, Dresden, Karl Marx Stadt); informações em qualquer centro de trabalho do distrito de Setúbal.

Madeira: de 16 a 22 de Set., 38 mil escudos por pessoa (transporte, alojamento, seguro e bagagem), excursões facultativas; concelhias de Almada — 275 27 77 e 275 39 39.

Bulgária: de 30 de Set. a 13 de Out., 76 mil escudos, viagem de autocarro, possível paragem em Milão e Andorra, 7 dias na Bulgária com pensão completa (Sofia e montanha); informações em qualquer centro de trabalho do distrito de Setúbal.

Na Gulbenkian, alunos e professora à descoberta da pintura

Exposições

LISBOA

Alice Vinhais — Pintura. Gal. Leo (Trav. da Queimada, 48). De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 16/2).

Alvaro Carneiro — Escultura. Galeria Mirron, R. do Mirante, 14, r/c, esq. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 27/2).

Alvaro Costa — Esculturas de parede. Centro de Estudos Judiciários (Lg. Lameiras). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 19.00, sáb. e dom. das 15 às 19. Até 24/2.

Andrew Podnieks — Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 112-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 17/2).

Ángelo de Sousa, desenho, e **Ana Jota**, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neir, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 10 às 19.

«A aventura humana» e «Índios da Amazônia» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.

Carlos Gordillo — Pintura e desenho. Centro de Arte Moderna (Gulbenkian). De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Celeste Maia — Pintura. Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 10 às 13 (até 18/2).

Colectiva de escultura (Cabrita Reia, Jan van Oost, Lili Dujourie, Ulrich Hondarsch). Gal. Comércio, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (a S. Mamede). De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Emília Alves — Tapeçaria. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36. De 2.ª a 6.ª das 9 às 13 e das 14 às 18 (até 28/2).

Gil Kalisvaart — Escultura. Gal. Barata (Av. Roma, 11-A). De 2.ª a sáb. das 15 às 19.30. (até 18/2).

Gaetan — Loja de Desenho (Rua Aca. Ciências, 2-B). De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30. Até 18/2.

Imagens no Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

João Hogan — Pintura. Galeria João



Obras de João Hogan estão a partir de amanhã em exposição na nova «Galeria João Hogan» — uma dupla homenagem promovida pela Voz do Operário na sua sede

Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 18, até 10/3 (inaugura amanhã às 18).

Jorge Albuquerque — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas (Rua Alto do Duque, 45). De 2.ª a 6.ª, das 16 às 20 e das 21.30 às 24. Até fim de Fev.

José Manuel Soares — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24 (até 28/3).

Lenços e Colchas de Chita de Alcobaça. Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 5/3).

Lúcio Muñoz — Pintura. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Manuel Botelho — Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/2).

Nelson Dias — Pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 18/2).

René Lalique, ourives e joalheiro — museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Romy Castro — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 25/2).

Sebastião Rodrigues — Pintura. Gal. Lambertini (Av. Liberdade, 166). De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 24/2).

Tendências da Arquitectura Portuguesa — Desenhos, maquetas e fotografias de projectos de Alvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente e Tomás Taveira. Galeria

Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom. das 10 às 20 (até 24/2).

Traje popular nos arredores de Braga, tapeçarias de **Vieira da Silva** e tecidos Batik de **Gudrun Stritzke** — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4, 28/2 e 28/3, respectivamente.

Vitor dos Reis — Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 28/2).

Zush — Gravura. Módulo — Centro Difusor de Arte, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 1/3).

PORTO
António Olaió — Pintura. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 28/2).

Henrique Pichel — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15 às 20.

Marques da Cruz — Pintura. Gal. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22.

Vieira da Silva e Arpad Szenes — Retrospectiva anos 30 a 80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 2/4).

Romy Castro — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 25/2).

Sebastião Rodrigues — Pintura. Gal. Lambertini (Av. Liberdade, 166). De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 24/2).

Tendências da Arquitectura Portuguesa — Desenhos, maquetas e fotografias de projectos de Alvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente e Tomás Taveira. Galeria

OUTRAS LOCALIDADES
Helena Justino — Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. 6.ª, sáb. e dom. das 15 às 22.30 (até 24/2) ALMADA.

Gravuras da colecção Gulbenkian — Museu Rainha D. Leonor, até 26 de Fevereiro. BEJA
Rocha Pinto — Pintura. Gal. Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 15/3) CASCAIS.
Nadir Afonso — Pintura. Até 26/2, Pousada de Santa Marinha GUIMARÃES.
Teresa Ribeiro — Tapeçaria e Pintura. Casa do Adro/Museu Municipal LOURES.
Colectiva de Pintura e Cerâmica. Igreja de Santiago/Castelo de Palmela (até 19/2) PALMELA.
Ralph Gibson — Fotografia. Centro de Arte, Rua Alão de Moraes, 473 (até 28/2) S. JOÃO DA MADEIRA.
Cornelia Dumarais — Pintura. «O Outro Lado do Espelho», R. Dr. Alfredo Costa, 14. Das 15 às 19 (até 1/3) SINTRA.
Edições de arte — gravuras de Vitor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Alvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3. TAVIRA.
Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

Pioneiros da Brandoa fazem anos no sábado

No sábado o núcleo de pioneiros da Brandoa faz onze anos, motivo mais que suficiente para haver festa. De lá escreveram-nos a dizer que sim, senhor, vai mesmo haver festa de anos, na Casa do Pioneiro, a partir das 4 horas da tarde, depois de amanhã.

Os pioneiros da Brandoa também nos informaram que tiveram uma festa de Carnaval no domingo, dia 5, no Polivalente, «com passagem de máscaras, muita animação e alegria, passaram 70 máscaras, com prémios para as 15 mais bonitas» e com um total de 300 crianças «e muitos adultos» a participar. O Rancho Folclórico Infantil da Brandoa teve uma actuação de cerca de 30 minutos.

Imaginem agora como não vai ser esta festa de anos, no sábado!



A Casa do Pioneiro da Brandoa (no desenho) fica no Largo 1.º de Maio.

(Antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica).

Tempo Fim de Semana



Sábado — Céu pouco nublado, tornando-se muito nublado nas regiões do norte a partir da tarde; vento fraco ou moderado de sudoeste; neblina ou nevoeiro durante a madrugada e manhã; formação de geada.

Domingo — Céu geralmente muito nublado na região norte, com períodos de chuva; pouco nublado nas regiões centro e sul; vento fraco ou moderado de sudoeste; subida da temperatura mínima.

aTV

Menos armas, mais pão

A classificação de **guerrilheiros e terroristas** não obedece na RTP, a nenhum critério objectivo.

É uma questão de simpatia.

Temos, por exemplo, o disparo de rebeldes afegãos sobre a população civil em Cabul que matou uma dezena de pessoas.

Para a RTP, não foi acto terrorista: foi uma acção da guerrilha...

A conferência de imprensa da CGTP sobre a jornada de luta do próximo dia 24 fez, no Telejornal, parte de uma breve síntese.

Mas no **Jornal das 9** tivemos um depoimento mais esclarecedor de Carvalho da Silva.

Para uma audiência mais reduzida, claro...

Contam-se pelos dedos de uma só mão os dias em que Cavaco Silva não aparece no Telejornal, na roda do ano.

Se o PSD fosse a pagar do seu bolso tamanha publicidade, ficava teso ao fim da primeira semana.

Pergunta de um jornalista a Cavaco:

— O que sucederia se todos os médicos aceitassem a exclusividade proposta por Leonor Beleza?...

O primeiro-ministro fingiu que não ouviu. Não respondeu. Embrulhou-se em números, não sei que milhões de contos, não sei que desperdícios, não sei que o Estado...

Pois. Como dizia o outro: o estado... a que isto chegou...

Ficámos a saber, a propósito de um próximo seminário sobre televisão, que as televisões europeias incluem na sua programação 72 por cento de produção americana!

Aterrador. A Europa Ocidental encontra-se apertada nos tentáculos da cretinização. A mesma Europa estrebuca — mas não sabe como fugir a isso. Quer dizer, saber ela sabe — mas o «money» não tem pátria. A solução está em não considerar a TV como mero «business».

E o capital não está disposto a pagar o preço...

Alcochete. Os protestos contra utilização militar, aumentam.

Ficamos a saber, via RTP, que esses protestos populares ou são, por um lado, representativos de interesses locais, ou de interesses internacionais que assim pretendem impedir as experiências que ali se pretendem realizar sobre guerra electrónica.

Pois. Bem me parecia que andava por ali o dedinho do Pacto de Varsóvia...

É raro o dia em que na televisão não se assista a uma entrevista com presidentes da Câmara ou com personalidades ligadas a questões autárquicas.

Não há dúvida. A propaganda para as eleições avança já a todo o vapor.

Propaganda? Deixem falar. Sou eu na má-lingua. Aquilo são notícias, meras notícias...

Reparem na entrevista com o engenheiro Mil Homens, presidente da Comissão. Trata-se da operação para o desenvolvimento da Península de Setúbal.

Vai ser uma coisa em grande! Isto é para se ver como o governo e a autarquia pensam no bem-estar dos povos. Vai haver mais progresso, mais emprego, tudo assentará na iniciativa privada como motor de desenvolvimento...

O plano custará 100 milhões de contos e estará concluído dentro de cinco anos...

Dentro de cinco anos? Qual será então a urgência da notícia?...

Puxa, isto é que é um jornalismo avançado!

É o que eu digo. Eles às vezes deixam-se descair... Foi no **Jornal das 9** a notícia tinha todo o ar de ser puro *telex*.

Assim: os Estados Unidos, pela primeira vez há imenso tempo, não iam agravar o orçamento militar. Bush tenciona também, com a vantagem que daí retira, aumentar as despesas com a assistência social.

Tal facto, explicavam, era fruto do desanuiamento conduzido pela política soviética.

Ora bem! Todo o mundo começa a dar-se conta de que a política de paz da URSS é útil para todos os povos. Menos dinheiro para armas, mais dinheiro para o bem-estar das pessoas.

É que andavam por aí uns meninos a dizer que o desarmamento só era útil para a URSS...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O Carnaval e a ressaca

Foi-se o Carnaval, para o ano há mais. Entretanto, é bom não esquecer que há muito boa gente que parece mesmo que anda mas é a gozar cá com o Zé durante todo o ano.

As amostras que aqui ficam podem não dar muita vontade de rir. Mas não é de admirar, porque o Carnaval já se foi. Agora, é a ressaca.

Cadilhados!

«Enquanto no Brasil o Carnaval aquece sobre brasas, em Portugal o Entrudo vai indo aos soluços do IRS, quer dizer, pobrezinho mas honesto, graças a Deus. Salvo algumas honrosas excepções.

Na capital, folia é substantivo que já nem sequer abstracto se pode considerar. Fora uma quantas máscaras a marcar a época, o resto foi o normal: «Travolta's» e «Olivia's» de fim-de-semana a dançar o «pum-pum-pum» do costume, nos sítios do costume e à hora do costume.

Fora de Lisboa, as festas ainda assumiram contornos carnavalescos, com corsos a desfiliarem nas ruas «iluminados» por uma «estrela» internacional, invariavelmente brasileira. A paródia e a irreverência estiveram presentes, mas assim muito vestidas, apesar do bom tempo e do sol quente.

Afinal, nós por cá, ainda a pensar nas bateladas de notas deixadas nos cofres do Estado, no final de Janeiro, estivemos «cadilhados» e pouco mais.»

(«Correio da Manhã», 12 de Fevereiro)

Pobres, mas com metas

«Em 1988, e segundo rezam as crónicas, mais de 500 empresas espanholas instalaram-se em Portugal.

Do lado português, poucos mais de 20 empresas foram instaladas em Espanha.

Quer isto dizer que o abismo é enorme e que será necessário um grande esforço dos portugueses para que uma pequena viragem tenha lugar.

Os espanhóis são mais fortes que os portugueses, têm mais capitais, mais *know-how*, maior mercado interno, maiores possibilidades de expansão e, dado que lhes é mais difícil entrar nos outros países comunitários, Portugal apresenta-se-lhes como uma porta fácil.

Não fiquemos escandalizados nem minimizados com o facto de alguns milhões de dólares nos entrarem via Espanha, embora nem todo esse capital seja rigorosamente espanhol.

O investimento espanhol é tão bem-vindo como outro qualquer e Portugal não é nem será uma colónia espanhola.

Portugal é, tão só, um pequeno país, pobre de recursos, que teve ultimamente a felicidade de ter entrado para um espaço económico alargado e com o qual, no seu conjunto, tem de ser comparado.

Assim, mais vale sermos comparados com a Dinamarca e a Holanda, e aparecermos na cauda, que sermos comparados com os países de África e América Latina e

aparecermos nos primeiros lugares.

Ao menos, temos metas a alcançar.

E o curial é que as atinjamos o mais depressa possível.»

(«Sábado», 11 de Fevereiro)

Magnífico? Nada mau!

«Cumpru-se mais uma vez uma magnífica jornada de caça em Vale de Manantio, a bonita Herdade de João Maria Bravo, a poucos quilómetros de Moura.

A chegada a todos esperava um simpático pequeno-almoço, com bolo-rei e tudo. Em seguida, sortearam-se as portas e contraportas, carregaram-se armas e verificaram-se os últimos pormenores do equipamento.

Nas «portas», os caçadores esperavam impacientes, atrás dos ramos dos chaparros armados de véspera, que os primeiros faisões aparecessem na linha do horizonte.

Os tiros não se fizeram esperar, repetidos às dezenas durante perto de meia-hora. Depois eram os cães a cobrar as peças abatidas no meio do mato e a trazê-las, uma a uma, triunfantes, à mão do dono.

Reunidos os caçadores, mochileiros e acompanhantes no primeiro barranco — o de «Barbas de Lebre» — alinharam-se no chão húmido os faisões mortos para a contagem: eram cento e cinco, nada mau!»

(«Olá/Semanário», 11 de Fevereiro)

A beleza e o êxito

«Como ganhar a beleza e obter êxito é um problema que muita gente tentou já, na maior parte das vezes baldadamente, equacionar. Costa Freire, actual secretário de Estado da Administração de Saúde e ex-administrador de empresas, encontrou para si uma fórmula mágica de resolver aquele problema. Sem aparente esforço, ganhou a beleza, obteve êxitos e até se tornou figura pública com assento no restrito comitê que nos dirige a vida.

Um bom despacho e medi-

das expeditas são os instrumentos fundamentais da eficiência de Costa Freire. Com base nessa eficiência, o homem ganhou a beleza e averbou os seus êxitos. Para se ter uma ideia da eficiência deste ex-gestor e actual político, veja-se só como a empresa de que ele era administrador, a P. A. Consultores de Gestão e Organização, apresentou no mesmo dia aos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais, uma proposta, um orçamento e... a respectiva factura para a campanha de promoção publicitária do Hospital São Francisco Xavier, cobrando 15 por cento de «comissão de agência» numa factura de 41 783 818\$00... com IVA. Assim, gerir e organizar até dá gosto!»

(...)

«É claro que, se nos perguntassem, nós esclareceríamos que muito longe de nós pensar que tudo isto tem alguma coisa a ver com a transferência de Silveira Botelho de chefe de gabinete da ministra da Saúde, Leonor Beleza, para a administração da... P. A. e, posteriormente, para a presidência da Hospitalária.

Porque um caso isolado não faz por si uma reputação de eficiência, temos que referir outros casos semelhantes, sempre na instalação do Hospital S. Francisco Xavier (a que propósito é que este pobre santo aparece nesta cena?)

Continuemos com o caso do fornecimento ao hospital. As propostas foram entregues à P. A., que fez transitar para o Serviço de Abastecimentos, que as apresentou à Comissão Instaladora. Curiosamente, ou talvez não, quando se trata de tamanha eficiência, este fornecimento foi dispensado de concurso público, pelo que se tornou obrigatória a consulta a pelo menos três fornecedores. Destes, a maior parte era constituída por empresas orgânicamente conectadas com a P. A., que também recebia as propostas. O vencedor foi a LISRESTAL cujos accionistas são a Galimpo e a Navalis, ambas presentes no capital da P. A. O contrato tinha um valor estimado em 75 mil contos, mas a proposta vencedora apontava para valores bastante superiores, pelo que a P. A. recomendava que fosse negociado o preço final.»

(«Notícias de Primeira Página», 11 de Fevereiro)

«Atenção Augusto!»

«Na próxima quinta-feira, na Sociedade Portuguesa de Autores, às 18 horas, vai ser publicamente lançado um disco que fará furor: «Luís Rendall — Memórias de um Violão» (...)

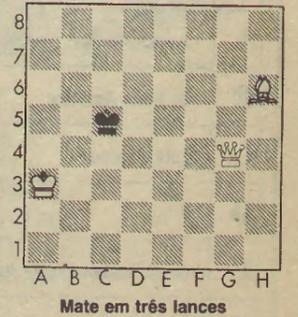
«Na quinta-feira, na SPA, para além da apresentação do disco de Rendall será exibido um vídeo da sessão de lançamento efectuada em Cabo Verde.

Atenção Augusto: a notícia sobre a formação da Associação de Escritores Cabo-Verdianos deverá entrar na nossa edição de amanhã, terça-feira, dia em que se efectua a assembleia constitutiva da referida associação.»

(«Europeu», 14 de Fevereiro)

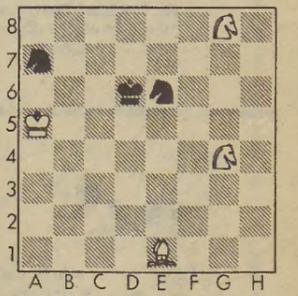
Xadrez

CXCI — 16 de Fevereiro de 1989
Proposição N.º 191-A
Por: A.C. Vasquez
«Enigmas, Problemas», 1980
Pr.: [1]: Rq5
Br.: [3]: Bh6-Dg4-Ra3



Mate em três lances

Proposição N.º 191-B
Por: T.B. Gorgiev
1.º Prémio «64», 1929
Pr.: [3]: Cs.a7,é6-Rd6
Br.: [4]: Cs.g4,g8-Bél-Ra5



Jogam as Brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CXCI

N.º 191-A (A.C.V.):
1. D66,Rd4; 2. Rb4, Rd3; 3. Dc4++
1., Rb2; 2. B63,Ra5; 3. Db6++

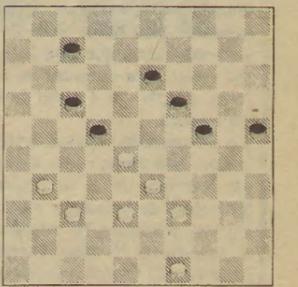
N.º 191-B (T.B.G.): 1. Rb6,Cc8; 2. Rb7,C67; 3. Rg3+, Rd7; 4. Cg8f6, Rd8; 5. Bc7+, C:B; 6. C65++

A. de M.M.

Damas

CXCI — 16 de Fevereiro de 1989
Proposição N.º 191
Por: J. H. H. Scheijer
Holanda — 1941

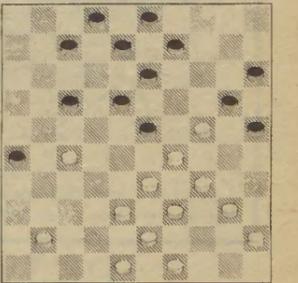
Pr.: [7]: 7-13-17-19-22-24-24
Br.: [7]: 28-31-33-37-38-39-49



Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 191

Por: Deslauriers
Campeonato do Canadá, 1963
Pr.: [13]: 2-3-7-8-9-13-15-17-18-20-23-25-26
Br.: [13]: 24-27-29-33-34-38-39-40-41-43-45-48-49



Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CXCI

N.º 191 (J.H.H.S.): 28-23 e 31-27 e 33x2=D e 2x30 e 49x29+
Golpe N.º 191 (D): 34-30 (23x34-A); 40x29 (25x23); 33-29 (23x34); 39x30 (20x29); 27-22 (17x28) [se: 18x27=]; 38-33 (a.1.); 43x1+

A se: (25x34); 39x30 (23x25); 33-28 (20x29); 28-22 (17x28); 38-33...+

A. de M.M.

